



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

*SOLIDARIEDADE E VOLUNTARIADO
UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

– Especialização em Pedagogia Social –

Ana João Zenha Ribeiro de Macedo

Porto, Dezembro, 2011



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

*SOLIDARIEDADE E VOLUNTARIADO
UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

– Especialização em Pedagogia Social –

Ana João Zenha Ribeiro de Macedo

Trabalho efectuado sob a orientação de

Professora Doutora Isabel Baptista

Professora Maria João Couto

Porto, Dezembro, 2011

Afinal, solidariedade é um modo muito humano de ser, convivendo, partilhando, participando, aprendendo e cuidando. E por isso dizer solidariedade é o mesmo que dizer cidade ou cidadania.

Afinal, solidariedade é amar a cidade como casa e causa comum, enchendo-a de encontros, de memórias, de afectos, de sonhos e projectos.

Afinal, solidariedade é tarefa de todos e de cada um. Ser solidário - «agir in solidum» - é saber criar lugares de comunidade com o outro, seja na forma extrema de socorro ou através de gestos de partilha quotidiana.

Afinal, ser solidário é sinónimo de liberdade, de compromisso e de esperança.

In “Agenda Cidade Solidária”, UCP, Porto, 2011

Nota: Esta dissertação não foi escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer às minhas orientadoras, Professora Doutora Isabel Baptista e Professora Maria João Couto, pelo conhecimento e sabedoria que partilharam comigo ao longo da construção deste trabalho e pelo ânimo que me ajudou a chegar ao fim.

Um agradecimento especial à Ir Nealtina pela oportunidade de participar no projecto de voluntariado, a todas voluntárias que partilharam comigo uma extraordinária jornada de amadurecimento e transformação pessoal, às irmãs franciscanas das Missões Católicas de Buba e de Bissau por me terem acolhido com tanta hospitalidade e com quem partilhei uma experiência de fraternidade e a todos os meninos e meninas, jovens e adultos guineenses com quem tive o privilégio de me relacionar e que muito contribuíram para o meu crescimento pessoal.

Por fim, gostaria de manifestar a minha gratidão aos meus familiares e amigos pelo apoio incondicional e pelo contributo de cada um para a minha construção pessoal.

Resumo

Este trabalho corresponde a uma dissertação subordinada ao tema “*Solidariedade e Voluntariado – Uma Relação Necessária*” e foi desenvolvida no âmbito de um Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

A tese divide-se em duas partes fundamentais, sendo a primeira referente ao aprofundamento do quadro de análise de conceitos centrais e a segunda relativa à descrição crítica de uma experiência concreta no âmbito do Projecto de Voluntariado na Guiné-Bissau.

Em coerência com a questão de investigação formulada, em termos metodológicos optamos por evidenciar a relação entre solidariedade e voluntariado tendo por base a acção de voluntariado referida. Terminamos com considerações finais que convergem na dinâmica de Ser Voluntário.

Abstract

This work is a dissertation on 'Solidarity and Volunteering – A Necessary Relation' and was carried out within the scope of a Master's Degree of Educational Sciences in Social Pedagogy at the Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University.

The thesis is divided into two main parts. The first one is a deepening insight into the analysis framework of central concepts and the second a critical description of a real experiment within the scope of the Volunteering Project in Guinea-Bissau.

Following the research initial question and in methodological terms, attention is drawn to the relation between the concepts of solidarity and volunteering found upon the abovementioned volunteering action. The closing remarks at the end meet up the dynamics of Volunteering.

ÍNDICE

Introdução -----	6
-------------------------	----------

I PARTE

Enquadramento Conceptual

1. Solidariedade e cidadania -----	9
1.1. Solidariedade e contemporaneidade-----	9
1.2. Antropologia da solidariedade-----	17
1.3. Ética da solidariedade-----	26
2. Voluntariado Social -----	35
2.1. Conceito e marcos de compreensão-----	35
2.2. Exigência pessoal e colectiva-----	41
2.3. Voluntariado e Pedagogia Social-----	57
3. Acção voluntária -----	61
3.1. Valores e motivações-----	61
3.2. Voluntariado e mediação-----	76
3.3. Compromisso ético-pedagógico-----	82

II PARTE

Ser Voluntário

1. Contextualização normativa -----	90
1.1. Declaração Universal do Voluntariado-----	90
1.2. Carta Europeia do Voluntariado-----	91
1.3. Enquadramento Jurídico do Voluntariado-----	93

2. Testemunho de uma dinâmica de acção voluntária -----	96
2.1. Projecto de voluntariado na Guiné-Bissau-----	96
2.2. Ser voluntário – notas reflexivas -----	97
2.3. Lições e interpelações-----	100
Considerações finais -----	109
Bibliografia -----	125

Introdução

Este trabalho corresponde a uma dissertação subordinada ao tema “*Solidariedade e Voluntariado – Uma Relação Necessária*” e foi desenvolvida no âmbito de um Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

O interesse em estudar esta temática prende-se com uma experiência pessoal relacionada com a oportunidade que tivemos de integrar um projecto de voluntariado na Guiné-Bissau (2009 e 2010), tendo tido como missão ensinar português aos habitantes de uma comunidade local, a grupos de crianças e jovens. O contacto com uma experiência de voluntariado foi uma vivência muito rica, despertando-nos para a realidade do voluntariado e provocando em nós algumas interrogações.

Em que medida o voluntariado constitui uma expressão significativa de solidariedade humana?

Até que ponto essa acção influencia os próprios sujeitos?

Que tipo de compromisso sustenta a dedicação dos voluntários?

Partindo da convicção que a solidariedade é um valor constitutivo do voluntariado, procuramos desenvolver conceptualmente a relação que aproxima estas duas noções, numa perspectiva de aprofundamento de razões antropológicas e éticas. Acreditando, pois, que é ao nível concreto da acção que a relação entre solidariedade e voluntariado ganha verdadeiramente significado, interessou-nos analisar esta dinâmica relacional tendo por base uma experiência empírica, neste caso, o Projecto de Voluntariado na Guiné-Bissau.

No seguimento destas preocupações, este trabalho encontra-se dividido em duas partes fundamentais, sendo a primeira dedicada à fundamentação teórica, com destaque para os conceitos de *solidariedade, cidadania, voluntariado, acção voluntária, compromisso e Pedagogia Social*, procurando perceber que relação deve existir entre a solidariedade e o voluntariado na realização da acção voluntária.

No primeiro caso, tratou-se de contextualizar a solidariedade no âmbito da cultura pós-moderna, apresentando os distintos tipos de solidariedade que daqui emergem, bem como a perspectiva de solidariedade que assenta no encontro afectante com a realidade do outro. Expomos de seguida os elementos de fundamentação antropológica e ética da solidariedade tomando como base o conceito de *pessoa* e explicitando a capacidade de que o ser humano, como ser inacabado

que é, tem de se adaptar ao meio ambiente que o rodeia, estando aberto ao que lhe é exterior, sendo esta abertura um processo que possibilita a construção humana no mundo.

No que diz respeito ao conceito de voluntariado, este pode ter motivações que se prendam mais com o compromisso social do voluntário ou mais com a sua intenção de realização pessoal. Independentemente da perspectiva que motiva o voluntariado, abordamos as fundamentações antropológicas e éticas do mesmo, constatando que o voluntariado pode correr o risco de desumanização em ambas as correntes expostas e que se pode pensar num novo humanismo. Relativamente aos marcos de compreensão ética que caracterizam o voluntariado, apresentamos duas perspectivas diferentes: a ética dos mínimos, que conduz a um voluntariado de máximos, que reflecte a vertente do compromisso social do voluntário e a ética de máximos, a que se associa um voluntariado de mínimos, assente na perspectiva de realização pessoal do indivíduo que se dedica à acção voluntária.

Em seguida, estudamos o conceito de acção voluntária, analisando os valores e as motivações que esta envolve, bem como a função que a mediação pode ter para tornar o voluntariado numa actividade que transforme, quer a pessoa que beneficia da acção voluntária, quer, num sentido mais lato, a própria sociedade. Expomos igualmente que o compromisso que se assume no âmbito da acção voluntária deve ter uma base ética, exercendo-se através da participação organizada e da acção colectiva.

Na segunda parte deste trabalho, depois de aprofundados e desenvolvidos os conceitos de solidariedade, voluntariado e acção voluntária, estes serão mobilizados para efeito de uma análise crítica evidenciada na acção voluntária. Para isso, começamos por apresentar os documentos legais que incidem sobre o voluntariado e em seguida analisamos esta relação que temos vindo a citar tendo por base uma experiência empírica realizada no âmbito de uma acção concreta de voluntariado levada a cabo na Guiné-Bissau. Em primeiro lugar, apresentamos o projecto de voluntariado realizado, mostrando de seguida as reflexões que incidiram sobre a acção efectuada, bem como as lições e interpelações que daí advieram. Neste ponto do trabalho, e uma vez que todos estes aspectos de como ser voluntário implicam uma aprendizagem da parte do mesmo, analisamos o papel da formação na prática da acção voluntária, sendo apresentadas as distintas dimensões da formação e também, um itinerário educativo que permita ao voluntário a sua transformação pessoal.

Este trabalho termina com as considerações finais onde são apresentadas as conclusões que tiramos relativamente às interrogações que tínhamos à partida.

I PARTE
Enquadramento Conceptual

1. Solidariedade e cidadania

1.1. Solidariedade e contemporaneidade

Considerando os valores de humanidade e cidadania subjacentes à utopia do humano no século XXI e consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o valor solidariedade surge-nos como um princípio estruturante da vida contemporânea. O “nosso tempo” é caracterizado pela *condição pós-moderna*, a qual, segundo J-F Lyotard (1998), ter-se-á iniciado na década de 60 do século passado e que se refere, entre outras características fundamentais, ao esgotamento do modelo político-social que norteou axiologicamente as sociedades capitalistas ocidentais. Este esgotamento, provocado pelo enfraquecimento moral e axiológico, o relativismo cultural e a ausência de ideias matriciais fortes, produziu o enfraquecimento de qualidades antes valorizadas – profundidade, coerência, significado, originalidade, autenticidade.

É neste contexto histórico de uma cultura pós-moderna que nos vemos inseridos numa sociedade desigual e injusta no que se refere, igualmente, à distribuição da riqueza. Tal como refere Aranguren Gonzalo (1998), esta sociedade está marcada pelos desequilíbrios entre Norte e Sul do planeta; no Norte, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento económico, com um enfoque demasiado capitalista, levaram a que o uso dos recursos mundiais fosse de tal forma desequilibrado que a sociedade do bem-estar, que caracteriza o modo de vida do ocidente, é impossível de estender a todo o planeta. Por outro lado, o papel da globalização com a consequente uniformização de hábitos e costumes e o surgimento de um pensamento único, caracterizado por uma influência significativa dos *media* sobre a forma como vemos e como pensamos o mundo, levam a que este nos seja *mostrado* através de uma visão demasiado mediática, envolvendo um alto grau de emotividade, causando, não a afectação que é esperada, mas a indiferença, a insensibilidade e a criação de uma sensação de total impotência face à magnitude dos problemas que julgamos conhecer.

Nesta sociedade do pós-modernismo figura o niilismo, o relativismo, o perspectivismo; a falta de consistência e permanência das referências políticas, éticas e religiosas faz com que vigore uma confusão generalizada, um estado permanente de ambiguidade ético-moral. Revela-se sobretudo a sobreposição do consumismo face à interioridade, do instantâneo sobre o estável e o duradouro, do *interesse geral* sobre o *bem comum*. Pode mesmo dizer-se, que ao nível

antropológico, o “homem antena” tende a prevalecer sobre o “homem raiz”, o homem do *instante*, que vive no esquecimento do sentido do seu modo de *ser humano*, na e pela relação com os outros.

É neste contexto, nesta encruzilhada, que a solidariedade surge como uma resposta ética alternativa a esta sociedade e à desigualdade e injustiça que nela prevalecem. Diz Aranguren Gonzalo que neste novo tempo, “a era está a parir um coração” (1998, p.26). Aliás, a este propósito, seguiremos de perto as ideias propostas por este autor nas obras “Reinventar la Solidaridad – Voluntariado y educación” e “Cartografía del voluntariado”.

Em virtude das situações de injustiça e de desigualdade que se manifestam na sociedade em que nos encontramos, têm surgido cada vez mais movimentos voluntários de cariz solidário. Este aumento de *consumismo solidário* pode ser explicado por aquilo que o autor referido chama de *solidariedade por necessidade*. A forma como temos vivido nos últimos tempos, com um desenvolvimento maioritariamente vocacionado para o crescimento económico, com as graves agressões que vamos fazendo ao equilíbrio do nosso planeta, leva-nos a perceber que um impulso solidário da nossa sociedade pode ser a resposta que impeça o nosso *suicídio colectivo*. Desta forma, esta solidariedade não é uma solidariedade egoísta mas inteligente pois resulta da tomada de consciência que estamos a atingir os limites ecológicos e ambientais, que estamos perante uma escassez de recursos, pelo menos no que diz respeito à extensão das condições de vida do mundo ocidental a todo o planeta. No fundo, esta *solidariedade por necessidade* não é mais do que a consciência de que não é possível manter o modo de vida ocidental de forma perpétua e que a necessidade de fazer alguma coisa para transformar esta situação, apostando na solidariedade, pode ser a resposta que traga a mudança desejada.

A solidariedade converteu-se numa referência central para caracterizar algumas éticas pós-modernas. Tanto a solidariedade como o voluntariado não são necessariamente expressões de grandes virtudes, valores ou ideais. Segundo Gilles Lipovetsky (1994) estas podem ser expressões de uma cultura individualista, ou seja, não parece ser necessário deixar de ser individualista para ser solidário. Uma das características deste pensamento é, precisamente, mostrar-nos a compatibilidade entre o individualismo e a solidariedade. “O indivíduo contemporâneo não é mais egoísta do que o de outros tempos, expressa é sem vergonha a prioridade individualista das suas escolhas” (Lipovetsky, cit. in Domingo Moratalla, 1997, p. 110).

Na perspectiva do autor citado, hoje o caminho da solidariedade e do altruísmo não tem porque ser tortuoso e estar cheio de sacrifícios pessoais em benefício dos demais. Trata-se neste

caso de uma solidariedade e de um altruísmo sem nenhum tipo de renúncia, divorciados de uma ética do dever.

O caminho para uma ética da solidariedade não é o caminho da culpabilização, mas o da responsabilização onde os indivíduos devem pensar mais no futuro do que no passado, mais na prevenção do que na repressão. Para Lipovetsky encontramos-nos perante uma nova forma de altruísmo: o *altruísmo indolor*. “Somos favoráveis à ideia de solidariedade se esta não pesar demasiado directamente sobre nós” (Lipovetsky, cit. in Domingo Moratalla, 1997, p. 111).

A situação moral do nosso tempo é tão inovadora que reclama uma aproximação indolor às normas morais. As novas situações de interdependência social e ecológica não estão ausentes de moral, reclamam uma nova moral indolor que seja compatível com o individualismo. O individualismo solidário é expressão de uma forma de solidariedade que se traduz em melhores acções “interessadas” mas capazes de melhorar a vida dos homens que boas vontades incompetentes. Esta expressão aparentemente ética não é estritamente racional, destinada apenas a uma elite, mas trata-se de uma nova moral do sentimento e do coração especialmente apropriada para as grandes massas. Domingo Moratalla, referindo-se a Lipovetsky, lembra que só uma moral do sentimento torna compatíveis o individualismo e a solidariedade, tendo nos meios de comunicação um aliado de peso. “O individualismo não supõe a negação da solidariedade mas a progressão social de uma solidariedade indolor, circunstancial, emotiva, cada mais impulsionada pelos *media*.” (Lipovetsky, cit. in Domingo Moratalla, 1997, p. 112). Se a solidariedade que nos é pedida consiste em enviar um cheque ao fim do ano, isso não exige grande sacrifício pessoal, pelo menos do ponto de vista da implicação pessoal de cada um.

Assim, encontramos-nos perante uma cultura individualista mas, que ainda assim, não requer menos espírito solidário. O que está a acontecer é que está a tomar novas formas, menos políticas e mais mediáticas, mais emocionais, mais individualizadas.

Por outro lado, Rorty (1994) estuda a solidariedade preocupando-se, não com o que os filósofos e teóricos da solidariedade disseram, mas com a forma como os povos constroem as suas solidariedades quotidianas. Recupera o caminho da utopia, mas de uma utopia liberal, onde a solidariedade aparece como uma meta a alcançar a qual, segundo Rorty, não se alcançará através da investigação mas da imaginação, por meio da capacidade imaginativa de ver os estranhos como companheiros no sofrimento.

A solidariedade não se descobre mas cria-se, aumentando a nossa sensibilidade para os detalhes particulares da dor e da humilhação de seres humanos distintos. Com efeito, a

solidariedade está associada à imaginação, à sensibilidade e ao alargamento do *nós*. “Há dentro de cada um de nós algo – a nossa humanidade essencial – que ressoa na presença de essa mesma coisa em outros seres humanos” (Rorty, cit. in Domingo Moratalla, 1997, p. 114) e esta identificação gera a solidariedade. Esta não é um valor que desperta quando reconhecemos uma essência comum em todos os seres humanos, até porque os seres humanos “têm dificuldade em precisar o que é essa essência comum” (Rorty, cit. in Maria João Couto, 2000, p. 101), mas uma questão de identificação imaginativa com os pequenos detalhes da vida de outras pessoas. É a capacidade de perceber cada vez com maior clareza que as diferenças tradicionais (de tribo, de religião, de raça, de costumes, etc.) deixam de ter importância quando comparada com as semelhanças referentes à dor e à humilhação; é a capacidade de considerar pessoas muito diferentes de nós incluídas na categoria do *nós*.

Mais do que elaborar grandes teorias sobre a solidariedade, o alargamento do *nós* solidário depende “de uma descrição detalhada de como são as pessoas que desconhecemos e de uma re-descrição de quem integra esse *nós*” com o qual tecemos o eu (Rorty, cit. in Domingo Moratalla, 1997, p. 115). Aquilo que é preciso fazer é saber mais sobre os outros, ter mais informação sobre eles, vê-los melhor, compreender melhor as suas tradições e culturas. Não é preciso partilhar as mesmas teologias ou antropologias para partilhar os mesmos sentimentos. Se quisermos partilhar a mesma fundamentação da solidariedade aparecerão as nossas diferenças e não poderemos construir uma sociedade tolerante e democrática.

No entanto o *nós* referido por Rorty quando se refere ao alargamento do *nós*, não é entendido como um *nós* correspondente a toda a humanidade. Esta noção de um *nós* que não engloba a totalidade dos indivíduos permite a introdução de uma certa clivagem entre os indivíduos, porque quando se fala de um *nós* estamos a criar uma separação dos indivíduos em duas categorias: *nós* e *eles*. Como refere Maria João Couto (2000) “na própria consideração de um *nós* está já implícita a consideração de um *eles*, uma vez que a pessoa do outro se torna uma instância da nossa própria configuração pessoal” (p. 104).

Tal como acabamos de referir, a pós-modernidade afecta a forma como a solidariedade é encarada. Assim, fala-se de *solidariedade pós-moderna* como aquela que é caracterizada por uma *religião civil* que é cultivada por uma cidade pós-moderna e secularizada, onde aparecem com força os novos dogmas laicos próprios dessa sociedade civil, tendo particular relevo a solidariedade; pelo *immediatismo*, onde a solidariedade praticada quer resultados a curto prazo sem investigar as causas e os conflitos de fundo; pela *ética do bem-estar*, onde o bom se identifica com o que cada um

deseja em cada momento para melhorar a sua qualidade de vida e onde esta consegue tornar compatível o esbanjamento consumista com a solidariedade, tornando-se esta última num produto que se consome de forma acrítica; pelo *individualismo* que se converte no maior catalisador do relativismo moral de maneira que se pode ser solidário com ausência participativa no âmbito social e político; pela *desmoralização*, entendida como desmoronamento, cansaço e falta de fundamento do exercício da cidadania e das suas instituições, provando que a cultura da satisfação não consegue realizar a pessoa de modo pleno e feliz; por outro lado, isto conduz a ausência de legitimação teórica que permita estabelecer uma axiologia que oriente práticas éticas com que viver individual e colectivamente. Neste contexto, a solidariedade é vista como a subjectividade individual, avaliada pela razão fragmentada e caracterizada pela *verdade parcial e individual*, não havendo mais universalidade do que aquela que cada um expõe e defende.

As acções solidárias desenvolvidas a partir desta perspectiva de solidariedade originam diferentes modelos: a solidariedade como espectáculo, a solidariedade como campanha e a solidariedade como cooperação. Qualquer um destes modelos de solidariedade reflecte a cultura pós-moderna que caracteriza a sociedade actual.

A *solidariedade como espectáculo* pode ser traduzida pelos múltiplos festivais e espectáculos de cariz solidário que têm proliferado desde os anos 80. Veja-se o caso dos movimentos musicais em volta do combate à fome no mundo (USA for África, Liveaid, Live8). Esta moda solidária transformou a solidariedade igualmente num artigo de consumo. Não há qualquer reflexão sobre os problemas, apenas uma reacção emocional e uma sensação de utilidade. Mais do que realizar uma acção solidária, consome-se solidariedade. Exerce-se um *altruísmo indolor* próprio da sociedade pós-moralista em que desapareceu o dever, o sacrifício, o esforço e a obrigação. É uma solidariedade que não custa, que dá prazer, que evita o esforço pessoal e que não obriga à *implicação pessoal*.

No que se refere à *solidariedade como campanha*, esta forma de exercer a solidariedade é bem característica das acções de ajuda humanitária, que são caracterizadas por levar auxílio imediato a vítimas em situações de catástrofe. É uma solidariedade à distância e distante, muitas vezes mediática, cuja referência ética é o cultivo de sentimentos pessoais, de generosidade, que se misturam com a expiação da *culpa* individual e colectiva. As campanhas associadas à recolha de donativos para estas acções são bastante eficazes, mas toda esta acção deixa de fora a reflexão e a análise. Por outro lado, esta forma de solidariedade está limitada no tempo e nos efeitos que gera a médio e longo prazo. O mesmo autor defende ainda que “a solidariedade centrada em campanhas

que não se insiram em processos de acção – reflexão – acção, está destinada a ficar-se pela superfície dos problemas, sem passar a barreira que se interroga pelas causas que geram a tragédia que se pretende aliviar e que com outra abordagem se poderia evitar” (1998, p. 43).

Estas acções podem até ter uma motivação *pouco desinteressada* por parte dos intervenientes, uma vez que as empresas que se associam à recolha de donativos para uma dada campanha estão também a aumentar os seus lucros quando as pessoas os consomem mais e estas estão apenas a aliviar a sua *culpa* com uma contribuição que em nada as implica.

Relativamente à *solidariedade como cooperação*, os projectos de desenvolvimento são o exemplo mais evidente deste tipo de solidariedade. São muitas vezes levados a cabo com o intuito da promoção política ou económica exterior, sendo alheios aos interesses dos destinatários. É uma ajuda muitas vezes invasiva, nem sempre respeitadora das tradições e métodos de trabalho locais, utilizando, muitas vezes, instrumentos e técnicas que impossibilitam a viabilidade dos projectos a longo prazo, dado que, no mundo onde são implementados, não existem materiais e tecnologia apropriados para lhes dar continuidade. É muitas vezes uma exportação de modelos que são aplicados num dado contexto, sem que se tenha em conta a participação daqueles que são “alvo” destas mesmas acções, reforçando, desta forma, o seu papel de *objecto* (ou lugar) de uma acção que se faz sobre eles e não *sujeitos* das acções que se constroem com eles.

O modelo ético que está na base deste tipo de solidariedade pode parecer uma aproximação à chamada *ética do consenso*, onde o que prevalece é que se chegue a acordos através da razão comunicativa que nos assiste a todos. No entanto, esta participação, ou o direito de participação de todos os envolvidos no projecto, encontra um obstáculo quando os destinatários do projecto são os excluídos do sistema social, económico e político. Na opinião do autor, existem sérias resistências, por parte de muitas Organizações Não Governamentais (ONG), a utilizar *métodos participativos* devido ao próprio desconhecimento de metodologias participativas dos destinatários dos projectos, à falta de confiança nesses mesmos grupos e também, por um certo conservadorismo institucional de algumas organizações. Assim, a cooperação rígida, hierarquizada, “verticalista”, realizada a partir do Norte afirma defender a lógica do projecto mas apenas promove a lógica do modelo, caindo assim numa pseudoparticipação, que em nada ajuda a potenciar as capacidades dos autênticos protagonistas dos processos de desenvolvimento humano. A solidariedade como cooperação corre o risco de se esquecer da vida real dos destinatários da sua acção e do movimento solidário que estes geram.

Por outro lado, começam a surgir formas de pensar a sociedade e a cultura que quebram com a ideia da pós-modernidade. Este movimento designado *solidariedade dissidente* faz da solidariedade o princípio ético de actuação, que não se impõe a partir de nenhuma instituição nem por coacção, mas nasce da necessidade de cada um de construir um carácter próprio e de ter uma vida plena; onde a acção solidária é encarada como um trabalho a longo prazo, promovendo o movimento social e de cidadania, dando valor à participação e ao compromisso social a favor da transformação da realidade injusta. Julga-se, assim, poder contribuir para a aquisição de uma *moral elevada*, isto é, contar com a capacidade e a visão necessárias para fazer frente à realidade com a convicção que o portador desta cultura de solidariedade é mais um colaborador no processo comunitário de trabalho pela justiça levando à vivência da razão necessária, dado que a realidade urge e clama por respostas práticas, buscando respostas humanizadoras e, neste sentido, solidárias.

Como forma de rasgar com movimentos solidários de cariz pós-moderno, Aranguren Gonzalo propõe um modelo de solidariedade diferente: a *solidariedade como encontro*. Aquilo que este autor aponta é que se encare a solidariedade e as acções solidárias como algo sobre o qual é necessário reflectir e, a partir da análise e reflexão que é feita sobre a origem dos problemas, actuar de um modo diferente. “É preciso encontrar-se com o mundo da dor e da injustiça e não ficar indiferente e ter a capacidade de viver e de pensar de outra forma.” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.49). Por capacidade para pensar entende-se a capacidade para analisar o mais objectivamente possível, a realidade de inumanidade e de injustiça em que vivemos. Prolongando a citação do autor, será possível “viver de modo que a solidariedade constitua um pilar básico no projecto de vida de quem se tenha a si como solidário.”

A partir da experiência de encontro afectante com a realidade do outro, ferido na sua dignidade é possível potenciar os processos de promoção e crescimento das pessoas e colectivos com quem se realiza a acção humanitária.

Na solidariedade como encontro, os projectos não são fins em si mesmo, mas meios de crescimento e desenvolvimento humanos das pessoas; são parte de um processo global de promoção humana, de dinamização comunitária, de autogestão dos próprios problemas e soluções, de ajuda mútua.

“A solidariedade como encontro faz dos destinatários da sua acção os autênticos protagonistas e sujeitos do seu processo de luta pelo que é justo, pela resolução dos seus

problemas, pela consecução da sua autonomia pessoal e colectiva.” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.50).

Este modelo de solidariedade tem por base uma razão ética que acontece no outro, passa pelo encontro efectivo e afectivo com o outro e permite que a realização das pessoas passe pela conquista da sua própria autonomia. Passa igualmente pela imersão e contextualização do *encontro* na nossa cultura, propiciando a geração da cultura da solidariedade que se apoia nessa razão ética originária que adquire forma de rosto humano, antes de qualquer outro argumento. Esta perspectiva da solidariedade baseada no encontro, apoiada na ética que adquire a forma de rosto vai ao encontro da ideia defendida por Levinas, e aqui descrita por Isabel Baptista, de que “o diálogo com outro sujeito de rosto desafia os horizontes da consciência individual por força de um misterioso poder de interpelação, mas também de apelação” (2009, p.16). A autora defende que esta interpelação que o outro gera em *mim*, faz com que eu seja mais do que um *outro*, mas um outro para o outro, no sentido de ficar comprometida com o seu bem-estar. Quando este encontro de duas pessoas diferentes, duas subjectividades, se faz em espírito de acolhimento, “deixando-se investir pelo testemunho da respectiva alteridade, entre elas nasce um *laço* absolutamente singular (Baptista, 2009, p.16). Este laço, que surge da aceitação da interpelação que o rosto do outro gerou em mim, é na opinião da autora, a essência de todo o acto pedagógico.

Esta experiência de alteridade tem “o poder de nos chamar para a irrecusável aventura da solidariedade” (Baptista, 2009, p.19). No fundo, a interpelação que o rosto do outro provoca em nós é um impulsionador de uma cultura de solidariedade.

Esta reinvenção da solidariedade, defendida por Aranguren Gonzalo, pretende substituir uma solidariedade sem fundamento ético em que o encantamento solidário de sentir, pensar e fazer *solidariedade pós-moderna* é responsável por uma unanimidade que perverte a capacidade de pensamento autónomo e livre de cada pessoa e que leva à degradação do impulso ético e da vontade de transformação que o valor moral da solidariedade gera.

Assim, uma solidariedade vivida como impulso ético ajuda a configurar o projecto de vida das pessoas e o projecto de transformação da nossa sociedade.

Para se conseguir reinventar a solidariedade é necessário começar por redescobrir as fontes que a originam, ou seja, é preciso atender aos fundamentos antropológicos da solidariedade.

1.2. Antropologia da solidariedade

Para falar da antropologia da solidariedade é necessário considerar o conceito de pessoa, uma vez que perspectivar a solidariedade como um dado antropológico implica necessariamente a possível descrição e problematização da realidade humana.

A pessoa é uma instância dinâmica e “mais do que algo acabado, a pessoa entende-se a si mesma como tarefa e praxis permanente para a construção da sua própria personalidade [e representação identitária]” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.67). Para além da componente genética que condiciona a personalidade de cada um, a realidade regula e molda-a, fazendo com que a pessoa se “personalize”, apropriando-se de determinadas possibilidades que farão parte da construção da sua vida.

O ser humano difere dos restantes animais porque é dotado de inteligência, mas também de sociabilidade e de linguagem. Enquanto os outros animais dispõem de recursos biológicos que os tornam extraordinariamente adaptados ao meio onde vivem, o homem tem que se dotar desses mesmos recursos de sobrevivência. “O animal humano é um ser biologicamente deficitário” (Barrio Maestre, 1988, p.96). Quer a anatomia quer a fisiologia humana colocam dificuldades ao nível da capacidade adaptativa do homem. Ao passo que os outros animais, pouco depois de nascerem estão prontos a desenvolverem-se sem grandes dificuldades, graças à informação genética que possuem, o homem precisa de muita atenção e protecção, durante anos, para conseguir sobreviver num ambiente que lhe é hostil.

Aquilo que permite ao homem a sua sobrevivência é a capacidade que este manifesta de conseguir transformar o meio que o envolve. Enquanto “as outras espécies se adaptam ao meio onde vivem, o homem adapta o meio envolvente às suas necessidades de sobrevivência” (Barrio Maestre, 1988, p.98).

Para além desta capacidade de transformar o meio em que se insere, a qual se pode chamar capacidade de fazer cultura, o homem também precisa de desenvolver hábitos que lhe permitam estratégias de sobrevivência. Enquanto a maior parte dos animais reage de forma essencialmente instintiva, o ser humano é pobremente instintivo. Os instintos e os hábitos fazem parte da conduta humana e embora os primeiros se transmitam geneticamente, os outros têm que ser culturalmente transmitidos, algo que é feito através da educação. “A capacidade de combinar movimentos, dos mais simples aos mais complexos, gera automatismos aprendidos em oposição à conduta instintiva” (Escaméz, cit. in Barrio Maestre, 1988, p.100), e estes automatismos aprendidos

conferem estabilidade e firmeza ao comportamento humano. Em suma, a educação é algo fundamental para que o ser humano possa inserir-se no meio em que vive.

Se a adaptação do homem ao meio é activa, dado que o homem modifica o meio em que se insere, sendo simultaneamente modificado por ele, das tarefas que terá que executar para o conseguir, “a tarefa primeira e fundamental é a de construir-se como ser humano” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.69). Dado que o ser humano não possui órgãos especializados, adaptados a um meio ambiente concreto, é um ser aberto ao possível. A sua vida é construída em função da sequência de experiências que vai vivendo. “A inevitável necessidade de experimentar actuando inscreve a realidade humana no âmbito da abertura constitutiva” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.69).

Esta abertura entendida como um processo que conduz a pessoa a construir a sua vida integrada no ambiente que a rodeia e “marcando o carácter dinâmico da realidade humana” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.70) torna possível a viabilidade da espécie humana, através da acção que o homem realiza. Assim, aparecem equiparados “o carácter inacabado e (...) aberto, da realidade humana” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.70).

Assim, a pessoa deve ser vista “mais como algo em permanente construção do que como um facto, algo dado ou definido pela natureza” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.70). A abertura constitutiva tem a marca antropológica de um processo que possibilita a implantação da pessoa no mundo e da possibilidade axiológica e ética da sua construção humana.

Poder-se-á falar de um âmago solidário inerente à condição humana?

Ao considerar a condição solidária do ser humano, esta pode ocorrer através de processos de abertura que surgem na relação com os outros, na acção, como possibilidade ou como parte da experiência religiosa. Vejamos, no caso da *abertura como relação com outros*, esta baseia-se no facto de a pessoa ser encontro e relação. Ao nascer a pessoa é uma realidade inacabada. Após o momento traumático do nascimento segue-se o momento de acolhimento, carinho e ternura por parte da mãe e “é no *tu* da mãe que começa a esculpir-se o *eu* do filho” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.71). É evidente que nem sempre se verifica esta relação entre mãe e filho, sendo a ausência desta relação algo de fracturante no desenvolvimento do indivíduo. Esta forma *passiva* da relação humana é algo que se vai repetindo ao longo da vida, porque mesmo sem ter a consciência da vivência com os outros, eles já intervieram na nossa vida e nela continuam a intervir. Esta realidade é de tal forma intensa que pode-se dizer que os outros que vamos encontrando ao longo da vida, são responsáveis em boa parte por configurar a pessoa que somos. É comum, ao olharmos para trás, agradecermos o contributo de familiares, amigos, professores, pessoas que nos ajudaram “a

despertar do sonho de um mundo feliz para nos mostrarem a realidade de um mundo inóspito mas aperfeiçoável” (Aranguren Gonzalo, 1998, p.71). Se é verdade que os primeiros a participar na constituição da pessoa são a mãe e posteriormente o pai do recém-nascido, o dinamismo da pessoa vai recebendo novas e inesperadas visitas que contribuem para a edificação de cada um. Seguindo as ideias de Cabada, que do ponto de vista da estrutura antropobiológica, a pessoa só chega a si mesma através do amor recebido do outro, da sua aceitação e do seu reconhecimento. Não considerar o outro como constitutivo da pessoa, equivale a ignorar feitos fundamentais da estruturação da esfera pessoal. O autor refere ainda, lembrando Carlos Díaz, que o amor (do sujeito ético) precede e edifica a solidariedade do sujeito político. Só pode exercer a solidariedade quem se nutriu do dom do outro. A solidariedade nasce a partir da interpelação que o rosto do outro provoca em nós e reconhecendo a sua condição de pessoa e o protagonismo que cada um tem na sua própria história, sentindo-nos afectados pela sua vulnerabilidade e percebendo que fazemos todos parte de um todo, que o bem-estar do todo passa pelo bem-estar de cada um, somos capazes de exercer a solidariedade.

Prolongando a análise de Aranguren Gonzalo, segundo o qual compreendendo a pessoa que clama a partir da sua indigência é possível abrimo-nos ao amor para os outros. No fundo dos actos que realizam a pessoa encontra-se uma atitude radical a que Scheler, chama *ordo amoris*. Deste modo, o núcleo principal do *ethos* de um sujeito radica no seu *ordo amoris*, na ordem que preside ao seu amor. Este amor constitui-se, então, como um processo de edificação da pessoa e do mundo. A pessoa encontra-se dedicada aos demais, não como carga mas como libertação por meio do amor. A pessoa dá-se e deixa-se encontrar no amor que cria vínculos solidários e edifica uma autêntica comunidade de rosto humano, impregnada de ternura, de acolhimento incondicional e da promoção da pessoa do outro, para a construção da sua própria vocação pessoal.

Muitas vezes entende-se o amor como um acto generoso em que a pessoa se esquece de si mesma, uma vez que o fim (entrega aos outros) justifica os meios (esquecimento da própria pessoa). Uma correcta antropologia da solidariedade deve, na opinião do autor, fazer a distinção entre *amor de si* e *amor-próprio*. A pessoa vai-se definindo entre as coisas e com as pessoas a partir de um sentimento profundo a que chamamos *amor de si*, que está relacionado com não poder viver sem um certo apego afectivo e existencial para consigo mesmo. Este amor corre sempre o risco da evasão abstracta, convertendo-se num amor “desencarnado” ou porque não existam destinatários reais desse amor ou porque se esquece, e às vezes se foge, da própria realidade pessoal, encontrando na acção generosa gratificações que compensam os vazios interiores.

Somos herdeiros de uma certa ideologia de cariz religioso que coloca em pólos opostos o amor por si mesmo e o amor para com os outros. No entanto, é importante recordar que a ideia bíblica consiste em *amar o próximo como a si mesmo* e que isto implica que o respeito pela integridade e individualidade de cada um, o amor e a compreensão individual não possam ser separados do respeito, amor e compreensão por outro indivíduo. Assim, o *amor de si* é um pressuposto necessário para o interesse pelos outros e, em última análise, para amar os outros, de modo que “o amor de si e o amor pelo próximo se condicionam mutuamente” (Lacroix, cit. in Aranguren Gonzalo, 1998, p.74). Culturalmente o amor por si mesmo confunde-se muitas vezes com egoísmo, de tal maneira que quem se ama a si mesmo parece incapaz de amar os demais. Algo diferente é a realidade do egoísmo, aqui chamado de *amor-próprio*, que é uma forma de uma pessoa ter-se em conta a si mesma sem se amar. Aquele que não gosta de si também não se pode interessar pelo outro. O amor-próprio instalado no egoísmo nunca avança pois nem sequer se estima a si mesmo. Quem vive afundado no âmbito do amor-próprio está tão incapacitado para os outros como para se ocupar de si mesmo.

Assim, o amor de si condiciona e possibilita a solidariedade com os demais enquanto o amor-próprio se opõe a qualquer forma de altruísmo e leva ao fracasso da pessoa, dado que esta se isola no seu pequeno mundo desinteressando-se do que a rodeia; o amor de si parte do máximo respeito por si mesmo e possibilita o desdobramento de toda a sua força humanizadora, ao passo que o amor-próprio move-se na lógica do desrespeito por si mesmo; o amor de si parte da auto-estima e da estima positiva para com os outros e o amor-próprio não é capaz de desenvolver a suficiente estima por si mesmo de forma a viver plenamente; o amor de si é sinónimo de afirmação de vida, de crescimento e de liberdade de cada indivíduo, enquanto o amor-próprio conduz à falta de coragem para enfrentar-se com a vida, o que é sinónimo de fracasso existencial.

Em síntese, para amar há que estar capacitado e preparado para isso, o que passa pelo amor de si, que longe de separar o indivíduo dos outros, o vincula mais criativamente a eles.

O homem faz-se homem realizando e configurando o próprio destino pessoal comprometendo-se na sua vida por meio da acção. A *abertura como acção* implica que mesmo quando actua de forma passiva, isto é, na possibilidade negativa do compromisso com a acção, o homem também escolhe e cria o seu próprio futuro.

A pessoa, longe de ser uma realidade acabada, está constante e dinamicamente a construir-se, sendo mais do que cada uma das suas manifestações, recreando-se em cada um dos seus actos.

A acção possibilita a construção do vínculo que liga a pessoa à realidade. Embora esta ligação seja relativa à realidade da pessoa, não é independente da realidade que a envolve. Com o tempo, a acção põe a descoberto a tensão dinâmica que fura, dá alento e conduz para a realidade pessoal em toda a sua complexidade. O ser humano actua porque quer. É aqui que radica o dinamismo da acção. A sua vontade é uma vontade que *quer e que quer tudo*, especialmente chegar a ser o que realmente cada um estima e deseja, nadar no mar ilimitado das aspirações, encontrar a perfeição e o pleno desenvolvimento pessoal. No entanto, a realidade pessoal é outra e a vontade que tudo quer vê-se reduzida à vontade querida e realizada na parcialidade do real. É neste movimento que a totalidade da pessoa se ajusta consigo mesma, confrontando-se com os seus limites e com as suas precariedades. “De mim a mim mesmo há uma distância infinita que a acção se esforça por encher, sem nunca o conseguir completamente” (Lacroix, cit. in Aranguren Gonzalo, 1998, p. 78). O homem não pode encerrar na sua acção concretamente querida tudo o que se encontra no princípio dinâmico da sua actividade voluntária. Aquilo que é efectivamente querido nunca iguala as aspirações e intenções da vontade que tudo quer e a vontade que quer é caracterizada pelo querer adquirir o carácter de elemento incessantemente superador do real, que se afirma como um novo acto de querer. Ambas as dimensões da vontade constituem a tensão dinâmica em que se move a acção humana dando de si a concreta forma da realidade de cada pessoa.

Esta interpretação antropológica da acção não predefine um tipo de pessoa determinada. Pelo contrário, em função das possibilidades e circunstâncias que rodeiam cada pessoa, a acção revela a especificidade e unicidade de cada um.

Por outro lado, a acção não permanece instalada na individualidade de cada pessoa, uma vez que devido à condição social de todo o ser humano, a acção adquire uma dimensão social que não se pode ignorar. Assim, existe um carácter social das nossas acções em virtude das quais os outros indivíduos incluem-se (e são incluídos) no decurso da própria acção. A acção dos outros intervém na minha própria acção, não de uma forma manipuladora (que também poderá ocorrer), mas, essencialmente, num sentido estrutural: *eu sou com e pelos outros*. De alguma maneira, a realidade pessoal não depende apenas da criatividade e invenção pessoal de cada um. Mesmo que não queiramos, os outros estão presentes em mim e nas minhas acções.

A acção também nos obriga a situarmo-nos existencialmente no mundo em que vivemos. *Estamos condenados à acção* e, mais ainda, quando o pensamento crítico nos coloca perante a compreensão de uma realidade marcada pela desigualdade e a inumanidade. Mas a compreensão

não é suficiente, é necessário actuar. A acção é, assim, a *escola* da realização pessoal, não na perspectiva de cada um se sentir bem consigo próprio, mas na perspectiva da constante insatisfação pessoal, que não conduza ao desespero mas à esperança que norteie o caminho na direcção de fazer-se *verdadeiro a si mesmo*, perseguindo, assim, não apenas o *interesse pessoal* mas o *bem comum*.

Desta forma, Aranguren Gonzalo (1998) menciona, seguindo o pensamento de Lacriox, que o homem não se livra da sua vocação nem mesmo quando a desperdiça. Enquanto se vive, nada está definitivamente perdido, dado que a acção presente pode sempre reconduzir o passado e dar-lhe um novo sentido. Actuando, recreamo-nos continuamente e no menor dos nossos actos está contida a possibilidade de transfiguração de toda uma vida: eu também sou o que faço e o que desejo.

Por outro lado, no que se refere à *abertura como possibilidade*, uma vez que o homem vive instalado na realidade, permanece aberto a um múltiplo campo de possibilidades. Possibilidade e realidade articulam-se como elementos nucleares de uma antropologia da solidariedade na medida em que esta apresenta-se à pessoa como uma possibilidade que define e molda a vida humana de quem opta por ela.

A abertura como possibilidade está relacionada com a criação histórica e moral de cada pessoa. Com efeito, o ser humano tem uma tarefa essencial ao longo da vida que é empenhar-se em ser pessoa e esta necessidade inevitável acarreta a obrigação de protagonizar a sua história pessoal. Diz-nos o autor que, segundo Xavier Zubiri, a história contempla a componente de *transmissão* de caracteres psicológicos e biológicos que passam geneticamente de geração em geração e a componente de *entrega*, de tradição, e o que se entrega de uma geração para outra são formas de estar na realidade, maneiras de viver, visões do mundo, configurações culturais próprias de uma determinada comunidade, num determinado momento. Desta forma, quando um indivíduo *recebe* uma forma concreta de estar na realidade, apoia-se sempre nela, nem que seja para optar por outras formas de existir, outras construções vivenciais possíveis, o que o faz avançar culturalmente a humanidade e conduzir à mudança político-social. Ao viver no âmbito da possibilidade o homem constrói a sua vida transformando as partes da realidade recebida que deseja e pode mudar. Esta mudança é constitutiva da dimensão histórica da realidade humana, dado que não é possível a repetição exacta dos valores dominantes, dos costumes, das visões do mundo, das formas culturais e da realidade, de uma geração para outra. Esta transformação traduz-se na apropriação de novas possibilidades tecidas na forma de estar na realidade que cada um

recebeu. O homem protagoniza a sua história na medida em que a faz avançar, transformando-a e dotando-a de sentido.

Mas para lá da configuração temporal do humano, o homem também vive numa determinada configuração espacial, precisamente porque o homem vive na realidade em contínuo diálogo com o que o envolve. Para fazer frente a essa mesma realidade o ser humano conta, em primeiro lugar, com a situação com que se depara e consigo mesmo em forma de recursos com que responder adequadamente a essa situação. Cada um, perante a situação que enfrenta, toma-se a si mesmo e às coisas com as que se enfrenta como meios para convertê-los, mediante a acção, em possibilidades que contribuem para compor a sua forma da realidade, o seu desenvolvimento pessoal. É este o sentido último da *apropriação* pessoal. Esta é algo mais que a mera acção; mediante a apropriação, incorpora-se na vida pessoal a possibilidade porque se optou. Na acção solidária incorpora-se na nossa existência aquilo que antes era um valor que, simplesmente, nos atraía.

O ser humano protagoniza a sua história pessoal mediante um duplo e simultâneo movimento. Por um lado um movimento de conversão, segundo o qual os recursos com que conta, começando por si mesmo, são convertidos em possibilidades susceptíveis de serem apropriadas por si. Por outro lado, vai realizando um movimento de capacitação que resulta de um acumular de sucessivas apropriações de possibilidades que efectua.

A realidade humana plasma-se no âmbito da possibilidade e do sentido. A vida humana vai sendo a resultante das apropriações de possibilidades que cada um vai escolhendo e que em última instância constituem o *ethos* ou personalidade moral de cada qual.

Nesta reflexão é importante ainda referir que a história não é um feito individual. Pelo contrário, a história é campo de acção de possibilidades e de realização pessoal e comunitária dessas mesmas possibilidades, pelo que a história se pode conceber como um processo permanente de *capacitação*.

É importante não esquecer que este carácter processual da história faz dela um risco constante, já que a escolha de determinadas possibilidades e consequente apropriação das mesmas pressupõe a existência de capacidades incorporadas e implica a rejeição ou a inexistência de outras.

Conforme salienta Aranguren Gonzalo (1998), reportando-se à opinião de Ellacuria a própria forma como o Ocidente olha para o desenvolvimento e para o consumo como motor

fundamental do processo histórico, impediu a existência de outras possibilidades de vida, social e mundialmente irrecuperáveis.

A pessoa não é um ser puramente individual nem um puro ente social. Não se encontra nem na retirada individualista nem na expansão comunitária, mas na tensão equilibrada de ambos os movimentos. Assim, deve o homem ocidental perguntar-se se bastará protagonizar a sua história, a partir do seu pequeno mundo de bem-estar e de conforto ou se a deve protagonizar enfrentando a realidade no seu conjunto. Para isso é necessário que renuncie ao monopólio ocidental da razão que muitas vezes actua como lentes que desvirtuam e até encobrem a realidade, especialmente a que está para lá do Ocidente.

A apropriação de possibilidades pessoais e estruturais deve passar por aqueles que “não contam”, que são *ninguém*, uma vez que os seus rostos de desconhecidos que sofrem configuram um âmbito de recursos que permitem que cada um de nós possibilite a sua dignificação como pessoa. O âmbito dos *não-sujeitos* converte-se em possibilidade de exercício da solidariedade, não como uma simples actividade, mas como um princípio articulador de uma vida com sentido.

A possibilidade da solidariedade, uma vez apropriada e incorporada na própria vida, isto é, uma vez que se faz experiência, incita-nos a pensar e a viver de outra forma. Por um lado, a experiência da acção, do encontro com os demais e de realizar a possibilidade da solidariedade convida e incentiva a nossa capacidade de pensamento e de reflexão com o objectivo de fazer frente, compreender e não desfalecer face à realidade em que vivemos. Por outro lado, o pensamento só é válido quando é pensamento em acção; só assim é possível fazer fazendo-nos e transformar transformando-nos.

A abertura da pessoa a si mesmo como realidade, aos outros, à acção e ao âmbito das diferentes possibilidades coloca a solidariedade como uma possível fonte de personalização e de constituição do processo vital da pessoa. Dado que as realizações humanas não são neutras, a necessidade de apropriação de possibilidades define a pessoa como uma realidade constitutivamente moral e em virtude disto, a pessoa apropria-se de diferentes possibilidades buscando a plenitude vital, não bastando actuar e escolher mas sendo necessário actuar bem e escolher aquelas possibilidades que melhor se aproximem de uma vida plena e feliz.

No âmbito da antropologia da solidariedade não se pode deixar de lado a *abertura à experiência religiosa* no exercício da solidariedade. A solidariedade, uma vez apropriada e incorporada na própria existência, vai dando forma ao *ethos* de cada pessoa.

Todas as grandes religiões partilham teses similares sobre qual será a regra de ouro do comportamento entre pessoas, que acabam por confluir na prática da compaixão, da ajuda mútua e do amor, mesmo pelos inimigos. Actualmente, podemos mesmo afirmar que a solidariedade aparece como a versão secularizada da fraternidade cristã e como desenvolvimento de um dos pilares axiológicos da Revolução Francesa (Liberdade – Igualdade – Fraternidade). A solidariedade converte-se numa subtil forma de realizar a fraternidade.

A própria realidade histórica que caracteriza o ser humano fá-lo viver virado para o futuro e, nesta atitude não há um momento de chegada mas uma travessia da realização pessoal e, nesta travessia, cabe apropriar-se de uns e de outros valores, cabe abrir-se à experiência do encontro com Deus e abandonar-se na experiência de fracasso pessoal e de desamparo.

Ao reflectir sobre a solidariedade e a experiência religiosa há que ter em conta que uma das formas com que todos têm contribuído para silenciar Deus consiste no consentimento que se refere à experiência de inumanidade que sofre o nosso mundo. Desta forma o problema de Deus não é apenas de índole cultural mas de testemunho na acção. Na opinião de Aranguren Gonzalo, a experiência da solidariedade constitui um modo privilegiado de hoje falar de Deus à humanidade e de fazê-lo presente; é um lugar de encontro onde Deus se nos revela, a partir do qual nos fala e no qual temos acesso a ele (Martín Velasco, cit. in Aranguren Gonzalo, 1998).

Muitas vezes pensa-se que apenas se encontra Deus na pobreza e na cruz mas não é menos certo que no exercício esperançoso, educativo e intencional da solidariedade se faz presente o Deus da vida. A solidariedade remete, assim, para um horizonte de sentido referencial, capaz de marcar as linhas fundamentais da existência pessoal e colectiva.

No entanto, a ideia de que o cristão se deve apresentar perante o mundo como espaço de soluções e que tem que colocar um tom confessional em todas as acções que realiza parece um pouco inoportuna, dado que, no caso da solidariedade, são muito valiosas e benéficas as diferentes contribuições de inúmeros movimentos e associações solidárias, que praticam a solidariedade a partir de distintas premissas pessoais e colaboram juntos na consecução de condições de vida digna e justa para os mais frágeis e vulneráveis. Devemos ter em mente que não possuímos uma varinha de condão que crie o modelo político mais justo, o projecto de sociedade mais adequado ou que trace o caminho certo para realizar um modelo de desenvolvimento sustentável. O que temos é a capacidade de reflectir, incluindo nas nossas operações mentais os saberes, as disciplinas e as mediações que fazem parte da nossa cultura e que não são nem dogma, nem doutrina nem preceito religioso.

Neste exercício, quem vive a solidariedade como abertura ao outro, no outro tentará fazer a sua contribuição modesta, mas significativa, junto com outras pessoas que realizam a mesma actividade, a partir de outras visões globais e de realização pessoal. A pretensão de impor aos outros um único modelo de solidariedade, neste caso confessional, resulta obsoleto e significaria cair no que se critica relativamente àquilo que a cultura secular impõe. O cristianismo é uma inspiração e uma mística que nos faz ser solidários a partir uma determinada concepção de homem e de sociedade e nos encaminha para um “sempre mais longe” em qualquer realização ou obra que se possa pôr em marcha.

Depois de feita a aproximação à dimensão antropológica da solidariedade em todas as suas vertentes, é tempo de reflectir sobre a solidariedade, não como possibilidade teórica de ir ao encontro de uma vida feliz, mas como processo pessoal e comunitário concreto, que permite mudar as situações que impedem o acesso da pessoa a uma vida digna. Falamos, assim, de uma ética da solidariedade.

1.3. Ética da solidariedade

Entende-se a solidariedade como princípio ético de actuação e de configuração da própria existência; uma existência que não se dobra sobre si mesma de forma individualista mas que, pelo contrário, se desenvolve no seio da realidade assimétrica que dá forma ao género humano.

Na opinião de Aranguren Gonzalo (1998), o sentido da solidariedade encontra-se na convergência de três condições que a constituem: uma *reacção* perante a injustiça e o sofrimento em que vivem tantas pessoas e povos do nosso mundo e como tal afecta e toca dimensões nucleares da pessoa; uma *determinação* por se envolver nos processos que tratam de erradicar as causas que geram situações onde a pessoa vive como não-sujeito e um *estilo de vida* que põe em jogo todas as nossas possibilidades e que se repercute no nosso projecto vital, dado que ser solidário constitui uma forma de vida que afecta por igual as acções solidárias que realizamos como a forma como projectamos e vivemos a nossa vida.

O autor refere, reportando-se ao pensamento de Domingo Moratalla, que numa época em que vivemos uma solidariedade *descafeïnada*, onde o movimento solidário se situa nas margens da sociedade, é preciso que a solidariedade não apareça como algo marginal e ocasional mas que seja tratada como uma dimensão nuclear com que se podem articular tanto projectos de vida pessoal

como situações comunitárias necessitadas de apoio e atenção. É preciso transferir a solidariedade desde as margens até ao centro da vida pessoal e social, o que pode ser feito a partir da confluência de diferentes movimentos: a partir do interesse geral postulado pela administração política que, no caso do voluntariado social, deve ser expressão concreta de solidariedade; a partir do progressivo aumento do tempo livre de muitos cidadãos reformados ou pré-reformados que encontram nas acções solidárias organizadas uma possibilidade de participação, podendo esta implicar até uma espécie de renascimento pessoal; a partir da constatação que a solidariedade constitui uma necessidade, na medida em que, sem a transformação que a ela pode introduzir, poderemos chegar ao limite do crescimento económico, a um desequilíbrio extremo do nosso planeta e a escassez de recursos, pelo menos no que se refere à extensão do nível de vida ocidental a todo o planeta (tal como já referimos); e ainda o movimento que partindo da convicção pessoal e da apropriação da solidariedade como um valor consistente, permite edificar a pessoa e a cidade de pessoas onde se vive.

O compromisso solidário será viável e nuclear em cada um de nós quando nascer de uma profunda *convicção pessoal*. Somos chamados a ser a realidade que urge respostas, pessoas de convicções arraigadas e não de conformismos estereotipados. E a convicção nasce do impacto que surge entre a acção e a reflexão.

É neste enredo criativo que *acontece* o valor moral da solidariedade pois esta não pode ser somente *entendida como* mas tem que ser *experimentada como*. Só o valor feito experiência pode ser estimado e apropriado, carregado de sentido e possível de cada um o incorporar na sua existência concreta.

Embora vivamos num mundo radicalmente danificado e que precisa de *tratamentos radicais*, não se pode cair na ilusão de procurar soluções a curto prazo. O passar da teoria para a prática daquilo que vem sido referido, bem como a realização da própria prática, exige processos praxiológicos longos e lentos mas determinados. Como nota Aranguren Gonzalo (1998), lembrando Garcia Roca, que há um desencanto que nasce de ignorar que o processo é por vezes longo, incerto e difícil.

A ética da solidariedade coloca na *convicção vivida* o âmago das suas tarefas, desenvolvendo-se ao longo de um processo continuado e crescendo em espiral a partir da realidade em que cada um vive.

A partir da vertente educativa, transversal à análise que vem sendo feita, é importante salientar que há condições prévias que devem ser cumpridas de forma a não tornar vazias de

conteúdo significativo a resposta solidária. Assim, é preciso combater todas as deformações que rodeiam o impulso solidário ou que impedem a sua consecução, como é o caso dos preconceitos e estereótipos sociais relativos aos excluídos; é necessário combater o sentimentalismo que defende a via da solidariedade como meio para que uma pessoa se sinta bem, assim como a culpabilidade mórbida que só fomenta a inoperância das acções; é igualmente necessário estar atento ao activismo agitado de quem está sempre ocupado sem saber onde aplicar tanto esforço, bem como combater a imposição de uma solidariedade administrada pelo Estado e que só nos afasta da verdadeira cidadania solidária. Por outro lado, é preciso insistir na condição assimétrica da realidade humana, que conduz ao exercício de uma solidariedade que caminha no sentido contrário ao da manutenção indefinida do nível de vida ocidental. Desta forma a solidariedade toca, questiona e transforma concepções e hábitos tão enraizados entre nós como a qualidade de vida, a satisfação de necessidades ou o bem-estar.

Sendo estas as duas condições prévias à ética da solidariedade, o próprio processo da acção adquire contornos específicos, dado que este modelo ético, próximo do modelo de solidariedade que anteriormente foi definido como *solidariedade como encontro* é concebido não a partir do assistencialismo ocasional perante uma situação urgente, mas como a execução de um processo integral de realização da justiça.

Neste itinerário é diferenciado o âmbito do processo, a atmosfera que exige a solidariedade como princípio ético, dos sucessivos momentos do processo. A solidariedade não pode ser uma imposição política ou simplesmente mediada pela comunicação social; pelo contrário, a solidariedade, para ser autêntica, implica uma predisposição pessoal favorável ao encontro com o outro diferente de mim.

A sensibilização é a resultante da capacidade de saborear a realidade e de se deixar agarrar cordialmente por ela, configurando-se, assim, como âmbito, ou seja, como lugar histórico de diálogo com a realidade. Neste sentido, a sensibilização constitui-se como um âmbito que alimenta todo o processo, substituindo a clássica versão da sensibilização simplesmente como factor de motivação inicial para se transformar num elemento, necessário e constante, presente na acção. “Aprender a ver com o coração”, seguindo a fórmula de “O Príncipezinho” de Saint-Exupéry é um exercício para a prática quotidiana de quem quer ser solidário. Ir ao encontro do próximo caído só é possível a partir do cultivo de *sensibilidade* entendida como o movimento emotivo e volitivo necessário para ver, sem auto-censuras nem preconceitos, a verdade da realidade e a representação da mesma pelos indivíduos que a sofrem.

O entender a solidariedade como um processo pessoal e comunitário de encontro, êxodo e libertação, implica e vincula as pessoas e os grupos que o põem em marcha. Assim, não é propriamente um processo em termos de etapas que, numa sucessão linear, uma pessoa percorre pretendendo chegar ao fim e obter uma “graduação” em solidariedade. Por outro lado, este processo ao ter como âmbito de referência que é a sensibilização, marca um ponto de partida claro no *encontro* efectivo com o outro. Os distintos momentos do processo tecem entre si chamadas de atenção mútuas, de modo que cada um recorre ao que se segue e fica ligado ao anterior, ficando todos ligados ao momento marcado pela experiência ética acerca do outro. Mais do que uma sucessão fala-se de imbricação de momentos que vão dando forma ao processo. Este processo interliga conceitos como compaixão, reconhecimento, acção transformadora e mobilização.

A experiência ética do outro tem como ponto de partida o acontecimento que é anterior a todo o argumento ou raciocínio, inclusivamente a qualquer sentimento ou emoção subjectiva. É o acontecimento do outro excluído que interpela a minha existência, as minhas possibilidades. O âmago da relação com o outro origina-se na impossibilidade de permanecer indiferente perante o outro, a sua presença tem a ver comigo, mesmo antes de qualquer resposta ou reacção da minha parte.

Esta experiência requer a atitude de prestar atenção ao outro na sua alteridade, como outro distinto de mim, afastando constantemente a subtil tentação de converter o outro em *objecto* ou em *meio* de satisfazer os meus interesses e as minhas necessidades. Esta atitude impõe a descentração como condição necessária, exige que nos disponhamos a colocar-nos permanentemente no lugar do outro, aprendendo a ver o mundo a partir da perspectiva que ele nos abre. É, nas palavras de Martin Velasco (cit. in Aranguren Gonzalo, 1998), “deixar-se desinstalar pelo outro”. Entrar no mundo dos excluídos implica deixar-se afectar por situações reais e concretas de dor alheia. É o caminho que leva ao conhecimento do sofrimento do outro, na convicção de que só se sofre em si mesmo, de forma que, “a compaixão consiste em sofrer em si mesmo pela dor do outro mas não em sofrer a mesma dor do outro” (Arteta, cit. in Aranguren Gonzalo, 1998).

A acção solidária tem os seus fundamentos no sentimento compassivo, em virtude do qual uma pessoa fica afectada pela realidade do outro e essa afectação, em vez de paralisar, impulsiona a reacção através da acção pessoal e comunitária e provoca a mudança no outro e em mim.

A compaixão tem sido vista ao longo da história do cristianismo como um sentimento depressivo e contagioso, próprio dos fracos, que actua como efeito multiplicador e conservador de todas as misérias, promovendo, desta forma, a decadência do homem.

No entanto, a visão aqui apresentada demarca-se desta postura reducionista e conservadora e não participa da consideração pessimista da vida como realidade essencialmente dolorosa, dado que a vida é fonte de possibilidades de se fazer pessoa, com outros e em sociedade. Assim, afirma Aranguren Gonzalo (1998), com base no pensamento de Scheler, que a definição de compaixão não é dada por uma espécie de simpatia psicológica, através da qual a compaixão se fica como um simples contágio de sofrimento. Isto não significa que a compaixão não esteja dotada de fortes sentimentos de ternura para com o outro. A tradição racionalista ocidental tem menosprezado os sentimentos, embora seja através deles que muitas vezes conseguimos ver o mais importante, aquilo que só se aprecia com o coração. Por outro lado, a compaixão não tem que ser um elemento perpetuador da miséria e da injustiça, uma vez que deve ser encarada como um momento de reconhecimento da realidade dolorosa do nosso mundo que leve a pôr em marcha a superação dessa miséria, promovendo, assim, a acção. Este sentimento não é sinal de debilidade, pelo contrário, só personalidades dotadas de fortes convicções humanistas podem viver a compaixão como atitude moral. A compaixão tem uma dimensão política relevante enquanto exigência de superação dos obstáculos que impedem o sujeito que sofre de viver dignamente. Assumir politicamente a compaixão significa, pois, entender a história como um processo em contínua transformação, em virtude do qual se pode romper com a resignação e o fatalismo que perpetuam a dignidade ferida, especialmente quando é encarada colectivamente e motiva à criação de novas formas de realidade que esboçam a restituição dessa dignidade numa nova ordem de coisas.

A acção compassiva não pode associar-se ao pessimismo antropológico do exemplo que enfatiza o todo fático da competição que, com efeito, conduz historicamente a determinadas condutas e culturas. Noutra ponto de vista, o todo pode advir de um horizonte de acção onde prima a pessoa acima de todas as coisas, onde a capacidade de ajuda e mesmo de auto-ajuda, forja caracteres firmes e exemplares.

Aranguren Gonzalo (1998) refere ainda que as raízes antropológicas e éticas da compaixão podem ser encontradas no pensamento de Xavier Zubiri o qual parte do pressuposto de que a realidade apela ao homem promovendo a sua liberdade na medida em que se apropria daquelas possibilidades que melhor conduzem à sua felicidade e à da humanidade. Neste sentido, a compaixão inscreve-se no marco da moral concreta, como apropriação concreta de uma possibilidade. Compadecer-se é um dever; mas este não pode ser perspectivado como obrigação mas sim como a possibilidade mais apropriada para a restituição e promoção da pessoa, ou seja,

para a apropriação da possibilidade da compaixão como exercício do dever que devolve à pessoa a sua dignidade e como reconhecimento do valor absoluto que constitui.

A possibilidade escolhida, tanto articula o modo de *criar com* o outro como me converte em responsável pelo outro. Quem experimenta o encontro com o que sofre *fica* comovido e emocionalmente afectado. Por outro lado, a comoção move a pessoa a *ficar com*, a acompanhar aquele que sofre. Deste modo, a compaixão consiste em ir ao encontro responsável daquelas pessoas e situações onde habita o sofrimento e estabelecer ali a própria morada. Assim, ao *ficar* como comoção (encontro afectante) segue-se o *ficar* como conversão (encontro vinculante).

A responsabilidade nasce da convicção de que a minha resposta é insubstituível e, neste sentido, a responsabilidade incumbe-me de modo incondicional. Ficar responsável consiste, por um lado, em compreender o mais objectivamente possível as causas estruturais, económicas, políticas ou sociais que conduzem ao sofrimento injusto dos inocentes, para poder iniciar um processo de autêntica libertação mas, por outro lado, é igualmente fruto de uma decisão pessoal tomada com liberdade. Encontramo-nos perante uma determinação que aponta para uma solidariedade efectiva e desejada.

A solidariedade que nasce da compaixão não se finda nesta, pois permite reconhecer no outro uma pessoa que habita o terreno das suas possibilidades criativas. Julgamos poder ir um pouco mais além e afirmar, tal como explanado anteriormente, que a abertura do humano ao mundo dos possíveis obriga-nos a ver o outro por aquilo que ele deseja e pode vir a ser, pois o futuro, no caso humano, é sempre um futuro contingente.

Tradicionalmente reconhecimento significaria revelar o verdadeiro conhecimento de algo. Reconhecer o outro ferido na sua dignidade é encarregar-se da sua individualidade e da sua possibilidade de conquistar a dignidade perdida ou maltratada. O rosto concreto do reconhecimento e a sua aceitação implica o exercício de atitudes como o respeito, o conhecimento, a confissão mútua, a crença e o amor. O reconhecimento começa no respeito pelo outro como presença de um âmbito que abarca possibilidades de mútuo crescimento e edificação. O respeito exige uma dupla renúncia: à vontade de poder e domínio sobre os demais e à vontade de servidão submissa dependente dos outros. A partir do *entre eu e tu* constroem-se mutuamente, implicando-se, o um e o outro, erigindo-se assim o *entre* como fonte dinâmica de sentido e acontecimento relacional por excelência. O reconhecimento como respeito é a vontade de deixar crescer o *entre* que nos constitui como realidades dialógicas e o espaço da recíproca edificação pessoal que possibilita o feito de sermos criados *para* o encontro. Para que o reconhecimento seja pleno há-de conduzir ao

conhecimento daquilo que se encontra para lá da situação pessoal de quem sofre. E isso são as capacidades próprias de cada pessoa, aqueles recursos pessoais que cada um pode e deve pôr em prática para conseguir a sua autonomia como pessoa, dado que o reconhecimento do que o outro é capaz engrandece-o como ser humano.

O autor refere, chamando a atenção para Lacroix, que a *confissão* é a resposta que melhor expressa o reconhecimento do outro. Confessar-se ao outro é, nesta medida, comunicar-se por inteiro no sentido da criação de uma verdadeira comunidade de encontro. Aquilo que é próprio do movimento do amor será conduzir a pessoa a confessar-se ao outro e através da confissão, abandonar a luta por submeter o outro como escravo, convertendo-se voluntariamente em seu servidor, não como vencido mas como co-vencedor, oferecendo-se e dando-se. Esta transformação da luta no interior de uma pessoa é condição de possibilidade para que a mesma transformação possa ocorrer no outro. Tal como eu reconheço o outro, este reconhece-me a mim. Assim, confessar é reconhecer ou, mais ainda, reconhecer-se e aceitar-se mutuamente.

A confissão é possível a partir da afirmação da crença radical no outro e isto é mais do que reconhecer apenas a presença física do outro. É dizer “acredito em ti”, ultrapassando o campo do meramente constatável para criar um espaço de encontro radicalmente diferente. Pela mútua crença num e noutra, as pessoas encontram-se vinculadas numa relação interpessoal profunda e sincera. Acreditar no outro é confiar e, desta forma, o reconhecimento manifesta-se como total confiança. Só quando o “creio em ti” é recíproco é que há verdadeira crença mútua e verdadeira relação de encontro entre o eu e o outro.

As anteriores características descritas não são mais do que distintas modulações de um único acto de amor. Reconhecer o outro é amá-lo incondicionalmente, descobrindo-o como um outro distinto de mim e descobrindo-nos mutuamente num *mais além* que se fundamenta na *co-crença* e que se expressa na forma de desenvolver o próprio projecto vital. O amor manifesta-se na mútua autenticidade, já que no amor se faz transparente o *entre* dois que funda o acontecimento do encontro. Assim, o reconhecimento do outro baseia-se na possibilidade de nascer para um verdadeiro encontro, de eu nascer para a possibilidade de um *tú* que me constitui inteiramente como pessoa, de o outro nascer para a possibilidade de um *tú* que igualmente o edifica pessoalmente e de ambos nascerem para a possibilidade de um *nós* constituinte.

A acção solidária situa-se, não tanto no terreno de quem sofre, mas no itinerário de libertação empreendido a partir das capacidades do sujeito afectado. Assim, a acção terá que se modelar em itinerários concretos de tarefas a realizar, ou seja, em projectos transformadores da

realidade. Por isso mesmo, estes projectos têm que responder às necessidades reais das pessoas e dos colectivos excluídos; oferecer objectivos possíveis de serem atingidos, sem nunca perder de vista um horizonte mais amplo e utópico e, simultaneamente, serem concretos, e como tal, exequíveis, construir-se e realizar-se em equipa. Os projectos devem-se inscrever em processos mais amplos de consciencialização, organização e mobilização, protagonizados por estes mesmos colectivos, objecto e sujeito da acção solidária, num movimento que impulsiona a sociedade civil no seu conjunto.

Os processos solidários apelam à mobilização, à transformação da sociedade a partir da criação de um tecido social que pouco a pouco se vá perfilando desde a base dos problemas e das pessoas, implicando uma determinada política que não se polarize entre o Estado e o Mercado mas que se constitua como Terceiro Sector: o Sector Solidário. O crescimento deste sector não pressupõe que se constituía como uma alternativa à margem do Mercado ou do Estado. A lógica em que funcionam Mercado, Estado e Terceiro Sector são diferentes, mas devem ser complementares dado que a solidariedade toca tanto o âmbito político-estatal como o âmbito da economia presidida pelo Mercado. Assim, a lógica do intercâmbio e da competitividade que se encarna no Mercado está presidida pela *lei da força*, força esta que serviu para a exaltação dos mais hábeis e a exclusão dos mais débeis. Isto gerou um novo darwinismo social que se plasma de maneira evidente na dualização crescente da nossa sociedade. Por outro lado, a lógica política que se encarna no Estado está presidida pela *norma judicial*, pela jurisdição de todos os assuntos públicos e o controlo integrador do dinamismo transformador que provém da sociedade civil. Por fim, a lógica mobilizadora e participadora que move o Terceiro Sector está presidida pela *lei do amor* que, considerado na sua dimensão estrutural, busca o cumprimento da lei desde a perspectiva do impulso moral que a assiste. Desta forma o Sector Solidário está chamado a experimentar e favorecer a sinergia das relações, onde se potenciam todos os elementos em jogo, tanto no campo político como económico, na direcção que aponta a realização da justiça social.

Não se pode ignorar que o etnocentrismo europeu reduz a realidade à *sua* realidade, mascarando outras possibilidades que vão perfurando a realidade injusta e criando modos habitáveis de existência solidária, provando assim que a realidade é transformável, ainda que não de um dia para o outro. Por isso mesmo, não se pode ignorar os valiosos exemplos de utopias solidárias que se geram no Sul, sob a forma de micro-projectos, mobilizando em permanência diferentes comunidades. Nos últimos tempos temos assistido a inúmeros casos de mobilização solidária dos cidadãos no Norte de África e também no Médio Oriente.

A solidariedade organizada responde essencialmente à criação de tecidos e vínculos vitais cuja produção pode fazer emergir a solidariedade como valor nuclear da nossa sociedade. A solidariedade tem como compromisso mobilizar a sociedade civil não como estratégia política frente ao Estado ou ao Mercado, mas como modo de enriquecer o potencial ético dos grupos e pessoas que configuram essa sociedade civil. A mobilização que protagoniza a sociedade civil deve converter-se num espaço de pacífica *reconquista da sociedade*, onde a cooperação solidária no seio das comunidades constitua a base por excelência da integração social e dos vínculos sociais, onde as pessoas se reconheçam pertencentes a uma mesma comunidade (Groz, cit. in Aranguren Gonzalo, 1998). O propósito da mobilização é a transformação da realidade injusta e a criação de condições de vida mais justas e humanas para todos, tendo em vista, precisamente, a mobilização necessária do valor da solidariedade que desemboca na realização da justiça social. No entanto, a justiça é a grande esquecida no *festim pós-moderno*, em que se celebra a pluralidade e a diversidade esquecendo que, muitas vezes, subjacente à diversidade cultural estão desigualdades sócio-económicas. Mais do que a judicialização¹ da vida política, a justiça implica um questionamento ético anterior às formulações jurídicas.

Localizamos a realização da justiça no cumprimento dos direitos humanos de terceira geração. Cada geração de direitos humanos esteve relacionada, historicamente, com um valor aglutinador e com um processo de legitimação do sistema democrático. Desta forma, à primeira geração correspondem os direitos civis e políticos nascidos do Iluminismo, aglutinados pelo valor da *liberdade*, numa perspectiva mais individualista e que configura o que hoje conhecemos como *democracia formal*; à segunda geração correspondem os direitos económicos, sociais e culturais, a partir dos movimentos trabalhadores da segunda metade do século XIX, que guiados pelo valor da *igualdade* tratam de compensar os excessos do liberalismo económico, modificando o modelo político para um Estado social; à terceira geração correspondem os direitos sobre o meio ambiente e a paz, cujo valor chave é a *solidariedade*, que convida a aprofundar os modelos políticos e económicos vigentes, pretendendo encontrar um modelo que seja capaz de ter em conta os interesses de todos os afectados em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

¹ Termo usado por Boaventura Sousa Santos para expressar precisamente esta ideia num artigo do jornal “Público” em 26 de Maio de 2003

2. Voluntariado Social

2.1. Conceito e marcos de compreensão

As acções voluntárias que surgem serão também influenciadas pela matriz solidária que as tece. Assim, no voluntariado praticado na pós-modernidade encontramos características comuns como é o caso da perspectiva acrílica da realidade, em que os bons sentimentos parecem substituir as boas análises sobre a realidade. As acções voluntárias actuais são caracterizadas por, digamos, um interesse geral, dado que todas as áreas de intervenção, com maior ou menor enraizamento ético, têm cabimento no voluntariado: área cultural, desportivo, social, etc. Por outro lado, estas acções, tal como explicamos anteriormente, expressam uma dedicação a tempo parcial e de implicação também ela parcial, visando, sobretudo, uma auto-realização pessoal, onde a acção voluntária encobre várias necessidades de foro individual, tais como a relação com os outros, a criação de novos amigos, a valorização para o outro, ou mesmo a “cura” de problemas psicológicos pessoais. As acções voluntárias na contemporaneidade não fogem à estetização da participação urbana privilegiada hodiernamente, dado que se privilegia a participação em eventos e exposições relacionadas com o voluntariado, sem questionar se isso é o mais pertinente para o desenvolvimento do mesmo e da organização que representam.

Todavia, alinhando com a cultura da solidariedade dissidente encontramos já um modelo de voluntariado que decorre do valor ético da solidariedade emergente da análise da realidade em que vivemos, onde se detecta o aumento das situações de exclusão social que tem as suas origens em causas do tipo estrutural, económico e político e que embora envolva as pessoas a tempo parcial, *implica-as vitalmente*, sendo uma forma de compromisso pessoal com os mais desfavorecidos almejando a transformação social, visando o outro excluído no seu processo de autonomia pessoal e de inserção social.

Na opinião de Garcia Fajardo, “a solidariedade que queremos construir supõe mudanças sociais, partindo do mais profundo do nosso ser, transformando a nossa sociedade e abrindo-nos a um futuro sustentável. A solidariedade ganha forma quando comprometemos a nossa vida, o nosso tempo, os nossos conhecimentos e a nossa vontade para mudar uma sociedade que não nos agrada por outra mais humana, mais digna e mais justa” (2007, p.46). Esta vontade de transformação da sociedade surge dado o abismo em que a nossa sociedade de consumo desembocou, de crescimento aparentemente ilimitado e de progresso incontrolado. O próprio

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento alerta para o perigo iminente de que o actual modelo de desenvolvimento passe *de injusto a inumano*. Tal como já referimos, os profundos desequilíbrios entre o Norte e o Sul conferem uma enorme injustiça às condições de vida dos mais pobres e, se não se alterar a forma de pensar o desenvolvimento, tendo em conta todos os indivíduos do planeta, aquele pode-se tornar inumano. Perante esta situação é possível que nos encontremos na aurora de um novo amanhecer que finalmente incremente uma cultura da solidariedade de base ética.

Os mais importantes acontecimentos a favor a dignidade humana, como o nascimento das grandes religiões ou o movimento operário, foram iniciativas solidárias de voluntários que arriscaram as suas vidas e apostaram na utopia com gratuidade e entrega aos outros. A recuperação das suas origens passa por recriar o voluntariado e reinventar aqueles processos que na tradição operária se chamaram militância e autogestão, e na tradição eclesial compromisso e entrega.

Esta forma de voluntariado social nasce da vivência da solidão e da consciência da injustiça social que permite encetar o caminho em prol de uma responsabilidade solidária. O Estado do Bem-Estar debilitou a tradição do voluntariado pretendendo que os poderes públicos fossem os únicos sujeitos da vida social, que a relação laboral fosse a única acreditada e que os técnicos e especialistas substituíssem a acção competente nascida da iniciativa cívica, tal como explicitaremos adiante. O voluntariado ancora as suas raízes no *grito* dos pobres e na necessidade dos mais vulneráveis e não só lhes empresta a voz e as mãos, mas também os escuta com atenção, porque eles devem ser os protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Segundo o autor, apostar na solidariedade é algo que cada vez mais pessoas vêm a fazer e corresponde a “compartilhar a sorte dos demais com a convicção de que, no final, deve ser certo que os homens são irmãos e que participam de um projecto comum” (Garcia Fajardo, 2007, p. 43).

Estamos todos ligados e vivemos em conjunto neste planeta, daí que, na opinião de Garcia Fajardo, não é possível levar a cabo uma acção voluntária num ponto do mundo, sem que isso tenha uma implicação com toda a humanidade. O voluntariado social, mesmo o levado a cabo no Norte “está intimamente ligado à sorte dos mais pobres do mundo” (Garcia Fajardo, 2007, p. 43). A autêntica natureza do voluntariado social está na inter-relação que existe entre as actividades que se realizam num determinado local e a implicação que isso tem na vida de milhares de pessoas longe desse mesmo local.

Ao olhar para os Objectivos da Declaração do Milénio, documento aprovado na Cimeira do Milénio realizada em 2000 e que reflecte os compromissos assumidos pelos dirigentes mundiais no

sentido de combater os principais problemas que afectam os indivíduos e o nosso planeta, damos conta de que o mundo ocidental em que vivemos está muito longe da realidade de milhões de homens e mulheres, seres humanos como nós, que pelo facto de viverem noutra local do planeta têm condições de vida radicalmente diferentes dos nossos. Garcia Fajardo defende que somos responsáveis pelos outros e que podemos partilhar a sua situação tornando nossas as necessidades alheias. É evidente que isto implica uma mudança na forma como vivemos. Aliás “é impossível intentar mudar o mundo sem mudar a nossa própria vida” (Garcia Fajardo, 2007, p. 45). E por isso mesmo, gostaríamos de salientar que estamos conscientes que as acções de voluntariado e solidariedade social, sendo contributos fundamentais não são, por si só, suficientes para que se transformem as causas que levam às desigualdades e injustiças sociais; é necessário conhecer profundamente a realidade social, cultural, política, económica dos mais desfavorecidos e actuar de forma comprometida no sentido de transformar esta realidade. “Todos e cada um somos responsáveis pelas demais pessoas e pela criação inteira” (Garcia Fajardo, 2007, p. 45).

Tendo em conta o que já referimos relativamente à cultura pós-moderna percebemos que esta conduziu a uma fractura que levou a uma, digamos, polarização conceptual, a qual, evidentemente, também faz eco na área do voluntariado. No voluntariado conceitos como *razão e sentimento, interesse e gratuidade, teoria e prática, dever e amor, organização e espontaneidade*, passaram a ser conceitos incompatíveis. O voluntariado acabou por seguir valores como o sentimento, a gratuidade, a prática, o amor e a espontaneidade, sem se preocupar que as suas acções não se regessem também pela razão, pelo interesse colectivo, pelo dever e bem comum, pela organização e que não tivessem uma base teórica integradora consistente. Estes conceitos foram incorporados pelos profissionais que muitas vezes afastaram das suas práticas factores tão importantes como a reflexão sistemática sobre certos valores e conceitos como o sentimento, o amor ou a espontaneidade que vivenciam.

Se por um lado, durante muito tempo, se deixou a racionalidade das acções de utilidade e de protecção social para os profissionais, aconselhados inclusive a afastarem a vontade e o sentimento das suas práticas por forma a torna-las acções tecnicamente competentes, simultaneamente, deixou-se o altruísmo e a generosidade como base nuclear da acção dos voluntários, sobretudo, porque não eram vistas como acções complementares mas concorrentes sem uma base integrativa comum. A acção profissional ganhou objectividade, rigor e imparcialidade, devido à separação dos sentimentos, da generosidade e da implicação pessoal na sua prática, ficando, desta forma, pelo menos aparentemente, a acção do especialista associada à acção

racional, e a acção do voluntário associada ao sentimento, passando este, a ser a marca própria do voluntariado.

Hoje em dia, o voluntariado tem uma postura diferente em relação a esta ruptura e polarização dos conceitos. Actualmente, o voluntariado pretende integrar ambos os conceitos nas suas práticas, “pondo razão nos sentimentos e sentimentos na razão” (Garcia Roca, 1994, p.92). Este processo de maturação do voluntariado conduziu à sua reconciliação com a racionalidade. O voluntário não é apenas sentimento nem apenas racionalidade, pelo contrário “quando a razão toma a seu cargo o sentimento do amor, nasce a acção voluntária” (Garcia Roca, 1994, p.92).

A maturação do voluntariado também passa pela comunhão da acção movida pela gratuidade e da acção movida pelo dever. O papel do altruísmo, como impulso de gratuidade, tem vindo a caracterizar, essencialmente, a acção voluntária, levando à realização de acções de forma gratuita sem que haja qualquer outro tipo de interesse. O extremismo entre estes dois conceitos, instituidores de práticas distintas, levou a que se considerassem incompatíveis a acção movida pelo amor e a acção movida pelo dever. A acção altruísta juntou-se à acção voluntária opondo-se à acção interessada. Enquanto esta última tem como preocupações a utilidade da acção movida pelos próprios desejos e preferências, a acção voluntária debruça-se sobre o bem-estar do outro e sobre as suas necessidades de modo a reduzir o seu sofrimento. O mínimo interesse ou obrigatoriedade que pudesse habitar a acção voluntária passou a ser condenável.

No voluntariado actual caminha-se para a reconciliação entre o amor e o dever, pelo que “o amor altruísta é hoje o máximo dever [consistindo este] dever moral no desenvolvimento do amor pelos outros” (Garcia Roca, 1994, p.94). Os voluntários sentem, cada vez mais, um imperativo moral que os leva a agir de forma gratuita em benefício dos outros. Este amadurecimento das motivações das acções voluntárias é também consequência da transformação que a solidariedade tem sofrido no contexto actual, porque há, por um lado, “a crescente percepção de que a humanidade só poderá sobreviver se converter a solidariedade num princípio essencial de desenvolvimento humano” e, por outro, “a crescente convicção de que o processo de amadurecimento pessoal passa necessariamente pela solidariedade” (Garcia Roca, 1994, p.94).

Uma vez que a acção voluntária nasce do reconhecimento de que a solidariedade é fundamental, quer para o desenvolvimento humano quer para o amadurecimento pessoal de cada um, permite a construção conjunta e harmoniosa entre o amor e o interesse. “A sobrevivência da humanidade e a sustentabilidade do desenvolvimento só são possíveis se a solidariedade for vivida por todos e por cada um como o interesse primeiro e fundamental.” (Garcia Roca, 1994, p.95). A

solidariedade deixou de ser vista como mera expressão de uma *boa intenção* ou um *sentimento de caridade* para ganhar o estatuto de necessidade imperativa na sobrevivência humana, sendo um exercício simultaneamente de interesse pessoal e colectivo. Por outro lado, a acção voluntária tem origem na exigência de uma realização pessoal que envolve o amadurecimento da pessoa que é o voluntário. Todavia, temos que recordar que só existe amadurecimento “na pessoa que cuida de si, do outro e do ambiente; numa palavra, a pessoa solidária” (Erikson, cit. in Garcia Roca, 1994, p.95). A maturidade leva a pessoa a reconhecer as suas necessidades e exigências pessoais e a integrá-las nas diferentes vertentes da sua vida. Em suma, o voluntariado nasce do amor e do interesse por si mesmo e por aqueles que sofrem.

A *elevação moral* e a *formação técnica* sofreram igualmente um afastamento entre si causado pela polarização conceptual e axiológica da pós-modernidade. A elevação moral fazendo alusão ao desenvolvimento das disposições humanas, via esta acção como um meio de atingir a felicidade pessoal, ao passo que a formação técnica conduziria à obtenção de conhecimentos que permitiriam ao voluntário enfrentar as mais diversas situações. De alguma forma encontram-se em oposição, um numa visão mais humanista e outro numa perspectiva mais científica, a qual urge ultrapassar.

Durante muito tempo a preocupação do voluntário prendeu-se apenas com a dimensão moral das tarefas que executava, no sentido de estas lhe conferirem uma maior elevação moral e auto-realização. A necessidade de ter uma formação específica para ser capaz de realizar uma determinada tarefa ou a importância de avaliar a validade e a utilidade das acções que levava a cabo, não eram essenciais para o voluntário. Como a sua principal intenção era realizar-se como ser humano, procurando a felicidade, o voluntário vivia uma íntima satisfação, porque ao tornar os outros mais felizes, obtinha a própria felicidade. Ao enfatizar esta dimensão da acção voluntária, a qualidade dos métodos ou procedimentos usados nas tarefas que realizavam eram deixadas para segundo plano, não se valorizando a formação e a aprendizagem técnica dos voluntários. O voluntariado actual procura ir além desta polarização e combina elementos de ambas as dimensões, conseguindo “desempenhar uma função e realizar uma tarefa de forma apropriada, sem esquecer as exigências da auto-realização” (Garcia Roca, 1994, p.99). A legitimidade cultural do voluntariado passa pela sua utilidade e, portanto, há uma valorização superior da formação dos voluntários para melhor desempenharem as suas tarefas no âmbito da acção voluntária que realizam.

Mas esta formação não deve reduzir-se a um conjunto de cursos, seminários ou jornadas, deve englobar um conjunto de conhecimentos, capacidades e competências de forma organizada e

sistemática. Seguindo a linha dos quatro pilares da educação expostos no documento “Educação um tesouro a descobrir” ou Relatório Delors como é mais conhecido, Garcia Roca considera que o voluntário deve possuir “um *saber* enquanto conjunto de conhecimentos gerais e específicos, um *saber fazer* como domínio de instrumentos e métodos em contextos concretos, um *saber ser social* enquanto conjunto de atitudes, motivações e comportamentos implicados na acção, um *saber aprender* enquanto capacidade de actualização permanente e um *fazer saber* como possibilidade de converter a acção voluntária em acção educativa” (1994, p.101).

Vivemos numa época em que as novas condições culturais levam à mudança do projecto de vida de muitas pessoas, afectando as disposições, atitudes e motivações dos voluntários. Tal como já referimos anteriormente, todas estas mudanças podem ter criado as condições ideais para que uma nova forma de voluntariado, assente na solidariedade e com uma base ética, possa nascer na nossa sociedade.

Fruto da sua observação do mundo do voluntariado social em Espanha, Aranguren Gonzalo (2000) afirma que estamos a assistir à conjugação de duas tradições de voluntariado bem distintas: o voluntariado que busca a transformação social, proveniente dos movimentos e das escolas de militância (política, sindical, movimentos sociais, cristã, etc.) e o voluntariado que procura a realização pessoal num mundo inóspito e hostil, de acordo com os ditames da atmosfera pós-moderna em que vivemos. O voluntariado do primeiro tipo assume-se como um movimento que implica o *compromisso social*, assumindo objectivos e ideais sociopolíticos, emergentes da análise da realidade injusta em que vivemos. Podemos mesmo afirmar que este tipo de comprometimento baseia-se na ética da convicção, a qual implica que os indivíduos se guiem pelo *imperativo categórico*, respondendo a uma ordem recebida e interiorizada, onde não importam os custos ou as consequências das acções, nem mesmo as condições em que são realizadas, por ser movido pela paixão pela causa, podendo inclusive decorrer mais da emotividade do que da razão, por estar ligado a uma *utopia necessária*. Reconhecemos que este tipo de movimento voluntário acolhe hoje menos adeptos por estar, precisamente, culturalmente desvalorizado dado o desprestígio e a fragmentação das ideologias políticas. Este tipo de voluntariado pode correr o perigo de “despersonalização” – a causa é mais importante que o indivíduo – e de elitismo, considerando-se um voluntariado “quimicamente mais puro” dado que os outros são, pelo menos inicialmente, menos comprometidos.

Já o voluntariado como meio de *realização pessoal* pode ser perspectivado como decorrente essencialmente da esfera individual, já que o voluntário se aproxima da acção solidária

por necessidades individuais de autognose, de provar a sua validade como pessoa, de relacionar-se e de sair da sua solidão. Podemos afirmar este movimento como sendo impelido pela ética da responsabilidade, a qual implica que os indivíduos valorizem mais as consequências dos actos que realizam, dando importância aos efeitos das acções voluntárias que levam a cabo. Uma vez que é importante não se deixar afectar em demasia por aquilo que se vê ou faz, o voluntário necessita criar uma distância regulada pela razão desapaixonada, valorizando não o ideal mas o aqui e o agora, o presente e mesmo o quotidiano. Este tipo de voluntariado encara a acção voluntária como uma entre muitas tarefas a realizar, como as familiares, profissionais ou de lazer. Este tipo de voluntariado é hoje mais valorizado do que o anterior, está mesmo, podemos dizer, culturalmente "em alta", já que responde aos interesses e desejos da maior parte dos indivíduos que actualmente se envolvem nas acções voluntárias.

Na crise cultural desta época, floresce a busca de sujeitos capazes de fazer frente a esta situação e o mundo do voluntariado é mais um reflexo da busca de uma outra forma de afirmação da subjectividade, correndo, contudo, o risco de se construir um individualismo fechado e atomizado que satisfaça as necessidades pessoais com o perigo acrescido de manipulação. Como diz Aranguren Gonzalo, "ou o voluntariado participa de uma lógica educativa e direccional ou ficará reduzido a multiplicador de acções escassamente relevantes" (2000, p.82). Todavia, e concordando com o mesmo autor, o que se pretende não será arrasar um modelo e endeusar o outro, mas sim procurar contextos onde os dois modelos de voluntariado possam co-existir e, acima de tudo, ousar pensar num novo modelo de voluntariado que conjugue a possibilidade de cada um construir um projecto de vida feliz e a possibilidade de desenvolvimento de uma sociedade eticamente justa.

2.2.Exigência pessoal e colectiva

Cada uma das tradições de voluntariado expostas pode apontar para uma nova forma de anti-humanismo. No caso do voluntariado como compromisso social, este corre o risco de se identificar com aquilo por que trabalha e se esforça, diluindo-se o indivíduo na acção. O voluntário deposita num líder o critério e a norma a seguir, esquecendo-se de si mesmo. Esta *desumanização* da pessoa englobada num colectivo, conduz ao desprezo do que cada um é e faz, podendo mesmo produzir uma sensação de ser um *objecto* nas mãos de outros que pensam e decidem por todos os

envolvidos. Este voluntariado, que sobrepõe a organização à pessoa, constringe seriamente a liberdade e a vontade e a singularidade de cada um.

Por outro lado, o esquecimento de si próprio também se pode dever à entrega desmesurada aos outros como forma de se esquecer de si próprio. No entanto, "(...) a fuga de si mesmo impede o encontro pleno com os outros" (Aranguren Gonzalo, 2000, p.84).

Também é verdade que o voluntariado como realização pessoal também poderá correr o risco de anti-humanismo ao recolher-se na vida privada e ao desconectar-se do mundo, ou apenas se conectando com o intuito de obter determinadas compensações e benefícios pessoais. Este tipo de pessoa personifica a lógica da cultura do fragmento, onde o voluntariado é apenas mais uma das tarefas do horário diário, semanal ou mensal. Este tipo de voluntariado perde o seu horizonte antropológico quando os indivíduos apenas se sentem vinculados à acção voluntária pelo "emotivismo" moral, em que a acção desenvolvida faz com que o voluntário se sinta bem consigo mesmo, havendo, neste caso, não um esquecimento de si próprio, mas uma centralização do eu como único pólo do seu universo moral. Este tipo de voluntariado pode ainda levar a um sentimento de auto-suficiência, expressa na falta de sensibilidade perante o sofrimento do outro e pela atitude determinada de protecção relativamente qualquer mudança ou perturbação derivada da acção voluntária, sendo exclusivamente conduzido pelo utilitarismo, que busca a possibilidade de benefício, seja fiscal ou pessoal. No fundo, é apenas a satisfação individual que se procura com este tipo de voluntariado. É comum dizer-se que ajudar os outros é uma boa maneira de estar satisfeita consigo mesma. Na nossa cultura pós-moderna, a satisfação pessoal é o pretexto que melhor justifica a causa da solidariedade.

No entanto, as formas reducionistas de viver o voluntariado não são em si mesmas anti-humanistas. Poderão sê-lo se estes elementos compuserem uma paisagem monocromática onde não há lugar para a surpresa ou para a capacidade de admiração perante aquilo que vem de fora.

Assim o desafio antropológico no mundo do voluntariado expressa-se "(...) na necessidade de configurar um novo humanismo onde seja viável o desenvolvimento de sujeitos autónomos, vinculados entre si e voltados para um imaginário colectivo e solidário" (Aranguren Gonzalo, 2000, p.86). Se o humanismo coloca o ser humano no centro axiológico do cosmos (Lacroix, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000), o mundo do voluntariado deve colocar a sua acção organizativa e educativa preferencial no voluntário e nos destinatários da acção voluntária.

Procuraremos agora explicitar os fundamentos desta subjectividade de cunho humanista que temos vindo a referir, a qual configurando outros valores necessita de uma outra linguagem para ser dita.

a) *Recuperar o nosso águia-galinha*

A parábola da águia e da galinha contada por James Aggrey e relatada por Leonardo Boff no livro “A águia e a galinha” é uma metáfora da condição humana. Nela encontram-se confrontadas as dimensões de galinha e de águia de cada ser humano. A primeira refere-se à dimensão-galinha que mantém a ave no galinheiro apenas preocupada em debicar o milho e a segunda é relativa à dimensão-águia que existe no interior de todas as aves e que as faz voar alto. Embora possa parecer que a segunda dimensão é muito melhor do que a primeira, é importante não esquecer, como nos lembra Aranguren Gonzalo que estas são apenas duas dimensões da mesma entidade e que não as devemos separar e opor, mas sim integrar. Esta integração revela respeito e apreço por ambas as dimensões que não devem ser vividas de forma maniqueísta. Ambas são construtoras da pessoa humana quando esta se realiza a partir do equilíbrio e da medida certa. “Esta dualidade reflecte a extraordinária complexidade da realidade humana” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.87).

O nosso dever antropológico é procurar a totalidade daquilo que somos: águias que perseguimos o sol da justiça e galinhas que procuramos a nossa parte de reconhecimento e ternura. Assim, há que estimular nos voluntários a sua reconciliação com a sua dimensão-galinha ou a exploração da sua dimensão águia. Nos tempos que vivemos é fundamental não desistir da nossa dimensão-águia, mas também devemos aceitar, sem culpas, a nossa dimensão-galinha.

b) *Desmistificar a esfera do eu*

Para muitos observadores ligados ao voluntariado, o retorno sociológico à esfera do eu íntimo, a reclusão nas pequenas coisas e a exaltação da realização pessoal ameaçam as boas acções de um voluntário *altruísta, comprometido e desinteressado*. No entanto, é preciso não esquecer que estamos numa época onde culturalmente surge uma outra forma de perspectivar a subjectividade que não se pode identificar estritamente com individualismo e à qual não é alheia o voluntariado.

Não se pode olhar para este retorno ao eu de forma simplista. Este está contextualizado num momento de extraordinária insignificância pessoal em que muitas pessoas vivem mergulhadas. Insignificância pessoal como sentimento de que a vida não tem nada de valioso para oferecer

(Giddens, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000) e que se traduz num isolamento existencial que não se fundamenta tanto na separação entre as pessoas e a conseqüente falta de comunicação que é gerada, mas na falta de ponto de apoio e de suporte que criem uma plataforma de sentido e esperança (Béjar, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000). Neste cenário, o retorno ao eu é a tomada de consciência que a autonomia passa pela aceitação da responsabilidade que cada um tem sobre a sua própria existência. O grito de guerra deste movimento é o desejo de auto-realização, que não é tanto egoísmo mas antes força moral, pois implica a procura da autenticidade (Taylor, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000). Embora esta auto-realização normalmente seja vista como algo egológico, neste contexto ela é descrita como adquirindo a sua plenitude no encontro com o outro, convidando cada um a sair de si mesmo. Assim, esta realização pessoal transita tanto na preocupação com os outros como no não esquecimento de si mesmo, dado que da felicidade pessoal depende boa parte do bem-estar comum e vice-versa. Sem dúvida que construir a pessoa nesta nova encruzilhada constitui um desafio antropológico de enorme relevância.

c) *Cultivar a experiência na acção*

Do ponto de vista antropológico somos seres incompletos e inacabados e só na acção e na experiência é que nos fazemos e construímos como pessoas. A experiência encaixa-se numa determinada maneira de saber estar na realidade que nos coloca em permanente processo de busca e indagação. A experiência implica submergirmos no real, criando um acesso à realidade profunda de cada um e da realidade que este vive todos os dias. O voluntariado actual, independentemente da tradição seguida, precisa do estímulo da experiência. Ao falar de experiência na acção, o autor defende que a acção é o poço onde os voluntários devem imergir para encontrar o sentido nas suas actividades com outros e o que isso se repercute na sua própria vida.

Neste sentido, a experiência tem uma dupla função pedagógica. Por um lado, ensina-nos a integrar o real e o irreal e por outro, atribui nomes às coisas. Assim, no primeiro caso, e tomando a experiência de crescimento pessoal, percebemos que como pessoas conduzimo-nos na vida mediante um esboço de possibilidades do que somos, sendo a experiência a sua confirmação (Zubiri, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000). Gostaríamos ainda de acrescentar que a experiência permite a aferição não só do que somos mas a construção de *quem somos*, permitindo a vivência de novas aspirações e novos desejos. Na acção voluntária, o terreno da experiência como confirmação da realidade pessoal é extremamente fecundo, deixando a acção de ser mera actividade externa para se tornar num campo de experiência pessoal, constitutiva da própria

pessoa. Quanto à atribuição de nomes às coisas, a experiência na acção habilita-nos a resgatar um saber aprendido a partir dessa mesma experiência, que nos ajuda a ler o mundo e a decifrar as suas lógicas de funcionamento e a ter a possibilidade de nele nos inserirmos criticamente.

d) *Buscar o lugar antropológico*

O voluntariado actual é sensível a uma nova situação global que gerou a cultura em que vivemos. É uma época em que os acontecimentos se sucedem a uma enorme velocidade, em que a informação que temos disponível nos transcende, em que nos encontramos virtualmente mais próximos de qualquer parte do mundo mas mais distanciados uns dos outros, o que conduziu a uma perda de sentido e à constante procura do mesmo.

Como defende Marc Augé na sua obra “Não-lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade”, a contemporaneidade é caracterizada por três figuras de excesso, nomeadamente, a superabundância de acontecimentos, a superabundância espacial e a individualização das referências.

A superabundância de acontecimentos do mundo contemporâneo leva a um aumento da esperança de vida, plasmada na coexistência habitual de quatro em vez de três gerações, o que acarreta progressivamente mudanças práticas na ordem da vida social estendendo, simultaneamente, a memória colectiva, genealógica e histórica. O alargamento do tempo de vida e a dificuldade de o pensar estão ligados à superabundância de acontecimentos do mundo contemporâneo, pois a procura de sentido que se manifesta entre os indivíduos das sociedades contemporâneas decorre, precisamente, da dificuldade em dar um sentido ao passado próximo, presos que estamos num *presentismo* de excesso.

A segunda figura de excesso está associada ao espaço. Embora cada ponto do planeta esteja cada vez mais próximo de outro, graças a meios de transporte cada vez mais rápidos que diminuem drasticamente a escala do mundo e a uma comunicação cada vez mais eficaz que permite que um qualquer acontecimento em qualquer lugar possa ser visto e conhecido noutra qualquer local, este excesso conduz à concentração das pessoas em zonas urbanas, transferências de populações e multiplicação de não-lugares. Estes não-lugares são espaços onde não se estabelecem relações significativas entre os indivíduos, onde a comunicação é diminuta, onde cada um é apenas mais um entre a multidão e onde não se criam pontos de referência para a história individual.

Segundo Augé (2005), não podemos ignorar a influência que a imagem tem sobre a forma como perspectivamos o mundo, uma vez aquilo que conhecemos do mundo é essencialmente construído por aquilo que os *media* nos mostram e que simultaneamente os constituem. Julgamos conhecer o outro através de uma imagem televisada e não pelo contacto efectivo e afectivo com ele. O acesso a inúmera informação permite uma falsa sensação de conhecimento, pois falta-nos um quadro integrativo de sentido que permita, precisamente, articular essa informação em conhecimento.

A terceira figura do excesso é a figura do individualismo, do ego, no dizer de Marc Augé "(...) o indivíduo quer-se um mundo, (...) entende interpretar por e para si próprio as informações que lhe são fornecidas [e embora] as histórias individuais [nunca tenham sido] tão explicitamente implicadas pela história colectiva (...) nunca também os pontos de referência da identificação colectiva foram tão flutuantes." (Augé, 2005, p.35).

Em oposição a estes não-lugares existem os lugares antropológicos que, segundo Marc Augé se referem à "(...) construção concreta e simbólica do espaço que não poderia por si só dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles aos quais ela atribui uma colocação, por humilde ou modesta que seja" (Augé, 2005, p.46). Este lugar pressupõe a existência de três características comuns, ou seja, "(...) um lugar [pode-se definir] como identitário, relacional e histórico" (Augé, 2005, p.67). O autor defende ainda que "(...) se um espaço não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definir-se-á como um não-lugar" (Augé, 2005, p.67).

A noção de identitário vem associada ao facto de o lugar ser constitutivo de identidade individual. Muitas vezes, são locais onde se experimentam vivências que deixam marcas profundas na vida dos indivíduos e, por isso, se considera que marcam a identidade do mesmo. Por outro lado, o conceito de relacional advém das relações de coexistência estabelecidas, da relação que o indivíduo estabelece com o território, com aqueles que lhe são próximos e com os outros. Quando se associam a um determinado espaço memórias de relações intensas e marcantes com os outros, aqueles caracterizam-se como lugares antropológicos. Já no que diz respeito à concepção de histórico, este define-se como uma estabilidade mínima que surge, necessariamente, depois de se conjugar os factores anteriores e que "(...) aqueles que nele vivem aí podem reconhecer pontos de referência" (Augé, 2005, p.48). Naturalmente quando uma vivência ocupa um lugar destacado na história de vida de um indivíduo, este pode reconhecer uma série de pontos de referência que o fazem identificar o lugar como sendo seu, como um espaço a transbordar de emoções, como parte

da sua história, como parte da sua identidade. Assim, é possível encontrar num lugar também a sua dimensão histórica.

É um lugar marcado por uma experiência intensa que define a identidade do indivíduo, que assenta em vivências relacionais fortes, repletas de emoções, e que marca a história de vida do indivíduo. Estes lugares antropológicos são espaços onde cada um se sente ligado e reconhecido, sendo construtores da identidade pessoal de cada um. Para se afastar de pessoa da sobremodernidade, caracterizada como eterna viajante, sem ponto de partida ou de chegada, sempre em circulação, envolvida numa vida nómada, agitada e sem referências de sentido, o voluntário, como qualquer pessoa, procura o seu lugar no mundo e fá-lo quer no voluntariado como compromisso social ou como realização pessoal.

e) *Nova auto compreensão da vontade*

No mundo do voluntariado existe uma certa tendência para examinar minuciosamente as motivações iniciais de cada novo voluntário, conduzindo mesmo a uma “dogmatização da motivação” que inunda e pode até paralisar boa parte das organizações voluntárias, pois vivemos tempos de idolatria de motivações *puras*, como se todos os voluntários tivessem que ter à partida as mesmas motivações e estas não pudessem reflectir qualquer interesse pessoal por parte do voluntário, esquecendo até que estas podem sofrer evolução e transformação ao longo do tempo.

Defende Aranguren Gonzalo (2000) que actualmente, em determinados âmbitos do voluntariado social, se parte de motivações ideais que todos os voluntários deveriam ter (altruísmo, generosidade, desinteresse, entrega, etc.) e que constituem a luz que ilumina o voluntariado com que todos sonham. No entanto, este ideal pode fazer esquecer a percepção de outras motivações que estão relacionadas com a construção da própria vida pessoal do voluntário. As motivações pertencem ao domínio da psicologia e de uma determinada motivação não nasce necessariamente um único modelo de voluntariado, completo e imutável. A vontade também se alimenta de afectos, de paixões, de experiências passadas e do exercício da liberdade. O poder da vontade de cada indivíduo torna possível a modificação de determinadas motivações que em certo momento poderiam parecer inalteráveis. Entende o autor que a vontade se constitui como vontade de mudança e que a motivação não fica ancorada para sempre no mesmo porto. Com a acção e desde a acção voluntária, as motivações iniciais são modificadas, redireccionadas e, por vezes, profundamente transformadas.

Parece-nos evidente que os motivos que levam cada um a iniciar uma acção voluntária são muito importantes e convém conhecê-los, mas não devem ser encarados como definitivos porque estaríamos a negar a possibilidade da acção voluntária ser um processo. Esses motivos iniciais vão-se modificando em função de outros que o voluntário introduz na sua prática. A experiência que decorre da e na acção concreta é mais significativa que os julgamentos iniciais sobre as motivações que achamos excelentes e aquelas que parecem inadequadas.

Cada pessoa, a partir da consciência das suas possibilidades e fragilidades, pode determinar as suas acções, as suas tarefas, e nesse sentido, definir um certo sentido para a sua vida. O acto volitivo acontece através de um processo onde se põem em jogo boa parte das dimensões pessoais com as quais cada um dá conta do que quer *de* e *com* a vida. Deste processo fazem parte a disposição inicial uma vez que, em primeiro lugar, é preciso ter a capacidade de querer; a mobilização interior promove uma disposição inicial de abertura à realidade. Mas para poder escolher o que querer é necessário estar alerta, ou seja, estar atento àquilo que se escolhe querer, não se deixando levar por imposições, modas ou imitações. As escolhas que fazemos vão determinando a pessoas que somos daí que seja fundamental estarmos alerta para que “o nosso querer concreto ajude sempre na inacabada tarefa da personalização” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.98). Neste trabalho de escolha do que querer impõe-se a definição de prioridades, dado que ser voluntário implica fazer escolhas e, na escolha, determina-se uma opção e estrutura-se como pessoa nessa opção, não só nas tarefas que se vão realizando mas também na pessoa que se vai construindo. Para levar a cabo esta tarefa é necessário ousadia, na medida em que é na realidade que se experimenta o que se projecta como possibilidade de mudança pessoal e social e, também, perseverança, visto que a vontade não aponta para a instantaneidade, mas para a duração daquilo que empreende e só com “uma vontade realmente querida e experimentada é que se pode mudar de rumo, reformular projectos ou impulsionar novas decisões” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.98).

f) O exercício da liberdade

A acção voluntária é um campo privilegiado para desafiar a prática humanizadora e humanizante da liberdade. No seu percurso de vida o voluntário precisa de se acautelar relativamente à forma como as decisões que toma e as escolhas que faz, modulam e assinalam uma direcção adequada da existência pessoal, onde se inclui a convivência com os outros.

É urgente recuperar o sentido profundo da liberdade como dimensão constitutiva do ser humano. No exercício da liberdade, cada um vai esboçando e verificando as suas tarefas e vai-se tornando dono de si mesmo.

Segundo Aranguren Gonzalo, referindo Kierkegaard, a liberdade afecta as capacidades e escolhas dos indivíduos e este movimento de liberdade conduz a algo novo, que o autor apelidou de *salto*. Este salto é encarado como uma viagem para o desconhecido, onde há lugar para a surpresa e para o imprevisível.

No mundo do voluntariado, é importante deixar este espaço de liberdade para que se torne possível, para os voluntários, o *salto* como movimento de criação de novas possibilidades. Neste sentido é importante orientar este arremesso em duas direcções. Primeiro num *salto* activo, isto é, para uma acção voluntária no encontro com o outro. O encontro com o outro que sofre desinstala o ser humano e deixa-o em confronto com a verdade do real e a com a sua própria verdade.

Mas a este salto inicial que vincula o voluntário com a acção, há que adicionar a projecção reflexiva que coloca perguntas, que ajuda a desvendar os significados das acções. Deste modo, a liberdade é entendida como autonomia, isto é, como valor que fundamenta a capacidade que todo o ser humano tem de criar normas para si mesmo, não no sentido de se viver só dos recursos que possui, desligando-se dos que o envolvem, mas no sentido de encarar o voluntariado como instrumento de libertação pessoal e, também, colectiva. Não só como libertação de modos de opressão e de domínio, mas como libertação para tecer os fios de uma sociedade diferente, que seja reflexo de um lugar de pessoas livres numa sociedade livre.

Segundo o mesmo autor, um novo modelo de sujeito está a surgir neste início de século, caracterizado por um recolher à subjectividade, a qual pode ser perspectivada desde o voluntariado no sentido de ser um apelo à reconstrução de um modelo de pessoa que viva intensamente a sua individualidade sem que isso represente um encerramento em si mesmo.

Relativamente à perspectiva da ética sobre o voluntariado, Adela Cortina (cit. in Aranguren Gonzalo, 2000) afirma que a distinção ética entre o *justo* e o *bom* implica duas concepções teóricas diferentes: a ética dos mínimos (*ética mínima*) a qual faz referência aos valores vulgarmente partilhados e que nos coloca no plano da realização de uma sociedade justa e a ética dos máximos (*ética máxima*), que nos situa no desenvolvimento de projectos pessoais de vida feliz. Ambas se constituem a partir da base do pluralismo ideológico e axiológico e encontram-se ligadas, por um lado, à participação num acordo de mínimos e, por outro, ao exemplo pessoal que se vincula a um projecto de máximos. Se a ética mínima se questiona sobre como construir uma sociedade

justa, a ética de máximos interroga-se sobre como ser feliz. A primeira é exigível porque nos desafia à tarefa comum de criação de uma sociedade verdadeiramente humana e justa, respeitando o pluralismo e sem se identificar com nenhuma proposta moral concreta. Mas a ética de máximos é desejável dado que a forma de alcançar a vida boa não pode ser objecto de obrigação para nenhum cidadão; cada um terá que arranjar uma forma de sair bem de tal tarefa. Na melhor das hipóteses pode-se oferecer ou dar conselhos acerca de como é possível ser feliz, a partir da própria experiência.

Na última década do século XX foi-se fazendo, progressivamente, um movimento de retracção cultural em direcção à intimidade e ao “esquecimento” das causas sociais, retornando em força a formulações éticas que reflectem mais a *vida boa* do que a *sociedade justa*.

De modo paradoxal observamos que as tradições do voluntariado anteriormente descritas não correspondem com a classificação ética que foi apresentada. O voluntariado conexo ao compromisso social, que do ponto vista ético se devia situar na ética dos mínimos, constitui-se como um *voluntariado de máximos*. Com efeito, este tipo de voluntariado deseja a mudança social e a realização de uma sociedade justa, de tal maneira e com tanta força, que este impulso se consubstancia necessariamente em guia de um projecto de vida pessoal e feliz. Trata-se de um voluntariado de máximos porque refere-se a estilos de vida pessoais, que podem ser louváveis e estimáveis mas que de modo algum podem exigir-se aos outros, por mais desejáveis que nos pareçam a nós. É um tipo de voluntariado que pode *convidar* mas não *obrigar*. Por outro lado, o voluntariado afecto à necessidade de realização pessoal, devia localizar-se na ética de máximos, uma vez que se refere a um projecto pessoal de felicidade. Muitas vezes a pergunta que pulsa em muitos dos voluntários não é tanto “como ser feliz”, mas “que tipo de vida merece ser vivida”. Isto provoca, no âmbito da acção voluntária, que nos encontremos perante um *voluntariado de mínimos* dado que se trata de pessoas que acedem a este campo de acção a partir de incentivos centrados nelas mesmas e que devem, junto dos responsáveis pela organização voluntária, estabelecer os objectivos mínimos para trabalhar no âmbito da acção social desde pressupostos que tenham que ver com o trabalho pela justiça e o apoio aos destinatários da organização.

O voluntariado de mínimos contempla todas as pessoas que seguem a chamada tradição da realização pessoal e que expressam as suas motivações iniciais em necessidades como: ocupar o tempo livre, encontrar amigos, sentir-se útil, procurar benefícios legais ou sair de um problema pessoal. A este voluntário não se associa apenas os jovens “pós-modernos”, mas também “velhos”

voluntários e voluntárias que se encontram há muito tempo numa entidade e se crêem donos do espírito da mesma.

Em cada organização ter-se-ão que fixar critérios de acolhimento aos novos voluntários onde: se acolha de modo incondicional cada pessoa, inclusivamente, para lhe dizer que nesse momento não é o melhor para ela participar no voluntariado daquela entidade. Dever-se-á acolher fortalecendo um âmbito de acordo entre a entidade e o voluntário de mínimos, de maneira que possam complementar-se às disposições iniciais do mesmo as expectativas de trabalho da organização, que deverão ser interiorizadas e assumidas progressivamente pelo voluntário, não esquecendo de, ao longo do tempo, se verificar de que modo essas motivações iniciais se vão modificando ou não. Por outro lado, dever-se-á acolher os novos elementos acreditando na possibilidade de mudança do outro, tal como cada um de nós muda, uma vez que a acção é um espaço onde se purificam as mais variadas motivações, sejam elas as provenientes da resolução de conflitos ou as que advêm do desejo veloz de transformação do mundo. Contudo, não se deve esquecer de acolher igualmente o voluntário veterano que fez da sua instituição um feudo apenas para aqueles que pensam e sentem como ele, propondo, com respeito e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, novas metas e renovados métodos de acção que tornem possível a continuidade da sua acção voluntária nesse lugar.

Em suma, a ética de máximos, que é desejável e que se baseia no desenvolvimento de projectos pessoais, conduz a um voluntariado de mínimos que se centra nas necessidades pessoais, ao passo que a ética de mínimos, que é exigível e que se centra na organização de uma sociedade justa, leva a um voluntariado de máximos que se focaliza na urgência de mudar o mundo.

Em qualquer um dos casos o voluntariado terá de enfrentar dois perigos. Por um lado o perigo do *eticismo* que absolutiza a lei moral entendida como “tens que”, que pode conduzir a carregar sobre si o mundo, como se tudo dependesse da sua acção. Por outro lado, há que evitar o *amoralismo* que tende a construir a personalidade sem quaisquer referências éticas, ao som do “apetece-me ou não me apetece”, manipulando tudo o que tem ao seu alcance, incluindo os destinatários da acção voluntária.

É certo que muitas vezes o voluntariado que existe não é ideal e que isso pode conduzir à *desmoralização*, entendida não como ausência de referências morais, mas como perda de ânimo. A desmoralização passa pelo desânimo, pelo cansaço e pelo enfraquecimento, daí que se coloque um desafio ético constante de *revitalizar* a disposição inicial daqueles que trabalham no campo do voluntariado. Para que esta acção seja possível é necessário o designado *treinamento vital* e a

realização de estratégias educativas. Relativamente ao primeiro, a revitalização como tarefa ética consiste, em parte, em desenvolver um exercício constante de atitudes e disposições que nos tornem mais aptos a agir de acordo com princípios morais. Conforme salienta Aranguren Gonzalo (2000), reportando-se ao pensamento de Mounier, o acontecimento será um horizonte e fio condutor sendo o treino mental e atitudinal importantes para o voluntário saber acolher e interpretar os grandes e pequenos acontecimentos. Esta reanimação permitirá, por um lado, interpretar melhor a situação em que, num dado momento, nos encontramos, o que é pedido aos voluntários e às organizações de solidariedade e por outro lado, permitirá perceber mais adequadamente com que recursos se conta para melhorar a acção sem submeter o voluntariado a excessos que têm consequências elevadas e sem forçar as pessoas contratadas a esforços superiores, muitas vezes em condições pouco dignas. No que se refere ao segundo ponto, a revitalização implicará munir-se de sabedoria suficiente para encaminhar a pluralidade de voluntários existente através de processos educativos. Reanimar tanto o voluntariado de máximos como o voluntariado de mínimos exige um tempo que deverá ser eminentemente educativo e que se expressa mediante um caminho que seja suficientemente largo para albergar todos os voluntários.

Esta optimização de cada uma das tradições de voluntariado é apresentada mediante a concepção de recursos que os voluntários possam pensar a partir das suas situações vitais para os adequar, simultaneamente, a processos de crescimento pessoal e de desenvolvimento comunitário.

No caso do voluntariado de máximos, o autor crê que a sua optimização passa por ir vinculando a acção voluntária à criação de um marco de sentido global. Este deve ser “um marco de referência em virtude do qual se encontra o sentido espiritual da nossa vida” (Taylor, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000, p. 107). Quem se mete “às cegas” na acção voluntária corre o risco de cair num vazio que culmina no *sem sentido* e no sentimento de fracasso pessoal. Muitas vezes os activismos são formas de mascarar fugas de situações pessoais que não se desejam ou que não se sabem enfrentar. Embora o voluntariado de máximos conecte rapidamente a acção e o trabalho pela justiça com a configuração do projecto de vida pessoal, é preciso ter alguma reserva acerca da extensão do projecto, dado que existe a possibilidade que este esteja focalizado de tal forma em aspectos exteriores à pessoa que esta perca a noção da sua individualidade, diluída num todo que a excede e a ultrapassa.

Optimizar o voluntariado de máximos passa necessariamente pelo sentido que as pessoas que o vivem têm que ter ao aceitar cuidar-se e quererem-se, sem alimentarem sentimentos de culpa. A responsabilidade de cada um verifica-se, entre outras coisas, mediante o amor

relativamente a si mesmo, que longe de confundir com o egocêntrico *amor-próprio*, constitui a possibilidade de maior fecundidade no amor pelos demais, tal como anteriormente já explicitamos. Aranguren Gonzalo (2000) afirma, referindo-se ao pensamento de Lacroix, que a maior desgraça da humanidade provém do facto de as pessoas não se saberem amar a si mesmas. Este sadio amor por si mesmo passa por saber cuidar-se, por procurar espaços de ócio pessoal, por diversificar os interesses, as relações, as pertenças, no fundo, por dedicar-se tempo, sem esquecer aqueles que têm ao seu lado incondicionalmente. Para poder dar, há que ter o que dar, ou como diz Wiesel (cit. in Aranguren Gonzalo, 2000), “para dar há que ser”. Dificilmente se pode dar aquilo que não se tem quando o cansaço e o esgotamento nos ultrapassam. O cuidado consigo próprio está relacionado com a intensidade que cada um aplica na acção social, daí que seja necessário ajudar os sujeitos a não se responsabilizarem em excesso por tudo o que acontece no mundo. É tão importante responsabilizar-se pela realidade injusta e começar ou participar em processos de libertação, como é desencarregar-se daquilo que nos ultrapassa e excede, das falsas expectativas e dos medos de defraudar os outros e de não estar à altura das circunstâncias.

No que se refere ao voluntariado de mínimos um dos perigos deste tipo de voluntariado é a possível manipulação dos destinatários da acção, no sentido de trabalhar com outros e para outros, buscando antes de mais a satisfação e o interesse pessoal como forma de obter benefícios legais ou de cultivar certos sentimentos pessoais. Assim, este voluntariado livre de imperativos e obrigações converte o “fazer bem” em “sentir-se bem”. Do ponto de vista da organização voluntária o ponto de partida do acordo com o voluntário de mínimos, em termos educativos, seria respeitar o centro de interesses com que esta pessoa começa a sua caminhada solidária, mas este respeito poderá ser enganador se se perpetuar o mesmo centro de interesses, o qual pode ser muito conveniente para essa pessoa, mas totalmente alheio aos referentes éticos da entidade voluntária. O tempo educativo possibilitará a introdução de outros elementos éticos no universo do voluntariado de mínimos. Assim, a organização voluntária deverá extrair estes elementos através da formação específica em ética e axiologia que passe pelo convite à responsabilidade pelo outro.

A *educação para e pelos valores* constitui um âmbito privilegiado de interiorização de atitudes, comportamentos e normas morais. Muitas vezes os voluntários de mínimos procuram as entidades de voluntariado imbuídos da “moda” solidária e do auge publicitário do voluntariado (tal como explicitamos anteriormente), pelo que necessitam de um processo de formação que os leve à assimilação daqueles valores que humanizam e ajudam a construir uma sociedade justa. Desta forma, a organização terá que ajudar a *desmascarar* as falsas concepções de solidariedade que

muitos voluntários têm, *verificando* com eles o valor ético da solidariedade na relação com as pessoas que trabalham dia a dia com a exclusão e a irrelevância social; por outro lado, a própria instituição ou organização terá que ajudar o voluntário a *estimar* esse valor que outros vivem e que poderá ser mobilizador também para si, acompanhando o voluntário na sua *realização* pessoal e comunitária da solidariedade no projecto concreto onde deseja colaborar e na assunção desse valor ético-moral como referente com o qual construir o seu projecto vital. De modo complementar, uma correcta formação ética, no âmbito do voluntariado, relaciona-se com o compromisso de *responsabilidade com o outro*. Pode-se cair no reducionismo de uma acção voluntária marcada por um forte sentimento de compaixão, que em princípio é bom, mas insuficiente. A responsabilidade com o outro envolve-nos numa lógica processual onde se ajuda o voluntário a descobrir que o *outro excluído* não é um completo desconhecido, que a precariedade e vulnerabilidade do outro também o afecta e o responsabiliza, tal como já fizemos referência anteriormente. O voluntário, que chega marcado pela busca de uma subjectividade centrada exclusivamente no cultivo do seu *eu*, vai aprendendo que ser sujeito também significa ser suporte para outrem e que a realização pessoal passa pela inevitável abertura responsável ao outro. A responsabilidade com o outro, numa rede organizada e comunitária, há-de ajudar a abrir e ampliar a visão do voluntariado (minimalista) para a compreensão de que a acção voluntária tem sentido se se enquadra num projecto global de sociedade inclusiva e solidária.

Domingo Moratalla na sua obra *Ética y voluntariado: una solidaridad sin fronteras* defende que “uma ética do voluntariado não é uma descrição da necessidade que a sociedade tem da audácia com que os voluntários realizam actividades arriscadas, nem uma reflexão sobre os deveres que regem a acção voluntária, nem mesmo uma compilação de princípios morais com que gerir o altruísmo” (1997, p. 9).

Uma vez que a acção voluntária é mais o modo determinado de realizar as actividades humanas do que um tipo de actividade concreta e diferenciada, a ética do voluntariado tem que ser mais uma reflexão ética que condiciona esse *modo determinado* de realizar qualquer actividade do que uma simples ética aplicada.

Assim, o termo *ética do voluntariado* será usado não só para reconstruir a acção voluntária a partir de uma ética de justiça (ética cívica) porque esta não deixa espaço a que nos conformemos com acções voluntárias baseadas na espontaneidade da vontade, na improvisação ou na irresponsabilidade, por muito bem intencionadas que sejam, mas também para reinterpretar a ética cívica a partir da acção voluntária como uma forma de manter desperta e vigilante a cidadania

democrática como uma *ciudadania moral* (Domingo Moratalla, 1997). Pretende-se fazer uma reflexão sobre o trabalho realizado pelos voluntários, tendo em conta as suas motivações, as actividades que realizam, os valores que defendem, etc., sobre o papel das organizações voluntárias na sociedade democrática e sobre as implicações sociais e políticas da sua actividade na sociedade. Se por um lado se delimita directamente esta ética, por outro, indirectamente, questiona-se a realização histórica do valor da solidariedade que se converteu na referência ética de um mundo sem fronteiras.

O voluntariado, para além de ser um fenómeno social, psicológico, económico, político ou jurídico, é também um fenómeno que precisa de uma aproximação ética, uma vez que, não só faz referência a valores como a justiça e a solidariedade mas também porque participa no esboço de novas antropologias ainda inéditas.

Se por um lado os voluntários actuam movidos pela responsabilidade que sentem perante a sociedade, por outro a sociedade também exige responsabilidades aos voluntários. Assim, estes devem estar conscientes da importância da preparação, formação e organização do serviço que querem prestar, das acções que querem promover, dos valores que desejam fomentar, das relações que gostariam de construir mas devem igualmente conhecer os riscos que têm que assumir e devem estar dispostos a não se precipitarem no desempenho das suas funções.

No entanto, a acção voluntária deve ser marcada pela audácia. Não por uma acção irresponsável e imprudente, mas por um agir marcado pela audácia e prudência. Cada vez são mais os cidadãos que, sem deixar de ser prudentes, agem de forma audaz, não porque queiram ser *heróis com um passaporte para a eternidade* mas porque querem ser cidadãos do mundo que participam activamente e que não querem ser cúmplices da injustiça, da dor e do sofrimento (Domingo Moratalla, 1997). Conseguir conciliar a audácia e a prudência é uma tarefa complexa e delicada. Se, por um lado, as associações voluntárias já o vão conseguindo fazer ao nível organizativo, por outro, do ponto de vista pessoal esta tarefa mostra-se mais difícil, dado que coloca a vida moral dos voluntários perante encruzilhadas verdadeiramente dramáticas, como se o trabalho no terceiro mundo fosse incompatível com o trabalho no primeiro mundo ou como se a dedicação aos imigrantes colidisse com a dedicação familiar. Neste sentido, uma ética do voluntariado tem como finalidade contribuir para que estas decisões não sejam precipitadas ou imprudentes, não se limitando a ser uma assessoria no trabalho das organizações mas funcionando como um questionamento de uma vida social e institucional, que muitas vezes parece fechada sobre si

mesma, limitada à prudência verbal de uma *solidariedade tribal* e sem a audácia de uma *solidariedade sem fronteiras*.

Embora vá continuar a existir o voluntariado circunstancial e assistencial, o voluntariado de cariz ético e social tem que se demarcar por uma audácia no *querer* que se afaste do voluntarismo. Trata-se, no horizonte da antropologia contemporânea, de uma tripla transformação da vontade: a passagem de uma vontade arbitrária para uma vontade moral, a mudança de uma vontade reprimida para uma vontade livre e a transformação de uma vontade impaciente para uma vontade resistente. Relativamente ao primeiro caso, o voluntário não é um cidadão cuja vontade é arbitrária. É um cidadão responsável e capaz de pôr ordem nas suas preferências, capaz de hierarquizar os seus desejos e capaz de estabelecer uma hierarquia de valores. Um voluntário audaz não é um voluntário espontâneo, mas alguém que conhece as suas capacidades, não as quer desaproveitar e está disposto a pô-las em prática. Quanto à segunda transformação, o voluntário não pode ser uma pessoa que tenha medo de clarificar as suas motivações. Pelo contrário, deve estar disposto a que o seu compromisso não seja uma moda passageira ou uma simples acção filantrópica com que compensar o peso de consciência que tem noutros aspectos da sua vida moral, ou até uma válvula de escape ao stress profissional. A acção voluntária pode contribuir para melhorar os níveis de comunicação com os nossos semelhantes mas não pode ser uma terapia para compensar as carências pessoais de comunicação no campo social. Um voluntário audaz não pode ser um voluntário reprimido e traumatizado, mas um voluntário maduro e disposto a manter uns níveis óptimos de comunicação interpessoal. No que diz respeito à mudança de uma vontade impaciente para uma vontade resistente, o voluntário deve saber calcular os riscos e as consequências, deve saber que a sua "boa vontade" não basta no âmbito da acção social. O voluntário não pode apenas ser uma alma bela num mundo inóspito; tem que se preparar e treinar-se para resistir perante as adversidades. A audácia do querer não reclama apenas o imperativo da formação, a capacitação e a preparação técnica, exige também uma interioridade treinada na vigilância espiritual. Com este treino da vontade as pessoas poderão fazer frente àqueles que não crêem que a realidade possa ser de outra maneira. Um voluntário audaz nunca pode ser um voluntário resignado ou fatalista. No entanto, este voluntário paciente não é um voluntário passivo. A paciência é uma virtude do um voluntariado vigilante onde as pessoas mobilizam não só a sua vontade, mas também os seus conhecimentos, as suas capacidades e os seus interesses. Por esta razão já não nos encontramos perante um voluntariado afectivo, mas efectivo, isto é, com capacidade para transformar o ambiente em que se insere a nível social, cultural, político (Domingo Moratalla, 1997) e mesmo ético.

2.3. Voluntariado e Pedagogia Social

Tendo em conta que o voluntariado é uma actividade que envolve a relação entre voluntários e beneficiários da acção voluntária, visando a mudança pessoal e social, a Pedagogia Social surge-nos como uma área de saber especialmente pertinente no que se refere ao enquadramento científico da acção voluntária.

Para Paciano Feroso (1994), a pedagogia social “é uma ciência prática, social e educativa, não formal, que fundamenta, justifica e engloba a normatividade mais adequada à prevenção, ajuda e reinserção daqueles que padecem ou poderão padecer, ao longo da vida, de deficiências de socialização ou na satisfação de necessidades básicas apoiadas pelos direitos humanos.” Na perspectiva defendida pela Universidade Católica e com a qual nos identificamos, a pedagogia social é encarada como “(...) uma *praxis* sócio-educativa [que] promove a capacitação subjectiva e cívica das pessoas, [procurando] «fazer sociedade» num mundo que nos surge como fragmentado, incerto, vulnerável e «líquido», apostando para tal na ligação orgânica entre aprendizagem, vida e experiência comunitária” (Baptista, 2008, p.7).

Embora, quando se fala de Pedagogia Social, se possa estar a referi-la como ciência, disciplina académica ou saber técnico-profissional, interessa, neste caso, olhar a perspectiva desta como filosofia de acção. Como defende Isabel Baptista, a Pedagogia Social pretende promover a construção de “(...) laços sociais significativos entre pessoas, instituições e comunidades, funcionando (...) como uma antropologia prática associada a valores de humanismo de carácter relacional” (Baptista, 2008, p.22).

Desta forma a Pedagogia Social tem também um contributo importante a dar quando se fala de voluntariado. Desta forma, apresentamos os Princípios Orientadores da Acção do Voluntário Social, propostos por Isabel Baptista² Estes apontam para uma visão positiva e optimista sobre as possibilidades de mudança das pessoas, independentemente da sua história de vida, uma vez que, como refere Paulo Freire, é preciso ter a convicção que é possível mudar, “mudar é difícil mas é possível” (Freire, 2002, p.31). Por outro lado, e independentemente das dificuldades que cada voluntário sente, estes devem ter serenidade e perseverança perante as dificuldades que, em caso algum, devem ser motivo de justificação para comportamentos de demissão ou negligência, bem como uma atitude de reserva e de discrição profissional, respeitando a privacidade das pessoas e

² Texto policopiado in Dossier Pedagógico da disciplina Ética e Política de Solidariedade do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Pedagogia Social (2010).

mantendo a confidencialidade em relação aos elementos informativos que lhe são confiados. Embora uma acção de voluntariado seja gratuita e voluntária, não deve deixar de ser “profissional”, pelo que o voluntário deve seguir um “código deontológico”.

Como a acção voluntária implica a relação com o outro, é desejável que exista uma distância óptima e sensibilidade relacional, tentando estar suficientemente próximo para ser capaz de estabelecer laços de cumplicidade e confiança, mas sem perder a capacidade de afastamento crítico, necessária à manutenção de uma autoridade pedagógica. Na minha perspectiva pessoal, enquanto participante de uma acção de voluntariado com as características daquela em que participei, devo dizer que nem sempre é fácil estabelecer uma relação com o outro, mantendo sempre uma distância óptima. Isto porque a realidade com que nos deparamos é de tal forma contrastante com a que felizmente conhecemos, que não é fácil gerir as emoções geradas, sendo difícil aceitar a “insignificância” que o nosso contributo tem face às dificuldades que o outro enfrenta. Daí que manter um afastamento crítico relativamente à situação é algo que se torna bastante complicado. Por outro lado, o voluntário deve trabalhar numa lógica de aproximação ao outro, contribuindo para a criação relações de confiança e de solidariedade, promovendo o desenvolvimento de cada ser humano. No entanto, deve o voluntário manter sempre um afastamento crítico que lhe permita continuar a ter uma autoridade pedagógica.

Outro aspecto importante a considerar prende-se com a promoção do desenvolvimento e bem-estar das pessoas, actuando sempre em consonância com os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo que o voluntário deve guiar a sua postura por princípios éticos e por valores humanistas, criando uma proximidade ética, isto é, aproximar-se do outro sem deixar de respeitar a sua condição de outro. Deve ainda, reconhecer que o outro é responsável e tem um papel activo no seu próprio desenvolvimento.

Por fim, destacamos o respeito pela identidade das comunidades e pela singularidade humana de cada situação e lugar, bem como o reconhecimento das autoridades profissionais e institucionais em presença, numa lógica de acção em complementaridade. A actuação do voluntário deve ser feita em complementaridade com outras instituições ou grupos que se encontrem no terreno, para que haja uma rede de actores que trabalhem em conjunto, potenciando os resultados do trabalho de cada um.

Ainda no âmbito da Pedagogia Social apresentamos a perspectiva de Adérito Barbosa, no que se refere à actuação da Associação de Leigos Voluntários Dehonianos (ALVD). Esta associação assume como princípios pedagógico-sociais, a educação (na vertentes educação e

sociedade e educação do cidadão), a responsabilidade, a solidariedade, o voluntariado, a gratuidade e a educação para os valores.

Ao nível da educação, a ALVD defende que “uma genuína sociedade educadora significa mais do que uma sociedade com boas escolas. Significa (...) uma sociedade com o sentido do que é bom para a comunidade” (Barbosa, 2008, p.135). Segundo esta associação “há uma conexão grande entre educação, pessoa e sociedade [pelo que] será educativo tudo o que favorecer o aperfeiçoamento da pessoa” (Barbosa, 2008, p.136). Quanto à responsabilidade, é referida a importância de o indivíduo “ser e sentir-se autor dos próprios actos [assumindo] as consequências pessoais e em grupo da sua própria acção” (Barbosa, 2008, p.136). É fundamental a capacidade de decisão do indivíduo e o descentramento da sua existência por acção da presença do outro. No que se refere à solidariedade, esta é vista como essencial em sociedades mais pobres, onde se pratica a solidariedade como sobrevivência, dado que as injustiças sociais são imensas. Esta associação defende que todos somos responsáveis por todos os indivíduos, mesmo aqueles que estão longe. “Não somos responsáveis colectivamente por aquilo de que não somos culpados directamente?” (Barbosa, 2008, p.139). O homem não vive isolado daí que a solidariedade seja vista como tendo “um sentido ético para designar a convicção de que cada ser humano deve sentir-se responsável pelos outros” (Barbosa, 2008, p.140). Acrescenta-se ainda que se deve impulsionar as acções solidárias junto dos mais jovens, uma vez que é nesta fase da sua formação que estes integram os valores básicos do indivíduo.

Para a ALVD os valores mais significativos do voluntariado são a gratuidade, a solidariedade e a responsabilidade. Não suas acções, o voluntário age com alegria e entusiasmo, animado pelo amor ao próximo e pela solidariedade com os mais necessitados. Adérito Barbosa defende que “o voluntário procura criar espaços de solidariedade, a fim de contribuir para a promoção humana integral do outro e favorecer a mudança pessoal e social na perspectiva da justiça e da solidariedade (...). Ser voluntário é essencialmente uma vocação, [dado que] o voluntário não é aquele que faz, mas aquele que é” (Barbosa, 2008, p.141). Revela um envolvimento pessoal, profundo e progressivo, agindo de forma altruísta e desinteressada. No que concerne à gratuidade, esta é retratada como regra nos chamados mundos vitais, isto é, nos espaços de relações gratuitas, como a família ou o voluntariado. Segundo o autor, “a experiência da gratuidade está na base de uma autêntica experiência de amor” (Barbosa, 2008, p.143) e embora as sociedades modernas a excluam e funcionem numa lógica de intercâmbio, esta parece ser a resposta para a transformação de toda a sociedade.

Por fim, na referência à educação para os valores, o autor baseia-se na escala de valores de Rokeach³ para listar os valores de dimensão pessoal e de dimensão social, bem como os valores de orientação moral e de orientação de competência que norteiam a acção voluntária nesta organização, destacando valores como a solidariedade, a justiça, a gratuidade, o voluntariado, a partilha, o serviço, a cooperação, a fraternidade, entre outros. Na perspectiva desta associação é fundamental que cada um defina os valores que o orientam e se efectivamente a sua vida se orienta por eles. É essencial que a educação para os valores se faça pela prática, uma vez que só assim é possível a apropriação dos mesmos.

Como refere Paulo Brandão, “entendemos a Pedagogia Social como uma dinâmica relacional que visa essencialmente possibilitar o desenvolvimento integral, isto é, de todas as pessoas e da pessoa toda” (2007, p.105). Segundo este autor, educar é ir ao encontro do outro, criando laços e baseando essa relação em princípios como a proximidade, a hospitalidade e o serviço. Assim, a Pedagogia Social é vista como uma “antropologia da relação”. Partindo desta óptica facilmente classificamos a intervenção social da ALVD, como uma prática que segue os princípios da Pedagogia Social. A associação assenta a sua acção em princípios como a solidariedade, a gratuidade e o voluntariado, indo ao encontro do outro, percebendo as suas carências e actuando de forma a poder ajudar a responder às necessidades da comunidade.

Por fim, esta entidade conta com a colaboração de voluntários, que a própria ALVD congrega e forma, e que tal como os restantes membros actuam em função de valores como a solidariedade, a gratuidade e a responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento humano integral do outro, favorecendo a mudança pessoal e social e revelando uma consciência de responsabilidade colectiva muito forte.

Da forma como vem sendo definido, o voluntariado social surge-nos como um acto de dádiva desinteressada e o voluntário como alguém que dá sem esperar contrapartida. É este sentimento que, afinal, dá sentido à acção voluntária.

³ Segundo M. Rokeach, um sistema de valores é nada mais do que uma disposição hierárquica de valores, uma classificação ordenada de valores ao longo de um *continuum* de importância. Os valores organizacionais implicam necessariamente preferência, distinção entre o importante e o secundário, entre o que tem valor e o que não tem. Ainda segundo o mesmo autor, existem duas categorias de valores individuais, os terminais e os instrumentais. Tal distinção pode ser aplicada também aos valores organizacionais: os valores terminais expressam as metas relativas a tipos de estrutura (hierarquia, organizacional, igualdade, democracia e produtividade); os valores instrumentais referem-se às metas relativas a modelos desejáveis de comportamento organizacional (pontualidade, respeito aos colegas e assiduidade ao trabalho). (cf. Tamayo e Godim, 1996)

3. Acção voluntária

3.1. Valores e motivações

Os valores adquiridos pelos sujeitos não são imutáveis e dependem das experiências e do processo de amadurecimento dos indivíduos. A educação moral é, na opinião de Pedro Goergen, um processo de construção socio-cultural da personalidade ou do sujeito moral. “O ser humano só é ou só pode ser um sujeito moral na medida em que é indeterminado e livre” (2005, p. 1007), uma vez que a liberdade implica a capacidade de reflectir sobre o que aprendemos e permite-nos dar a orientação desejada ao nosso processo de aprendizagem.

Quando um indivíduo inicia uma actividade voluntária traz incorporado dentro de si um conjunto de valores. Estes são aprendidos, desde cedo, normalmente, no seio da família em que o indivíduo vive e com os seus pares, através da educação que recebe e mediante as reflexões e aprendizagens que vai fazendo ao longo da vida. “A biografia das pessoas reflecte o quadro de valores que guiou a sua história” (Pangrazzi, 2006, p.65). Desta forma, não é possível que um indivíduo possa iniciar uma acção voluntária sem ter já um leque de valores que defende e que, em princípio, vivencia, os quais possa deixar de lado quando desempenha a sua função como voluntário. “*Fazer voluntariado não se pode separar de ser voluntário [dado que] a forma de ser orienta a forma de actuar*” (Pangrazzi, 2006, p.65). No entanto, o voluntário não deve esquecer que ao integrar uma associação voluntária está a dar um testemunho que vai para além de si mesmo e que aquilo que transmite com as suas acções não pode ser apenas os valores que o constituem, e que inevitavelmente transbordam na forma como actua, mas também os valores e princípios que a associação defende. Para além do testemunho de si mesmo, o voluntário deve representar o espírito de um grupo.

O espírito do voluntariado caracteriza-se pela gratuidade uma vez que a concepção de vida de um voluntário passa pela consciência de ser para os outros e pela doação de si mesmo (Garcia Fajardo, 2007). Ele oferece o seu tempo, a sua energia, os seus conhecimentos, a sua disponibilidade emocional, de forma livre e gratuita, obviamente sem esperar recompensas monetárias, ou de qualquer outra índole, como o reconhecimento dos outros. Os benefícios desta actividade são inestimáveis, uma vez que o voluntário “recebe inspiração do outro, experimenta emoções, mergulha no mistério do sofrimento e aprende lições que nenhuma outra escola lhe poderia jamais ensinar” (Pangrazzi, 2006, p.69).

Para além disso é importante, na opinião de Garcia Fajardo (2007), que a acção voluntária tenha continuidade já que não é correcto criar a expectativa de ajuda naqueles que não se vai poder continuar a ajudar, o que está de acordo com o que explicitaremos mais adiante a propósito do compromisso ético. Para que o voluntário se comprometa empenhadamente em determinada acção é fundamental respeitar a sua preferência vocacional, de forma a otimizar o seu desempenho e desenvolver a sua responsabilidade pessoal, apoiando-se na equipa que o voluntário integra e com a qual se compromete a desenvolver o projecto definido pela organização. Por fim, mas antes de tudo mais, deve o voluntário conhecer, respeitar e valorizar aqueles que são alvo da sua acção voluntária.

Por outro lado, deve o voluntário ter em atenção que a sua acção deve ser de colaboração com os profissionais que trabalham no terreno, tendo o cuidado de não invadir o seu campo de acção pois o fundamental é contribuir para ajudar os mais vulneráveis e não entrar em disputas de protagonismo ou rivalidades institucionais. O que nos move é a complementaridade e não concorrência. Também é necessário que, apesar das opções pessoais de cada voluntário, este não as imponha na sua actividade voluntária, nem que tão pouco torne os outros objectos que sirvam os seus interesses pessoais. O voluntário deve ter consciência dos seus limites e não deve agir baseado em boas intenções mas deve ter sempre em mente a necessidade de assumir um compromisso ético, cumprindo as funções que lhe foram atribuídas de forma a trabalhar em conjunto com os outros voluntários no sentido de atingirem os objectivos definidos pela organização que integram. Reveste-se de enorme importância a noção de que a acção voluntária, embora possa em situações graves ter um papel assistencialista, deve no seu âmago ter um cariz ético promotor da autonomia e do desenvolvimento pessoal e social.

Arnaldo Pangrazzi acrescenta ainda aos valores supracitados outros, que na sua perspectiva, são a base daquilo que deve constituir uma plataforma comum de princípios que “protegem e honram a alma do voluntariado” (2006, p.67). O voluntariado pode ser, por exemplo, um lugar único para cultivar e promover a amizade. É certo que não se refere a uma amizade imediata estabelecida com os beneficiários da acção voluntária, embora isso não signifique que não haja cordialidade e afecto nesta relação mas a amizade referida por este autor é sobretudo aquela que se pode estabelecer entre os diferentes voluntários que partilham experiências e vivências comuns. É importante que se possa estabelecer uma relação de confiança, de partilha e de apoio entre os voluntários, a qual poderá ajudar a lidar melhor com as situações que vivenciam e a tornar a sua ajuda mais eficaz junto das pessoas mais necessitadas. Saber acolher os outros voluntários,

mesmo aqueles com quem não temos tanta empatia, com as suas formas diferentes de ver o mundo e de ser voluntário, introduz uma atmosfera de respeito e de abertura ao outro nas relações entre os voluntários, podendo conduzir à criação de comunidade. Outro valor importante é aquele que Pangrazzi apelida de *inteligência do coração*. Para o autor, o coração “é o templo do amor e do dom de si [sendo a partir dele que] emana o espírito de gratuidade do voluntário e [que] nascem as motivações” (2006, p.75). Esta inteligência que brota do coração molda as atitudes e os sentimentos dos voluntários. As atitudes “são formas de ser e de se posicionar que se podem manifestar exteriormente mediante o comportamento e a acção” (Pangrazzi, 2006, p.75). É evidente que o voluntário pode ir adoptando atitudes positivas ou negativas face ao trabalho que realiza, às pessoas com quem trabalha e com indivíduos que auxilia. Naturalmente, esta é uma escolha de cada um, que obviamente será propulsora de reacções positivas ou negativas por parte do outro. Uma vez que um dos objectivos básicos de qualquer acção voluntária deve ser a promoção de cada ser humano que é ajudado, é fundamental que o voluntário tenha consciência que aquilo que os outros são aos seus olhos depende da forma como olha para eles e que “as pessoas são aquilo que encontramos nelas” (Ferrero, cit. in Pangrazzi, 2006, p.76). Assim, é importante que o voluntário tenha “um coração educado [que lhe permita] cultivar e irradiar aquelas atitudes que promovem a hospitalidade, o respeito e a compaixão” (Pangrazzi, 2006, p.76) possibilitando que o outro descubra nele próprio as potencialidades que tem e evolua como ser humano.

Em relação aos sentimentos, estes “representam a forma própria de sentir e de reagir perante os acontecimentos e as pessoas” (Pangrazzi, 2006, p.76). O voluntário deve ter bem presente que, para realizar bem o seu trabalho e poder ser uma presença promotora do desenvolvimento pessoal de cada um dos beneficiários, tem de estar perfeitamente sintonizado com as suas próprias emoções e sentimentos. Esta autoconsciência implica dar “uma atenção continuada aos nossos estados íntimos” (Goleman, 1995, p.66). De outra forma pode, no desenrolar das suas tarefas, agir de forma defensiva perante a pessoa que necessita de ajuda, não se deixando afectar pelo seu sofrimento e não tendo a capacidade de acolher o outro.

Como em muitas outras tarefas que realizamos na vida, a humildade com que o fazemos torna o nosso desempenho melhor. Não se trata de falsa modéstia ou de anulamento das capacidades de cada um. Arnaldo Pangrazzi defende que a verdadeira humildade equilibra os talentos e as limitações de cada um, conjuga uma constante disponibilidade para aprender e abre espaço para os outros sem que se anulem as próprias potencialidades. Na opinião deste autor, a humildade é a “pedra preciosa que o voluntário deve cultivar” (2006, p.79).

O voluntário não é uma peça isolada que trabalha sozinha na consecução de um objectivo. Faz antes parte de um grupo de pessoas que trabalham de forma conjunta numa missão ou projecto comum. Desta forma, a colaboração entre os elementos do grupo de voluntários torna-se preciosa para que um conjunto de indivíduos com personalidades diferentes, com motivações diversas, com histórias de vida distintas, se torne num verdadeiro grupo de trabalho, unido e maior do que a soma das partes. Para que isto aconteça é preciso ultrapassar as incompatibilidades, os preconceitos, as lutas de poder, os atritos que existem nas relações entre os voluntários e também entre as diferentes organizações. Assim, é necessário o desenvolvimento nos voluntários de princípios como a paciência, o conhecimento mútuo, o acolhimento das diversidades de carácter, o que exige compromisso, respeito pelo outro, capacidade de estar atento às suas necessidades, saber escutá-lo e estender-lhe a mão. Este espírito de grupo é fundamental uma vez que, se o voluntariado deve ser “porta-voz do bem e da positividade” não é coerente que aqueles que defendem esta posição não sejam capazes de viver entre si o bem e a positividade.

Ao longo deste item que abordará os aspectos mais importantes de *como* ser voluntário, seguiremos de perto as ideias de Garcia Fajardo (2007), expostas na sua obra “Manual do voluntário”, por ser o autor com o qual mais nos identificamos a este propósito.

A acção voluntária, por ser uma actividade que envolve a relação com outrem, a vivência de situações por vezes dolorosas e dramáticas e o trabalho árduo de crescimento pessoal, deve ser objecto de reflexão permanente, quer antes de se iniciar a acção, propriamente dita, quer durante a sua efectivação. Antes de iniciar uma acção voluntária é necessário ter em conta alguns aspectos relativos ao voluntário, à organização voluntária e à acção em si, de forma que esta se torne numa actividade realizadora para o voluntário e eficaz na concretização dos objectivos a que se propõe a associação voluntária. Esta reflexão prévia deve começar na escolha da associação voluntária, dado que é importante que o voluntário conheça os objectivos da associação, as suas normas e as condições em que as acções são realizadas. Esta escolha também deve ter em conta as próprias competências do voluntário de forma que este possa trabalhar numa área adequada às suas capacidades e de acordo com as suas percepções de ver e estar no mundo. Após a escolha da associação torna-se fundamental a compreensão, por parte do voluntário, do compromisso que está a assumir relativamente à associação, aos seus colegas e, sobretudo, perante aqueles que poderão beneficiar, em determinado momento, deste apoio, quer em termos de tempo dispensado quer em termos de esforço necessário à realização das tarefas. Por outro lado, o voluntário também deve agir de forma que o seu trabalho seja respeitado, não só assegurando-se que não é explorado ou

garantindo que o seu trabalho é em benefício das pessoas que precisam ou em proveito da própria associação, mas também não permitindo que o seu trabalho seja mão-de-obra gratuita que vá retirar a possibilidade de emprego a outra pessoa. É também importante lembrar que nem toda a acção voluntária se faz junto dos necessitados, havendo muito trabalho realizado na retaguarda de uma associação para que esta funcione plenamente, pelo que ninguém, independentemente da sua idade, eventual incapacidade física, situação económica, social ou familiar, se deva sentir excluído de participar numa actividade voluntária. Por outro lado, o voluntário não deve servir para fazer qualquer tipo de trabalho, isto é, deve fazer as actividades que melhor sabe fazer de forma a otimizar o seu trabalho e rentabilizar o trabalho da associação. No entanto, isto não significa que não possa experimentar a realização de novas tarefas, para as quais pode vir a ser muito qualificado. Por fim, não podemos esquecer a importância da formação na actividade voluntária, pelo que se algum voluntário não estiver disposto a investir na sua formação inicial ou a dispensar algum tempo para o fazer, deve repensar a sua opção de fazer voluntariado.

Depois de iniciada a acção voluntária é importante manter sempre a atitude reflexiva relativamente ao trabalho que se desenvolve. Embora o voluntário disfrute do trabalho que realiza é primordial que este seja feito de forma exemplar, não descurando o cuidado pelo detalhe e a excelência na qualidade das tarefas que leva a cabo. O papel do voluntário também deve passar pela participação na elaboração, construção, execução e avaliação das actividades que são projectadas. É importante que o voluntário possa partilhar as suas ideias junto dos demais para que, entre todos, se possa escolher a melhor forma de realizar uma dada tarefa. Se, por algum motivo, o trabalho que o voluntário executa não estiver a ir ao encontro das suas expectativas, este deve colocar o seu problema junto dos responsáveis para que, juntos, possam encontrar uma actividade alternativa que seja mais proveitosa para o voluntário e, conseqüentemente, para a associação e sobretudo, para aqueles que, nesse momento, beneficiam da sua acção. Embora o trabalho voluntário implique o assumir de um compromisso, pelo que deve ser uma decisão seriamente pensada e ponderada, por vezes, as circunstâncias que envolvem o voluntário podem mudar e impedi-lo de continuar a cumprir o compromisso assumido. Se isso acontecer, o voluntário deve comunicar à associação a sua incapacidade de continuar a cumprir o seu compromisso, para que, nem na associação, nem junto dos beneficiários, se criem falsas expectativas relativamente ao seu trabalho. Embora o voluntário ajude a associação através da realização da sua acção voluntária, este não se deve sentir na obrigação de assumir despesas inerentes às suas actividades, como é o caso das deslocações. No entanto, o voluntário pode contribuir para ajudar financeiramente a

associação em que trabalha, de acordo com as suas possibilidades, uma vez que estas, muitas vezes, têm recursos económicos limitados. Para além desta ajuda, todos os voluntários podem ajudar a associação fazendo algo tão simples como promover a entrada de novos voluntários. À semelhança do que foi dito sobre a formação inicial do voluntário, não podemos ignorar a importância da formação contínua e específica, pelo que o voluntário deve investir na sua formação para poder desempenhar as suas funções de forma cada vez melhor.

As capacidades e competências académicas, profissionais e técnicas que o voluntário possui são muito importantes mas não são suficientes para a realização de uma acção voluntária. O voluntário precisa de demonstrar atitudes e aptidões que lhe permitam respeitar e aceitar o outro tal como ele é, sem a pretensão de o mudar. O papel do voluntário não é mudar seja quem for, mas proporcionar condições que conduzam livremente à escolha da mudança por parte de outrem. Este comportamento requer uma atitude de humildade por parte do voluntário, que nasce da consciência que ninguém é detentor da verdade, o que permite olhar para o outro “não só como *alteridade* mas como *reciprocidade*” (Garcia Fajardo, 2007, p.63). A verdade do outro está inserida na sua realidade que só o próprio conhece e que só o próprio pode mudar. “O ser humano é um ser que [...] só pode alcançar a sua plenitude na comunhão o que supõe comunicar e participar da unidade e nunca da uniformidade que castra, reduz e mata” (Garcia Fajardo, 2007, p.63).

A acção de voluntariado exige do voluntário a observação de uma série de princípios, atitudes, responsabilidade e deveres na sua relação com os mais vulneráveis com quem interage, com a associação com a qual trabalha e com a sociedade em geral.

Segundo Garcia Fajardo, o primeiro princípio e valor que o voluntário tem que observar é a liberdade, uma vez que se a escolha desta acção não for feita com absoluta liberdade, mas movida por algum tipo de interesse, nunca será verdadeiramente voluntária. Embora possa ser feita com toda a motivação e cuidado e plena de carinho e atenção, se não se respeita o seu carácter voluntário, passa a ser algo diferente.

Apesar de todo o investimento que o voluntário deve fazer na sua formação e de todo o empenho e dedicação que coloca na planificação e na avaliação do seu trabalho, nunca deve perder de vista que os protagonistas de toda a acção voluntária são as pessoas extremamente vulneráveis, que se encontram em situações de sofrimento e que é para elas que devem tender todos os esforços e que é a pensar nelas que se deve projectar qualquer plano de trabalho, sempre com o objectivo de alcançar o seu maior benefício.

A acção voluntária está marcada pela gratuidade uma vez que o voluntário não está autorizado a receber qualquer tipo de pagamento pelos seus serviços. Da mesma forma, o beneficiário da acção voluntária não se deve sentir obrigado a qualquer tipo de recompensa para com o voluntário seja de natureza material ou moral. O voluntário dá-se a si mesmo na realização da acção voluntária e é assim que a gratuidade deve ser encarada. Apesar de o voluntário saber que não está prevista qualquer recompensa monetária pelo seu trabalho pode, por vezes, esperar um agradecimento pelo mesmo. Isto poderá ser prejudicial para o desempenho do voluntário dado que a falta desse agradecimento pode causar uma decepção no voluntário, condicionando o desempenho das suas funções. É fundamental que o voluntário integre este *dom de si* sem esperar nada em troca.

O voluntariado, tal como já referimos, exige um compromisso. Este é assumido em várias vertentes começando por aquele que se contrai com os beneficiários da acção voluntária. Este compromisso implica uma atitude de honestidade por parte do voluntário, responsabilizando-se por levar uma mensagem de confiança àqueles que precisam de ajuda, dizendo-lhes que podem contar com a sua ajuda. Para além deste, o voluntário compromete-se com a associação, que deposita nos voluntários a confiança de poder levar a cabo uma missão que se pretende que se possa estender ao longo do tempo e, por isso, é necessário que a associação saiba com o que pode contar por parte daqueles que voluntariamente se oferecem para ajudar a concretizar os objectivos da associação. Ao assumir um compromisso o voluntário não só se compromete com os outros, mas também consigo mesmo, no sentido de estar a assumir um compromisso moral que escolheu livremente e que, de forma livre, o faz aceitar as normas e as responsabilidades das suas funções. Este compromisso é forte dado que foi escolhido em liberdade. “A liberdade na aceitação de uma tarefa é a maior fonte de compromisso” (Garcia Fajardo, 2007, p.67). O compromisso pode ainda ser visto como uma aceitação da responsabilidade social que cada cidadão deve assumir perante as injustiças que sofrem aqueles que vivem à margem da sociedade, ou de uma forma mais vasta, como uma aceitação da responsabilidade que cada ser humano deve ter pelo bem-estar de todos e de cada um que habita o mesmo planeta.

Outro aspecto importante que o voluntário deve ter em conta ao exercer a sua acção voluntária é o respeito pelo outro. Não só no sentido de estabelecer uma relação cordial mas essencialmente no respeito pela sua vida, pelas suas opções, pelas suas convicções e pelos seus ideais. E isto vai para além da mera tolerância pela diferença da vida que o outro leva. É um aceitar essa diferença, abraçando esta diversidade como uma riqueza. Este respeito começa na relação

com os restantes voluntários que muitas vezes têm motivações diferentes, mas cuja diferença de motivações não pode ser um obstáculo à realização de uma acção voluntária. Para esta ser realizada é necessário o “diálogo entre pessoas que não têm medo das suas diferenças mas uma grande convicção na sua igualdade como seres humanos dignos” (Garcia Fajardo, 2007, p.67). Para além do respeito para com os colegas voluntários, é fundamental o respeito pelas pessoas mais vulneráveis. O voluntário poderá ter que lidar com as mais distintas situações de diversidade e diferença como, por exemplo, situações de ilegalidade, opções sexuais diferentes, situações de marginalidade, diferenças de costumes e tradições, entre outros, e é fundamental que tenha uma atitude de respeito e compreensão, sem que estes sejam sinónimos de justificação para todas as atitudes possíveis. O voluntário não deve julgar mas precisa de ser firme e assertivo na sua relação com as pessoas carenciadas. Por último há que considerar o respeito por si mesmo. O voluntário deve aceitar-se e respeitar-se, uma vez que para poder ajudar os outros e transmitir-lhes respeito e auto-estima é preciso que o próprio tenha essas vivências. De outro modo, a sua ajuda não será eficaz.

A humildade, como já referimos, é também uma vertente constitutiva importante do trabalho voluntário. O voluntariado é uma área que tem vindo a ter uma visão mediática muito grande desde há alguns anos para cá, o que pode levar a algum deslumbramento que faça esquecer a noção que o voluntário é apenas mais um colaborador numa rede que engloba a participação de uma série de entidades que não se podem excluir. Desta forma, é importante lembrar e valorizar o papel de todos os intervenientes, seja o profissional de saúde, o trabalhador social, o psicólogo, o vizinho, a família, etc., bem como o seu enquadramento organizacional e político-institucional.

O voluntariado é uma forma de assumir a responsabilidade social de cada um e, para além da intervenção social através do voluntariado, devem os voluntários exercer o comprometimento ético através do seu contributo nos mais diversos debates sociais e empenharem-se na partilha do seu conhecimento da realidade junto daqueles que têm responsabilidade política e capacidade de decisão.

Como dissemos, o voluntário não deve confundir voluntariado com amizade. Com isto não queremos dizer que a relação entre voluntário e beneficiário não seja cordial e amável, mas é importante que o voluntário mantenha uma distância emocional relativamente ao beneficiário de forma a poder ser assertivo e firme quando tiver que dizer um não.

Como nos diz Garcia Fajardo, “é necessário pôr limites para evitar que a implicação excessiva (...) não prejudique a continuidade da acção voluntária e não deixe no voluntário uma sensação de frustração, decepção ou impotência” (2007, p.72).

A acção voluntária não deve ser algo realizado com sacrifício, mas algo que se faz com alegria e da qual é possível disfrutar. “Disfrutar com o voluntariado é um indicador da qualidade do serviço desenvolvido” (Garcia Fajardo, 2007, p.72). Se a actividade voluntária começar a ser um fardo demasiado pesado para carregar algo poderá estar errado. Poderá ser altura de reflectir sobre o tipo de voluntariado que se está a realizar e equacionar a possibilidade de realizar outro tipo de actividade voluntária mais ajustada e mais adequada às características do voluntário. Se por um lado o sacrifício pessoal do voluntário e a falta de alegria na realização das suas tarefas são prejudiciais ao seu bem-estar, por outro estas atitudes reflectem-se no seu trabalho e são sentidas por todos aqueles que queremos ajudar os quais, por se encontrarem em situações de carência e grande vulnerabilidade, são ainda mais sensíveis a expressões de inibição e descontentamento.

A assertividade do voluntário na sua relação com as pessoas mais carenciadas e com a instituição que representa é fundamental na medida em que, muitas vezes, precisa de estabelecer limites e normas nem sempre aceites com facilidade por parte daqueles que se encontram em situações de privação e também perante a instituição, demonstrando espírito crítico e analisando construtivamente as acções levadas a cabo. O voluntário deve exercer o direito de comunicar aos coordenadores da acção a sua visão sobre o trabalho que realiza e participar na planificação e definição de estratégias, que também o envolverão, para a concretização dos objectivos definidos pela organização.

A solidariedade que se encontra no cerne do voluntariado, como valor matricial do mesmo, mais do que uma motivação para realizar acções escolhidas livremente com o intuito de ajudar outros a ter uma vida melhor, deve ser uma forma de viver a vida. A solidariedade não se esgota no tempo que dedicamos à acção voluntária, é um valor que motiva a nossa acção voluntária mas que igualmente nos constitui como pessoas e, por isso mesmo, é transversal às diferentes tarefas e vivências do nosso dia-a-dia, passando pela forma como nos preocupamos com o meio ambiente, com as necessidades da comunidade em que vivemos, com a relação com os nossos colegas e pessoas envolvidas no nosso trabalho, com o bem-estar da nossa família e daqueles que nos são próximos. Esta forma de viver a solidariedade é coerente porque não se aplica apenas a uma fracção da nossa vida, mas espalha-se pelas diferentes dimensões que a compõem. No fundo,

podemos dizer, que a solidariedade é o valor que sustenta a vivência da cidadania que visa o interesse geral e o bem-estar comum.

Apesar de, por vezes, as acções voluntárias poderem ter um carácter assistencialista em determinadas situações que exigem uma intervenção imediata e rápida, os seus objectivos passam pela procura de um modelo de justiça social que dê a todos as oportunidades necessárias para melhorar as suas condições de vida e isso exige uma intervenção a longo prazo e feita de forma concertada por um conjunto de pessoas que trabalham conjuntamente.

O voluntariado não é uma actividade destinada a um conjunto de pessoas com características excepcionais. “O voluntariado é para todos e aí radica a sua eficácia social” (Garcia Fajardo, 2007, p.78). Deste modo é importante que os voluntários possam dar testemunho do seu trabalho de forma a sensibilizar outros e estimulá-los a descobrirem de que forma podem também contribuir para a melhoria das condições de vida daqueles que habitam o mesmo espaço neste planeta. Há inúmeras formas de trabalhar de forma voluntária e todos os contributos, mesmo que pequenos, são importantes para a consecução dos objectivos a que se propõem as diferentes associações voluntárias e que no fundo pretendem conduzir à obtenção de condições de vida mais dignas para aqueles que não as possuem.

Neste momento do presente trabalho em que estamos a mencionar valores e características do ser voluntário, não podemos deixar de destacar outra característica essencial que o voluntário deve possuir: a capacidade de se colocar no lugar do outro. É certo que a realidade do outro só a ele lhe pertence e por muito que queiramos nunca conseguiremos compreender por completo a realidade em que o outro vive ou as emoções e sentimentos que vivencia; a alteridade está presente na relação que se deseja construir, interpelando-nos constantemente ao nível das projecções e valores. No entanto, todos temos capacidade de desenvolver a empatia e de tentarmos compreender a realidade e as atitudes do outro, pois os seres humanos não são assim tão diferentes uns dos outros e a implicação ética exigida faz com que a diversidade, qualquer que seja a sua natureza ou origem, seja respeitada. “As pessoas empáticas são aquelas que são capazes de “ler” os sentimentos dos outros” (Branco, 2004, p. 63). Para se conseguir esta sintonia com o outro é necessário que haja serenidade e abertura para “ouvir” os sinais de sentimentos do outro e isto só se consegue com o autodomínio das emoções, pelo que é fundamental “aprender a impedir que os sentimentos invasivos e intensos se instalem, ocupando o espaço dos estados de espírito agradáveis” (Branco, 2004, p.56).

Mesmo sem conseguirmos viver a realidade do outro, este esforço de aproximação faz com que aqueles que sofrem sintam e valorizem esse esforço, por parte de um voluntário que o estima e que quer aproximar-se da sua realidade, procurando assim contribuir para que o próprio melhore a sua vida através de recursos e meios disponibilizados mas sobretudo através da maior capacitação dos sujeitos implicados.

As organizações voluntárias devem estar atentas para não caírem na tentação de usar as suas acções voluntárias para defenderem os ideais políticos, religiosos, ou outros que possam ter. “O voluntariado, tal como o beneficiário da relação, nunca é objecto de nada nem meio para alcançar um fim, mas sujeito e fim em si mesmo” (Garcia Fajardo, 2007, p.79). Tal como já foi referido atrás, a diferença de crenças, de ideais, de costumes é uma riqueza que se deve abraçar e é um exercício de verdadeiro respeito por aquilo que o outro é e pela pessoa que deseja ser.

Garcia Fajardo refere que, segundo Javier Barbero, “o voluntário não está para solucionar problemas mas ao lado das pessoas com problemas que apoia com a sua presença” (2007, p.72). Aqui volta-se a recordar que o voluntário faz parte de uma rede de pessoas com competências e responsabilidades diferentes que trabalham em conjunto para tentar dar respostas aos problemas das pessoas mais vulneráveis e em situação de carência. Mas o papel do voluntário é relevante na detecção de problemas pessoais e sociais e na comunicação dos mesmos a quem tem a competência de os poder resolver a nível político e organizacional. Para além disso, o voluntário “oferece a sua presença positiva junto dos que sofrem para manter a sua auto-estima e tornar mais leves os processos dolorosos” (Garcia Fajardo, 2007, p.79). O voluntário pode sempre levar afecto e esperança àqueles que sofrem enquanto os outros intervenientes do processo actuam com uma ajuda mais profissional para a resolução do problema.

“O voluntário é aquele que vive, semeia e difunde esperança” (Pangrazzi, 2006, p.109). O voluntário deve ser um portador de esperança porque, para realizar a sua acção, sem sucumbir ao desânimo e ao desalento, precisa de se revestir de esperança. Isto é um factor importantíssimo a transmitir àqueles que vivem em desânimo e sem esperança, para que possam olhar para as suas vidas de forma diferente e almejar a sua transformação. Mas, para além da importância da esperança no resultado que qualquer acção voluntária, esta, uma vez que tem que crescer em primeiro lugar no voluntário, confere-lhe inúmeros benefícios, quer seja a nível físico, psicológico, cognitivo ou espiritual. Os voluntários apontam benefícios como um melhor funcionamento do sistema cardiovascular e uma melhor qualidade de sono, a que se podem juntar a diminuição do egocentrismo, uma melhor aceitação de si mesmo, uma maior capacidade de enfrentar os

problemas, uma redução dos conflitos internos e, em suma, uma maior satisfação na vida. Para além destes, o desenvolvimento da esperança ainda conduz, segundo os voluntários, a uma maior consciência dos problemas humanos, aumentando a capacidade de reflexão e de partilha, a um conhecimento mais profundo de si mesmo e dos outros e à oportunidade de se relacionar com indivíduos que partilham crenças diferentes e que pertencem a culturas distintas, bem como, a uma maior compreensão dos valores fundamentais da existência, à oportunidade de viver a solidariedade e à comunhão mais sentida com o divino. Desta forma, “a experiência de voluntariado ajuda a sentir-se bem por dentro e a amadurecer num sentido global” (Pangrazzi, 2006, p.110).

Por fim, gostaríamos ainda de afirmar que o voluntário deve ter sempre em mente que é necessário manter a confidencialidade daquilo que ocorre no desenrolar da actividade voluntária. Isto não significa que o voluntário tenha que suportar sozinho o peso de muitas confidências ou mesmo segredos que possam passar a ser do seu conhecimento. A distinção entre aquilo que nos é confidenciado pessoalmente e as informações que temos que transmitir aos responsáveis da associação é difícil – não sabemos onde acaba o voluntário de uma associação e começa o sujeito de uma relação interpessoal construída – mas tem que ser feita pois estes últimos devem ser informados de forma a poderem tomar providências que possam ajudar a responder mais adequadamente à situação. É evidente que nem o voluntário nem os responsáveis podem interferir na vontade do beneficiário, mas podem intervir positivamente ajudando a minimizar os danos ou a reconduzir a situação de precaridade e vulnerabilidade das pessoas em questão.

No que diz respeito às razões que levam uma pessoa a escolher dedicar-se a uma actividade voluntária, estas podem ser de índole diversa, dependendo da história de vida de cada um, da sua personalidade, dos seus objectivos de vida, dos valores que defende, no fundo, esta determinação depende da forma como se vê a si, aos outros e ao mundo. Apesar da complexidade e da variedade de factores que condicionam a escolha pelo voluntariado, o mais importante é cada um reflectir sobre as suas próprias motivações que, obviamente, podem sofrer alteração, não só à medida que o tempo passa mas também com as interacções que se vão estabelecendo.

Entre as motivações mais comuns encontram-se as religiosas, que são comuns àqueles que sentem necessidade de expressar a sua fé no terreno da caridade ou de mostrar gratidão a Deus pelas bênçãos recebidas através da ajuda ao próximo. Porém, as motivações ético-sociais não condicionam menos a decisão de encetar uma acção voluntária, nomeadamente naqueles, que essencialmente por razões políticas, no sentido mais amplo do termo, não aceitam as iniquidades sociais e querem ajudar a melhorar a sociedade em que vivem, procurando corrigir as injustiças e

promover a solidariedade como valor e como ideal. A maior parte destas pessoas sente que a situação de fragilidade que as pessoas mais carenciadas vivem é circunstancial e não substancial, isto é, dependem mais de determinada conjugação de variáveis de natureza diversa do que de características pessoais ou mesmo culturais.

Todavia, existem igualmente um conjunto de motivações, designadas de pessoais, que são aquelas que resultam, muitas vezes, da superação de experiências difíceis pelas quais os indivíduos passam e que as impelem a contribuir de alguma forma para ajudar outros a ultrapassarem igualmente as suas dificuldades ou obstáculos.

Temos noção que estas variáveis que, por uma questão de análise, distinguimos encontram-se, na maior parte das vezes, misturadas na percepção de um determinado indivíduo, não tendo este sempre conhecimento e consciência das razões que as impelem à acção voluntária.

Sabemos que os voluntários procuram muitas vezes a compensação emocional para frustrações e vazios que possam existir nas suas vidas, ou buscam um certo protagonismo social que a “moda” do voluntariado parece conferir, ou até mesmo apenas uma valorização do seu currículo. As motivações dos voluntários também podem reflectir a tentativa de descobrir a sua missão no seio do sofrimento e da dor com que contactam nas suas acções voluntárias ou simplesmente a curiosidade suscitada pela partilha de um amigo ou familiar que leva um indivíduo a querer conhecer melhor o mundo daqueles que vivem no sofrimento e em condições de vida mais precárias e, de alguma forma, testar-se a si próprio, às suas competências e capacidades.

Naturalmente, e como já afirmamos, muitos dos voluntários apresentam como motivações iniciais mais do que uma daquelas que foram apresentadas, ou até outras, e, muitas vezes, as suas motivações podem ser ambíguas, uma vez que não podemos esquecer que os voluntários são antes de mais seres humanos e “as intenções mais nobres também estão impregnadas da humanidade das pessoas” (Pangrazzi, 2006, p.32). Os voluntários podem encontrar na acção voluntária que desempenham a paz interior que procuram, a necessidade de afecto e de apreço que sentem falta, o protagonismo que ambicionam ou a valorização da vida que têm, aprendendo a relativizar os seus próprios problemas e dores quando comparados com os problemas e dores dos beneficiários da acção voluntária.

No entanto, a motivação não é algo que uma vez sentida e vivida permaneça para sempre. É algo que continuamente se tem que renovar e alimentar de forma a não se esgotar. O processo de consolidação das motivações envolve, mais uma vez, momentos de reflexão que passam pela tomada de consciência e nomeação das razões que nos levaram a iniciar uma acção voluntária,

pela transformação dos elementos que de alguma forma ofuscam a transparência das motivações, pelo enraizamento dos motivos da escolha do voluntariado através da recuperação das experiências que fizeram amadurecer essas motivações e, por fim, pela renovação constante das motivações, o que envolve a formação e a reflexão por parte do voluntário.

Os voluntários são, antes de mais, seres humanos que têm virtudes e defeitos, potencialidades e limitações e, não se pode ignorar esta percepção ao considerar as acções voluntárias. “As pessoas, apesar de se inspirarem em nobres valores e intenções, estão marcadas pelo seu próprio carácter, pelas suas próprias fragilidades, pelas exigências de satisfazer as suas próprias necessidades” (Pangrazzi, 2006, p.87). As associações onde os voluntários trabalham estão impregnadas da humanidade e dos conflitos que possam existir entre os seus membros. Estes conflitos podem surgir devido a diferenças de idade, de classe social e de condição socio-cultural, bem como devido a preconceitos e rivalidades. É evidente que estas situações podem sempre surgir no seio das associações mas é importante que os voluntários tenham disso consciência e que saibam acolher, com humildade e sabedoria, as zonas de sombra de uns e outros de forma a poderem transformar as diferenças e os conflitos em oportunidades de crescimento e de amadurecimento.

O idealismo exacerbado pode tornar-se uma sombra do voluntariado, uma vez que se acredita que as motivações de todos os voluntários são sempre as mais nobres e, por outro lado, a dor e o sofrimento que existem nas situações que se apresentam ao voluntário nem sempre são acolhidas e geridas por este de forma a não se converterem em desalento e desilusão. O amadorismo também pode ser uma dificuldade para a actividade voluntária, na medida em que a relação humana exige preparação e introspecção e a improvisação e a falta de preparação do voluntário podem conduzir a reacções muito desfavoráveis e a consequências nefastas quer para o voluntário quer para o beneficiário da acção voluntária. As acções voluntárias envoltas em excesso de voluntarismo também podem ser contraproducentes dado que, muitas vezes, os voluntários estão tão preocupados com a realização de mais e mais tarefas que deixam de reconhecer a necessidade de formação e deixam de valorizar o tempo de introspecção e reflexão. É importante valorizar mais a dimensão do *ser* do voluntário do que a sua dimensão do *fazer*, dando uma relevância maior à formação e à reflexão como caminhos fundamentais para o desenvolvimento e promoção da acção voluntária. O individualismo também pode afectar o trabalho voluntario porque a acção voluntária é uma acção feita por um grupo de pessoas que trabalha de forma organizada e conjunta para a consecução de objectivos comuns. Desta forma, uma postura demasiado

individualista da parte do voluntário é algo que não deve ter lugar na acção voluntária, uma vez que o trabalho feito em equipa, com a diversidade de opiniões e de contributos que cada um possa dar, é muito mais rico e valioso de que aquele que possa ser feito individualmente, sobretudo, porque na acção voluntária não estamos presentes em nome pessoal mas sim como agentes de uma determinada organização. Outro aspecto a considerar é a crítica infundada que muitas vezes conduz à deterioração do espírito de coesão do grupo, através de comentários depreciativos, da formação de julgamentos prematuros e injustos, do realçar predominantemente os defeitos e erros dos outros. Estas atitudes levam a fracturas dentro do grupo e criam mal-estar e rivalidades que destroem as relações entre os membros da associação.

Ao exercer a sua actividade, o voluntário leva consigo as suas virtudes e as suas limitações e, quer umas quer outras têm um papel importante. “Os dons próprios servem para inspirar confiança e optimismo; as sombras próprias, para se manterem humildes e abertos ao processo de crescimento” (Pangrazzi, 2006, p.92). Logicamente, as sombras de cada um tornam o caminho dos voluntários mais difícil e podem mesmo originar rivalidades, tensões e desalento. No entanto, a diversidade não tem que se converter em incompatibilidade, como nos mostra o seguinte relato:

“Um dia teve lugar uma estranha assembleia de carpintaria. Tratou-se de um encontro dos diversos instrumentos para explicar as suas diferenças.

O martelo era o presidente, mas a assembleia destituiu do seu cargo. A causa? Fazia demasiado barulho. E além disso, passava o tempo todo a dar golpes aos outros. O martelo reconheceu a sua culpa mas, por sua vez, pediu que se substituísse também o parafuso porque era preciso enroscá-lo muito para que fosse útil. O parafuso aceitou ir-se embora mas pediu que a lima também fosse despedida porque era muito dura na sua abordagem e tinha muitos atritos com todos. A lima acolheu o pedido mas pediu que se expulsasse o metro que passava o tempo todo a medir os demais como se ele fosse o único perfeito.

Nesse momento entrou o carpinteiro e começou a trabalhar. Utilizou o martelo, os parafusos, a lima e o metro e, pouco a pouco, a tosca madeira converteu-se num precioso jogo de xadrez. Quando o carpinteiro se foi embora, a assembleia retomou as deliberações. Então, a serra tomou a palavra: «Senhores, somos conscientes de que temos muitos defeitos mas o carpinteiro trabalha com todos os nossos dons. Isso é o que nos torna importantes. Por conseguinte, não devemos pensar nas nossas limitações mas concentrarmo-nos nas nossas qualidades.»

A assembleia reconheceu que o martelo era forte, que o parafuso unia e dava consistência, que a lima era especial para alisar e embelezar e que o metro era preciso e

exacto. Deram-se conta que eram uma equipa capaz de produzir e criar produtos de qualidade. Sentiram-se orgulhosos dos talentos de cada um e de trabalhar juntos.”

(Arnaldo Pangrazzi, 2006, p.93)

Com capacidade de aceitação do outro e com a valorização das capacidades de cada um, pode-se conseguir tornar as diferenças em pontos fortes e transformar o trabalho da equipa em algo maior que o trabalho individual de cada um. Em suma, os valores permitem ao voluntário observar e reflectir sobre a sua actividade, analisar as suas motivações e ajustar a sua acção de forma a ser mais eficaz no processo de mudança pessoal e social.

3.2. Voluntariado e mediação

Precisamente porque o voluntariado, como temos vindo a explicitar, decorre de uma acção conjunta e na prossecução de objectivos comuns de determinado projecto ou acção dinamizada por uma organização específica, a mediação é um eixo de análise que se cruza necessariamente com a reflexão sobre a acção voluntária. Contudo, este conceito necessita de explicitação uma vez que pode ser encarado de formas diferentes. Desde sempre que este conceito tem sido associado à resolução de conflitos. Para Horowitz (1998) a mediação é "um processo informal em que um terceiro neutro, sem poder para impor uma resolução, ajuda as partes em disputa a alcançarem um acordo mutuamente aceitável" (Horowitz, cit. in Torremorell, 2008, p.17).

No entanto, para além deste conceito clássico de mediação é importante realçar que a mediação pode ser vista como algo mais do que a resolução de conflitos. Assim, Bush e Folger apresentam a mediação como um processo que tem "um potencial específico de transformação das pessoas" através da capacidade que a mediação tem de gerar a revalorização, entendida como a devolução aos indivíduos de um certo sentido do seu próprio valor, da sua força e da sua capacidade de enfrentar os problemas da vida, e o reconhecimento das pessoas, como evocação nos indivíduos da aceitação e da empatia em relação à situação e aos problemas de terceiros (Bush e Folger, cit. in Torremorell, 2008). Esta visão transformativa da mediação pode, na opinião de Folger e Bush, utilizar o conflito para potenciar o fortalecimento humano, ou seja, o mediador deverá ajudar o indivíduo a desenvolver as capacidades de decisão, contribuindo para o aumento do respeito, da confiança e da segurança das pessoas em si próprias (Torremorell, 2008). Por outro lado, esta abordagem transformativa poderá levar à transformação do meio social uma vez que se

passaria da luta entre adversários para a colaboração entre indivíduos, estabelecendo laços comuns e criando pontes entre as pessoas e entre estas e a comunidade, conduzindo a uma evolução conjunta (Bush e Folger, cit. in Torremorell, 2008).

Esta forma de mediação pretende dotar o ser humano de capacidade de utilizar as suas "ferramentas" pessoais para enfrentar o conflito e de se responsabilizar pelo seu papel activo na situação. Para isso o mediador deve "acreditar que cada pessoa pode controlar a sua vida se lhe for permitido tomar consciência disso e desenvolver o seu potencial" (Torremorell, 2008, p.40). Na opinião de Torremorell, é possível estabelecer uma ligação entre cultura de mediação e mudança social, tendo como base o potencial educativo da mediação, uma vez que "as relações interpessoais são fonte constante de aprendizagem e de construção de significações sociais partilhadas" (2008, p.70).

A mediação pode ser encarada em cinco níveis diferentes tendo em conta as dimensões relacionais da pessoa. A *mediação intrapessoal* pode ser perspectivada a partir da relação que a pessoa estabelece consigo própria. O papel do mediador consiste na criação de espaços que permitam às pessoas reflectir sobre si mesmas, estimulando as potencialidades de cada um relativamente à comunicação efectiva de pensamentos, sentimentos e de vivências. Neste sentido, o mediador convida cada um "a encontrar caminhos de acesso ao conhecimento (...) de tal forma que cada um, individual ou solidariamente, construa e reconstrua a sua esfera pessoal de emoções e conhecimentos" (Sarrado, Riera e Boqué, cit. in Torremorell, 2008, p. 71). O processo mediador promove um crescimento emocional e cognitivo dos protagonistas através de uma série de aprendizagens que permitam, a cada um, desaprender hábitos de conflito e litígio que normalmente existem nas nossas culturas. Este trabalho dirigido a cada pessoa insere-se no âmbito de uma formação integral, onde os conhecimentos são incorporados na *bagagem vital* de cada um, podendo ser usados noutras situações e contextos, promovendo aquilo que se denomina de *aprender a ser* (tal como explicaremos mais adiante). A mediação dá um contributo cultural na medida em que ajuda a saber proceder em situações de conflito, a aprender a conviver com as pessoas com as quais não há acordo ou a conseguir defender os próprios interesses por caminhos de paz (Torremorell, 2008).

A relação com a alteridade, que se pode estabelecer através da convivência, pode ser difícil devido ao desgaste do dia-a-dia, relativamente àqueles que nos são próximos e por causa do medo e do preconceito relativamente às pessoas que nos são estranhas. Normalmente o conflito que se estabelece entre duas pessoas traduz-se em acusações, atribuição de culpas e os intervenientes

pretendem que se chegue a uma decisão de quem está certo e de quem está errado. A *mediação interpessoal*, “promove a contemplação holística do problema, das pessoas e do processo, contribuindo para a exploração da situação na sua globalidade” (Torremorell, 2008, p.73). No fundo a mediação, através da aceitação do outro e de nós próprios, promove a convivência entre os indivíduos construindo pontes entre eles. Xesús Jares defende a necessidade de se promover uma Pedagogia da Convivência dado que, como “não existe a possibilidade de viver sem conviver” (2007, p.17), é necessário que o aprendamos a fazer. Conviver não significa que o conflito não exista ou que este tenha de ser eliminado. Pelo contrário, “o conflito deve ocupar um lugar central na aprendizagem da convivência” (Jares, 2002, p. 89). O importante, na perspectiva do autor, é que se eduque para a convivência no sentido de se fomentar uma cultura de paz.

A *mediação intragrupal* pode ser perspectivada a partir dos vínculos que se estabelecem entre as pessoas que fazem parte do mesmo grupo. Independentemente de no grupo se poderem estabelecer relações mais formais, como é o caso de um grupo de trabalho, onde os participantes que o integram não são propriamente escolhidos por todos ou de ter a possibilidade de se estabelecerem relações mais informais, como em grupos de teatro, música ou de um dado desporto, onde os participantes se juntam por partilharem o mesmo gosto por uma actividade, devem estes apostar na cooperação como estratégia para que o grupo possa evoluir e actuar de uma forma solidária, ultrapassando alguma divergência entre os elementos e celebrando a diversidade como uma mais-valia. “Perceber que todos somos diversos é o primeiro passo para promover a diversidade e valorizar essa condição” (Silva, 2009, p.79). Se a sociedade deve ser construída para todos e com todos é fundamental reconhecer e celebrar as afinidades entre todos os seres humanos como membros da espécie humana, num clima de respeito e tolerância para com as diferenças (Silva, 2009). Esta tolerância não é entendida como indiferença. Supõe, na perspectiva de Egdar Morin, “uma convicção, uma fé, uma escolha ética e, ao mesmo tempo, a aceitação que sejam expressas as ideias, convicções, escolhas contrárias às nossas” (2002, p. 108). No entanto há que ter em conta que esta coesão que se pretende atingir não deve ser sinónimo de uniformidade, pelo menos no sentido de anular a identidade de cada um. Há que estimular o sentido de pertença ao grupo, de forma que este seja unido, mas sem que isso signifique que todos tenham que ser iguais.

Naturalmente que estas competências que se desenvolvem no seio de um grupo podem e devem ser extrapoladas para as ligações que se estabelecem num âmbito social mais amplo, como é o caso da relação entre os diferentes grupos sociais. Muitas vezes estes funcionam como blocos

estanques que criam divisões. A *mediação intergrupala* pode facilitar o intercâmbio entre os diferentes grupos, promovendo a tomada de decisões de uma forma democrática e contribuindo para uma verdadeira participação que une em vez de separar. É evidente que “o espaço interactivo não pode permanecer vazio de conteúdo, pois dessa forma as peças da comunidade aparecem obrigatoriamente isoladas” (Torremorell, 2008, p.74). A relação entre os grupos tem que ser mais do que a simples junção de um conjunto de pessoas, mas, por outro lado, deve promover o reconhecimento dos traços particulares de cada grupo que devem estar ao serviço dos outros. Os processos mediadores devem servir para criar *nós de intercomunicação* que facilitem a interacção entre os diferentes grupos, de modo que, quando a trajectória seguida por estes se cruzar, não conduzir a um conflito mas a uma trajectória partilhada com os outros. Isto implica que os grupos se impliquem na construção destes nós, de forma a serem capazes de modificar as suas trajectórias e de as partilharem.

Alargando este processo de mediação às relações que cada um estabelece como membro da humanidade podemos dizer que a *mediação social* “promove atitudes de abertura em relação a outras formas de entender a existência” (Torremorell, 2008, p.76). Como ser humano que vive num planeta com tantas culturas diferentes e tantas formas distintas de viver a vida é importante o processo de reconhecimento e de legitimação das nossas diferenças. Os processos mediadores potenciam a capacidade de cada um poder intervir de forma positiva no meio que o envolve, substituindo “a cultura da confrontação e do litígio pela da mediação e do consenso, [indo ao] encontro dos ideais de paz” (Torremorell, 2008, p.76). A paz que deve ser cultivada no interior de cada ser humano de modo a poder ser plasmada para o seu seio familiar, da sua comunidade e de todo o planeta.

A mediação cria conhecimentos que contribuem para melhorar a qualidade das relações humanas, facilitando os encontros entre os diferentes intervenientes nestas relações. O voluntário deve ter em conta o papel que a mediação pode ter na mudança social que aquele tanto deseja. Assim deve considerar o potencial transformador da mediação uma vez que esta pode contribuir para o desenvolvimento de cada indivíduo, não só do ponto de vista pessoal, mas também na sua relação com os outros, dentro e fora do seu grupo e como membro da sociedade.

A mediação social pode ser encarada como prática antropológica, na relação que se estabelece com os outros, havendo aprendizagem recíproca, reconhecimento mútuo e criação de lugares comuns, como acto pedagógico, graças ao potencial educativo que esta prática possui e

como instrumento de regulação social, dado que a mediação pode e deve contribuir para a mudança social.

Como a actuação do voluntário tem por base a relação que estabelece com o outro é preciso sublinhar a dimensão ética do compromisso que aproxima um ser humano do outro ser humano, conforme afirma recorrentemente Isabel Baptista. Tal como qualquer actividade relacional, o voluntariado exige uma conduta baseada em valores humanistas e em princípios éticos. O voluntário é um agente de condição humana, que tem uma intenção sociopedagógica, tem uma intencionalidade de mudança, logo, é importante não esquecer que "(...) qualquer projecto interventivo é, antes de mais, um projecto ético" (Barbosa, 2009, p.127).

Para além disso, é importante não esquecer que a acção pedagógica que o voluntário exerce deve defender o primado da pessoa, ou seja, reconhecer que cada pessoa é responsável e construtora do seu próprio desenvolvimento. "No processo educativo, a pessoa não pode ser considerada um objecto, mas um sujeito activo e livre no próprio processo de crescimento" (Brandão, 2007, p.113). Para ajudar o sujeito a ser o principal responsável e construtor do seu próprio desenvolvimento é preciso acreditar nos princípios de perfectibilidade e educabilidade que devem ser um pressuposto básico de toda a acção socioeducativa, uma vez que, tal como defende Joaquim Azevedo (2007), esta acção deve assentar em princípios éticos e antropológicos que são a base da definição desses princípios fundamentais. "Os dois conceitos, perfectibilidade e educabilidade, estão intimamente ligados, (...) no sentido em que o homem é educável na medida em que é, intrinsecamente, capaz de auto-aperfeiçoamento." (Baptista, 2005, p.75).

Esta perspectiva de mediação como acto pedagógico vai ao encontro do ideal de educação proposto pela pedagogia social, que se refere a uma aprendizagem que vai para além da aprendizagem em contexto formal e que se traduz numa aprendizagem que é feita ao longo de toda a vida, tal como é defendido no Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, assente em pilares como o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências — realizar projectos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz e o aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, é necessário não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se (Delors, 1998, p.102). Neste relatório a educação é vista como

um meio privilegiado para "dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento" (Delors, 1998, p.82), contribuindo para o desenvolvimento integral da pessoa (espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade) e conferindo ao indivíduo a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade em que vive. Todo o ser humano, graças à educação, deve ser capaz de ter pensamentos autónomos e críticos, de formular os seus próprios juízos de valor de modo a desenvolver a capacidade de decidir por si mesmo, tomando o seu destino nas mãos (Delors, 1998). "Este desenvolvimento do ser humano, que se desenrola desde o nascimento até à morte, é um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro. Neste sentido, a educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade" (Delors, 1998, p.101). Esta aprendizagem faz-se a todo o tempo, em todo o lugar, ao longo de toda a vida e com a vida, porque é aprender sempre e aprender a viver juntos (Azevedo, 2007). Assim, a mediação, enquanto acto pedagógico, deve contribuir para o desenvolvimento de cada ser humano, através de um processo de aprendizagem que sai do contexto estritamente escolar e que se faz ao longo da vida, potenciando competências relacionais que possibilitarão aprender a viver com os outros e aprender a ser.

Por outro lado, a mediação pode funcionar como instrumento de regulação social, dado que "pode também proporcionar uma maior responsabilidade social, a qual é fundamental para o pleno exercício da cidadania" (Oliveira & Galego, 2005, p.25). Desta forma, a mediação pode ser útil como estratégia de intervenção junto daqueles que vivem situações de maior carência, de forma a contribuir para a sua integração e para a coesão social. A mediação, muito para além da resolução de conflitos, pode ser usada como contributo para ajudar a resolver problemáticas de integração na e da sociedade, promovendo a mudança social.

Assim, o voluntário social deverá actuar como um mediador sociopedagógico, com uma visão positiva e optimista do ser humano, respeitando a dignidade e a liberdade do outro e trabalhando para o desenvolvimento da pessoa com quem se relaciona.

3.3. Compromisso ético-pedagógico

Ao longo do tempo temos assistido à transformação no entendimento do compromisso ético, nomeadamente pela mudança da sua fundamentação. Houve uma mudança na forma de entender o compromisso. Se pensarmos nos jovens do Maio de 68, era fácil identificar aquilo que os movia. Nessa altura, fruto das mudanças sociais, políticas e culturais que se viviam, os jovens assumiam um compromisso que se podia resumir-se na ideia de salvar o mundo, podendo ser encarado como um compromisso heróico. Hoje em dia, aquilo que se entende por compromisso não é algo que se consiga definir com tanta precisão, pelo que a sua definição não se apresenta como uma tarefa fácil.

“Trabalhar por uma causa” ou “servir a causa” eram expressões amplamente utilizadas numa forma de compromisso heróico, movidos por ideologias políticas ou crenças religiosas. A pessoa que assumia o compromisso sentia-se como salvador do mundo, agente de uma causa última. Actualmente quando se diz que a grande causa do voluntariado é a solidariedade, também se mantém um esquema heróico de acção, embora se deva investir num discernimento ético. Este discernimento é fundamental para continuar o traçado de uma ética do compromisso, mas sem a arrogância própria daqueles que se apresentam como salvadores de outros. Embora a acção voluntária não seja a única forma de representar a ética do compromisso é uma das formas possíveis de o fazer.

O discernimento está relacionado com a capacidade de diferenciar, distinguir e, sobretudo, romper com a tendência de aceitar qualquer proposta de trabalho voluntário sem reflectir e analisar o mesmo. Para levar a cabo esse discernimento é necessário ter consciência do compromisso que nos é “vendido” pelos meios de comunicação. Não se pode ignorar que a realidade nos é apresentada sob a forma de imagens que vemos na televisão ou na internet e que a nossa resposta é condicionada por isso. Tal como vimos anteriormente, esta solidariedade que não custa e que se baseia num altruísmo indolor, evita o esforço pessoal e não obriga à implicação pessoal. Esta *mediação mediática* acaba por ser responsável pela motivação para a acção voluntária e possibilita essa mesma acção, oferecendo formas de colaborar, de responder e de, pretensamente, se comprometer. Por outro lado, a *mediação espectáculo* condiciona de forma lúdica a informação que nos é apresentada e regulando a nossa motivação e subsequente acção. Lúdico, no sentido de usar a sensibilidade das pessoas como forma de aumentar as audiências, “(...) convertendo a fome ou a morte em espectáculo e a caridade em negócio” (Domingo Moratalla, 1997, p.74). Por outro lado,

este pretense compromisso tem efeitos individuais importantes pois permite passar uns momentos agradáveis que conferem bem-estar e boa consciência, encarando este “compromisso” como uma distração. O compromisso assim perspectivado, tem exclusivamente uma configuração lúdica, apresentando-se como uma forma de fazer algo pelos outros, de os ajudar, não sendo mais do que um jogo: o jogo da colaboração e da caridade. A participação é um jogo escolhido em que o jogador escolhe a forma e a duração da sua participação.

Desta forma, um verdadeiro discernimento não pode ignorar a influência dos meios de comunicação na criação do compromisso, mas também não pode atribuir apenas a este factor a sua construção, ignorando o papel da educação ou da família.

Segundo Domingo Moratalla (1997) coloca-se a questão de saber se ainda é possível que a acção voluntária seja uma acção comprometida, se o papel mediador dos meios de comunicação social ainda deixa espaço para o compromisso ético, isto é, para uma implicação pessoal no tecer dos vínculos solidários. Como defende Isabel Baptista, “a vulnerabilidade que nos interpela a partir do rosto de outrem” (2007, p.136) faz com que haja a possibilidade de o ser humano se deixar tocar pelo sofrimento do outro, implicando-se numa acção que possibilite o desenvolvimento do outro como pessoa e permite que se criem laços entre o voluntário e o outro simplesmente porque o rosto deste o convocou para tal. “É através da atitude moral, através da linguagem da responsabilidade e do compromisso, que se honra o privilégio de ter sido eleito por alguém” (Baptista, 2009, p.19).

Mas afinal qual é hoje o sentido que atribuímos aos compromissos éticos, como se justificam, isto é, como se explica o sentido e o valor que lhes atribuímos? Para justificar o compromisso e a acção voluntária podem ser apresentados três cenários distintos. Por um lado, o *cenário apocalíptico* é a justificação do compromisso para aqueles que encaram a realidade como agressiva e pretendem salvar a sociedade apostando em formas de vida alternativas às existentes. Renunciam ao individualismo e optam por uma vida em comunidade, sendo a acção voluntária encarada como uma forma de resistência à barbárie, não como uma reacção individual mas comunitária. Este compromisso ético apresenta um carácter defensivo, sendo uma reacção ao domínio do eu e do individualismo. Por outro lado, o *cenário individualista* justifica o compromisso voluntário como fazendo parte de uma lógica individualista a qual domina a nossa cultura ocidental. Desta forma é possível que uma pessoa concilie uma acção voluntária com um trabalho muito bem remunerado, algo que anteriormente era visto como uma incoerência moral. O compromisso ético tem que ser compatível com o bem-estar, a felicidade e com os direitos individuais; é algo que é escolhido e que não tem que implicar sacrifício por parte do agente voluntário. “O compromisso do

voluntariado é um claro exemplo da extensão do individualismo” (Lipovetsky, cit. in Domingo Moratalla, 1997, p. 82). Este cenário individualista parece justificar o voluntariado. Embora pareça que os valores como a ajuda mútua, a dedicação e a gratuidade, reclamados pelo voluntariado, são incompatíveis com o individualismo, a acção voluntária proporciona o prazer do encontro com o outro, o apreço social, a ocupação dos tempos livres, os quais permitem que as pessoas se sintam activas e úteis, configurando assim uma forma do individualismo, que vários autores designam de pós-moralista. Aquilo que aparece como potencial aniquilador do voluntariado é, afinal, um dos seus estímulos. A acção voluntária apresenta um papel terapêutico e identificador, dado que o individualismo abarca a compaixão e o desejo de ajudar os outros, mas associa também a busca de si mesmo. Outra forma de justificar o compromisso é o *cenário humanista* que encara o voluntário não apenas como individuo (como no caso do cenário anterior) mas como pessoa. Ao olhar para o voluntário como individuo, este aparece separado da sociedade que integra, ao passo que ao vê-lo como pessoa, as dimensões social e comunitária desempenham um papel mais significativo, sendo que nas decisões que toma e nas acções que empreende, não se encontra sozinho. A comunidade aparece como uma obra de indivíduos inter-relacionados, “(...) dado que a nossa vida é constitutivamente dialógica.” (Domingo Moratalla, 1997, p.85).

Se o individualismo moderno apresentava o homem como um sujeito que tinha que limitar os seus desejos, o individualismo pós-moderno coloca-o como um sujeito de desejos ilimitados. Em vez de pensar o individualismo em termos de necessidades, este é pensado em termos de desejos, sendo a psicologia dos desejos a substituta da antropologia das necessidades. Desta forma, é mais fácil entender o compromisso do voluntariado, uma vez que a acção voluntária pode ser vista como compromisso psicológico ou compromisso ético. Por um lado, ao entender-se o voluntariado como um compromisso psicológico, o voluntário deseja ajudar os outros e ao fazê-lo está a realizar-se, o que confere ao compromisso uma função integradora, dado que as pessoas se sentem úteis e que lhes é permitido prestarem um serviço à comunidade, algo que reverte sobre o voluntário. Ao encarar o voluntariado como um compromisso ético, a acção voluntária não se confina ao desempenho de uma função psicológica importante para o voluntário. Este sente-se como parte integrante da comunidade, detectando as necessidades da mesma e colaborando pessoal e institucionalmente para as colmatar. Nesta perspectiva o humanismo é pensado de uma forma nova, a partir de uma perspectiva ética, isto é, assumindo a tarefa de renovar a confiança no homem e os compromissos para que a sua vida seja mais justa e feliz (Domingo Moratalla, 1997).

Segundo Aranguren Gonzalo (2000) é preciso entender o voluntariado como o desenvolvimento das dimensões pessoal e comunitária, nomeadamente como compromisso pessoal de participação social e comunitária. O objectivo é, não só desenvolver um voluntariado de qualidade, mas, essencialmente, criar um estilo de vida realmente solidário.

O compromisso é uma realidade antropológica já que pode ser visto como algo que surge em nós, modelando e constituindo aquilo que somos e a forma como estamos no mundo. Embora se possa pensar que o compromisso é algo que se acrescenta aquilo que fazemos no dia-a-dia, como o tempo que dedicamos a uma acção voluntária, aquele é algo intrínseco ao ser humano, dado que não nos comprometemos com algo, mas já estamos comprometidos e envolvidos, como parte da nossa condição humana.

Ao analisar esta questão do ponto de vista da antropologia, pode-se dizer que habitamos a realidade, isto é, que estamos fincados na realidade embora de uma forma que não é totalmente determinada, uma vez que temos igualmente a capacidade de afrontar a realidade como um mar de possibilidades. A realidade exerce um poder sobre o homem, uma vez que o rosto do outro não o deixa indiferente, actuando como impulso para se construir como pessoa, para decidir, para fazer uso da sua liberdade. Esta realidade convoca-nos a dar uma resposta e mesmo antes de respondermos, sempre de forma parcial, existe a “resposta que somos e que somos chamados a ser” (Aranguren Gonzalo, 2000, p. 46). Assim, quando uma pessoa diz *estou aqui* na sequência de um *vem*, “mais do que momentos consecutivos e lineares, constituem-se como um mesmo e único dinamismo da realidade que vivemos e que se apodera de nós” (Aranguren Gonzalo, 2000, p. 46) independentemente das repostas que possamos dar. Assim, o autor menciona, seguindo o pensamento de Chrétien, que mesmo antes de dizermos *estou aqui* já estamos, mesmo antes de irmos já fomos, mesmo antes de responder já respondemos. Esta forma de ser resposta implica que o ser humano se deixe afectar pelo que o rodeia e, na opinião do autor, o processo de se ser pessoa ao longo da nossa existência é um caminho complexo onde cada dia construímos o nosso ser no mundo sob a forma de resposta primordial. Esta realidade é algo que nos excede, não sendo o homem capaz de abarcar toda a realidade, de reflectir sobre a sua totalidade ou de intervir sobre o seu todo. “Somos protagonistas de um excesso de chamada” (Aranguren Gonzalo, 2000, p. 46). Excesso de pedidos de resposta, uma vez que perante a totalidade da realidade com que nos confrontamos, a nossa resposta pode ser pouco significativa e, por outro lado, a dimensão da nossa resposta primordial face às nossas respostas parciais, isto é, o nosso projecto vital é muito maior do que a nossa mundanidade. A realidade é algo que nos inquieta e esta inquietude surge da

consciência do poder do real ao qual nos encontramos ligados e do qual proviemos (seja Deus, Vida ou outra designação qualquer) e que nos torna inseguros relativamente aos limites e possibilidades que temos. Segundo Zubiri, referido por Aranguren Gonzalo (2000), esta qualidade leva-nos a colocar questões como “o que será de mim?” ou “o que estou a fazer da minha vida?”, fazendo com que as acções que levamos a cabo e as decisões que tomamos tenham influência na forma como damos sentido à vida, dentro de uma realidade que habitamos, à qual nos encontramos ligados e que nos excede, por muito bem que lhe queiramos responder de forma positiva. Esta resposta “ao poder do real é o nosso compromisso radical com a nossa realidade e com a realidade que habitamos” (Aranguren Gonzalo, 2000, p. 48).

O voluntariado é, no nosso entender, uma forma de construir uma cidadania responsável, vinculando o voluntário à sociedade que integra, vínculo este que pode ser visto como uma dívida para aproximar o bem-comum à existência do outro, de maneira que “façamos da existência do outro e do reconhecimento da sua dignidade o elemento central da nossa própria existência” (Petrella, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000, p. 48). Acrescentaríamos até que, para além do reconhecimento do outro será necessária também a sua aceitação, uma vez que somente o reconhecimento não é impeditivo de acções de reificação ou minimização da sua dignidade.

O voluntariado exerce o seu compromisso através da participação organizada e da acção colectiva. A participação é uma forma de actuação pessoal e colectiva, organizada, sobre os problemas que encontramos no meio em que estamos inseridos, seja o nosso bairro, no nosso país ou no nosso planeta. Por outro lado temos uma vontade de participar, de fazer parte da mudança que esperamos que exista na realidade que habitamos. Para aqueles que são voluntários, a participação está enraizada “como uma das *matrizes culturais* que identificam e configuram um certo estilo de vida. As matrizes culturais descrevem as visões do mundo e os marcos de orientação e de comportamento colectivo” (Aranguren Gonzalo, 2000, p. 49).

A participação surge a partir da consciência de que os problemas que enfrentamos podem ser resolvidos, através da participação activa e confiando que esta possibilita as soluções procuradas. Esta cultura da participação assenta, por um lado, na cultura da cidadania dado que nos sentimos parte integrante de um todo, não como soberanos do mesmo mas como protagonistas da nossa história e, por outro, na cultura da transformação uma vez que o homem participa naquilo que é susceptível de ser transformado. O voluntariado acaba por integrar esta cultura de participação, prosseguindo os ideais da chamada cultura da cidadania, vinculando-se, desta forma, aos desejos e ao poder de transformação desejada e possível.

No entanto, é preciso atender ao papel dos agentes mediáticos, que facilitam uma solidariedade branda, onde a velocidade mediática com que a nossa cultura é percorrida não dá grande lugar à reflexão, fomentando uma participação minimamente comprometida, que não questiona, precisando de uma orientação ética em direcção à solidariedade (tal como referimos anteriormente).

Para atingir esta ética da solidariedade é preciso analisar e reflectir sobre o modelo de desenvolvimento subjacente à maioria das dinâmicas de solidariedade. Tradicionalmente as dinâmicas de participação estavam integradas num quadro conceptual e ideológico que afirmava explicitamente querer contribuir para o desenvolvimento dos povos. Hoje, contudo, a ideia norteadora das acções de solidariedade e voluntariado enquadram-se no contexto da designada *cultura da solidariedade*. Isto não menospreza o desenvolvimento *per si* mas perspectiva-o, não de uma forma limitada, na qual predominaria apenas para o aspecto económico, mas de uma forma alargada, abarcando as dimensões ecológica, social, cultural e ética, naquilo que se pode chamar *desenvolvimento sustentável* por oposição à noção de progresso.

Para responder a esta nova visão do desenvolvimento é necessária uma transformação ética do conceito de solidariedade, tal como já foi explicitado. Nem a política, nem o direito, nem a economia, nem a sociologia responder por si mesmas aos grandes desafios que a nova situação exige. A complexidade e as dimensões do desenvolvimento são de tal natureza que requerem partir do que João Paulo II chamou *parâmetro interior* do desenvolvimento e que se concretiza nas dimensões culturais, éticas e espirituais.

Esta mudança de vida exigida por esta *ética da solidariedade* não é exclusiva dos crentes. É um imperativo a que são chamados todos os homens porque a nova situação de *interdependência estrutural* afecta toda a humanidade. A humanidade tem que passar a ser vista não só como um sistema interdependente de relações económicas, mas como um sistema interdependente de relações culturais, políticas e religiosas.

João Paulo II, em *Sollicitudo rei socialis* (1987) definiu solidariedade, precisamente, como “a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum, ou seja, pelo bem de todos e de cada um, para que todos sejamos verdadeiramente responsáveis por todos”. A propósito deste texto, Aranguren Gonzalo (2000), apresenta uma reflexão feita por Álvarez-Bolado onde este assinala que a solidariedade não é só um sentimento que tem muito a ver com a *compaixão*, no sentido de ser um sentimento firme porque nasce de uma interdependência entre eles e nós, entre a sua situação e a nossa, mas também tem muito a ver com a *gratuidade*, embora não seja

desinteressada porque a preocupação com o outro é inseparável da preocupação comigo, tratando-se de uma preocupação conosco, com a nossa situação. Por outro lado, a solidariedade é uma *virtude*, dado que não se trata de um simples sentimento mas de um modo de ser, trata-se de um elemento estruturante da nossa vida moral que tem que se converter em carácter, em *ethos* e não é uma virtude pública mas uma virtude que entrelaça a vida privada com a vida pública, a moral pessoal com a moral social, trata-se de “hábitos do coração”, mais como um *modo de ser* e não só como um *modo de actuar*. A solidariedade não é um modo de ser *individual* mas um modo de ser *em comum*, de ser *com outros*; encontramos-nos perante a solidariedade como *racionalidade sedimentada, vivida*, com possibilidade de se transformar num *sentir comum*. Sendo a solidariedade uma das pedras basilares do voluntariado, tal como já referimos, conceitos como a compaixão e a gratuidade devem ser nucleares na prática do voluntariado, pois só assim a ética da solidariedade se pode transformar numa *cultura de solidariedade*.

Sem a invocação a este *parâmetro interior* do desenvolvimento, a cultura da solidariedade poderá ser uma cultura da coesão social, da compaixão, da fraternidade ou um simples sentir comum, mas não chegará a converter-se numa *ética da solidariedade*. Sem dúvida que é uma interacção enriquecedora, sem ética da solidariedade não pode haver cultura da solidariedade e, por sua vez, sem uma cultura da solidariedade será difícil estimular as gerações futuras. Sem uma ética da solidariedade, a cultura da solidariedade pode esquecer o frágil e vulnerável parâmetro interior de pessoa com fim em si. Esta ética impede que a solidariedade seja interpretada convencionalmente como simples coesão grupal ou expressão de sentires comuns. Assim, se reduzirmos a ética da solidariedade a uma cultura de solidariedade, não garantiríamos a autonomia moral das pessoas, esse parâmetro interior pelo qual a solidariedade não é unicamente *o todos* mas *o nós* que integra *cada um*.

Por tudo aquilo que expusemos podemos constatar a importância que o compromisso ético tem na perspectivação de um voluntariado que se pretende que tenha uma base ética e que se transforme numa prática de cidadania.

II PARTE
Ser voluntário

1. Contextualização normativa

1.1. Declaração Universal do Voluntariado

A *Declaração Universal sobre o Voluntariado*⁴ inspirada na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* de 1948 e na *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 1989, define que o voluntariado é uma decisão voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais, sendo uma forma de participação activa do cidadão na vida das comunidades com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, realização pessoal e uma maior solidariedade. Esta actividade traduz-se, regra geral, numa acção ou num movimento organizado, no âmbito de uma associação que pretende contribuir para dar resposta aos principais desafios da sociedade, com vista a um mundo mais justo e mais pacífico, bem como para um desenvolvimento económico e social mais equilibrado, para a criação de empregos e novas profissões.

Nesta linha de pensamento, a *Declaração Universal sobre o Voluntariado* propõe um conjunto de Princípios Fundamentais que os voluntários devem ter em conta na sua acção, o que passa pela capacidade de reconhecer a todo o homem, mulher e criança o direito de se associarem, independentemente da sua raça, religião, condição física, social ou material, respeitando a dignidade de todo o ser humano e a sua cultura. Os voluntários oferecem individualmente ou no âmbito de uma associação, ajuda mútua e serviço, de uma forma desinteressada e com o espírito de parceria e fraternidade, estando atentos às necessidades das pessoas e comunidades e desencadeando, com a sua colaboração, a resposta adequada. Devem, igualmente, ter em vista, que o voluntariado pode ser um factor de realização pessoal, aquisição de conhecimentos e de novas competências, desenvolvimento das capacidades, favorecendo a iniciativa e a criatividade, permitindo a cada um ser mais membro activo do que beneficiário da acção voluntária. As acções levadas a cabo pelos voluntários devem estimular o espírito de responsabilidade social e encorajar a solidariedade familiar, comunitária e internacional.

Assim, devem os voluntários encorajar a transformação do compromisso individual em movimento colectivo, apoiando, de maneira activa, a sua associação, aderindo conscientemente aos seus objectivos, informando-se das suas políticas de funcionamento e comprometendo-se a cumprir correctamente as tarefas definidas em conjunto, de acordo com as suas capacidades, tempo

⁴ Elaborada pelos próprios voluntários no Congresso Mundial celebrado em Paris em 1990

disponível e responsabilidades assumidas. Os voluntários devem ainda cooperar, com espírito de compreensão mútua e estima recíproca, com todos os membros da sua associação e aceitar receber formação, trabalhando com ética, no desempenho das suas funções.

Tendo em conta a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* e os Princípios Fundamentais do Voluntariado, aqui definidos, devem as associações elaborar os estatutos adequados ao exercício do trabalho voluntário, definindo os critérios de participação dos voluntários, no respeito das funções claramente definidas para cada um. As associações devem confiar, a cada um, as actividades que lhe são adequadas, assegurando a formação e acompanhamento necessários, bem como prever e dar a conhecer a avaliação periódica dos resultados e prever, de forma eficaz, a cobertura dos riscos a que os voluntários estão sujeitos no exercício das suas funções e os prejuízos que estes, involuntariamente, possam provocar em terceiros, no decurso da sua actividade. Devem, igualmente, facilitar a participação de todos os voluntários, reembolsando-os, se necessário, com as despesas efectuadas com o seu trabalho e estabelecer a forma de rescisão do vínculo, quer por parte da associação quer do voluntário.

Na Declaração Universal do Voluntariado, os voluntários declaram a sua crença na acção voluntária, como uma força criadora e mediadora para respeitar a dignidade de toda a pessoa, reconhecer a sua capacidade de exercer os seus direitos de cidadão e ser agente do seu próprio desenvolvimento, contribuir para a resolução dos problemas sociais e do ambiente e construir uma sociedade mais humana e mais justa, favorecendo igualmente uma cooperação mundial.

1.2. Carta Europeia do Voluntariado

A *Carta Europeia dos Voluntários* proposta pela Volonteurope⁵, tal como a Declaração Universal sobre o Voluntariado, reconhece que toda a acção voluntária deve incluir elementos tais como ocupar-se dos interesses dos demais, carecer de interesse económico pessoal, desenvolver-se numa base organizada e responder a uma escolha livre.

⁵ Volonteurope é um Comité de Coordenação de Voluntariado, fundado em 1980, que tem como objectivo promover a acção voluntária desinteressada nos países da Comunidade Europeia, bem como promover intercâmbios de informação e potenciar o desenvolvimento do voluntariado.

Esta carta, que representa, antes de mais, uma declaração de intenções, é dirigida a todas as organizações que estejam envolvidas com o trabalho voluntário e o comité que a propõe espera que possa ser adoptada de forma consequente por todas elas.

Nesta proposta, a actividade voluntária é encarada como uma acção valiosa para a comunidade pois é simultaneamente uma oportunidade para uma contribuição individual e uma forma de participar activamente na vida da comunidade, promovendo a transformação e melhoria da sociedade. Através da sua acção, os voluntários podem defender os interesses das pessoas que se encontram em situações desfavoráveis, contribuindo, de forma democrática, para a resolução das necessidades da sociedade. A actividade voluntária deve ser sempre levada a cabo em perfeita colaboração com os profissionais e técnicos das diferentes áreas em questão de forma a renovar, ampliar e apoiar o trabalho destes últimos. No desenvolvimento das acções que contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas que se encontram em situações desfavoráveis, tanto o contributo dos profissionais como o dos voluntários deve ser estimado e valorizado. Neste sentido, é fundamental que os todos os intervenientes, profissionais e voluntários, tenham uma atitude de respeito e de profunda colaboração.

Qualquer cidadão tem o direito de realizar um trabalho voluntário de acordo com as suas capacidades, predilecções e disponibilidade. No entanto, isto não significa que qualquer pessoa possa fazer qualquer tipo de actividade voluntária. As associações têm aqui um papel importante na selecção, formação e orientação dos voluntários, bem como na criação de uma multiplicidade de tarefas, das mais simples às mais complexas, que possibilitem que todas as pessoas interessadas possam ter um lugar na organização. O trabalho voluntário não deve ser um privilégio de apenas um grupo social, isto é, ninguém deve ficar excluído de uma actividade voluntária por causa da sua idade, da sua situação económica, de uma incapacidade física ou de qualquer outra razão.

Os voluntários têm direitos que devem ser respeitados e mesmo promovidos pelas associações que com eles trabalham. Entre eles estão o direito a ter informação sobre o trabalho que vão realizar e sobre a organização onde trabalharão, bem como ter apoio por parte desta. Têm ainda direito a ter oportunidades de aprender e evoluir no trabalho que desenvolvem, de expressarem a sua opinião relativamente à acção que é desenvolvida e de participar na estrutura da organização. Esta deve assegurar que o voluntário não assuma despesas no âmbito da acção e que esteja seguro contra os riscos que podem correr no desenrolar das suas tarefas. Os voluntários têm ainda o direito a esperar que não sejam explorados na realização das suas tarefas e que o seu trabalho seja reconhecido e respeitado pelas autoridades competentes.

Também é importante o reconhecimento, por parte do Estado, da contribuição das associações voluntárias, não só através da representação do voluntariado no espaço de decisão política, mas também, ao nível do apoio económico que as associações necessitam para levar a cabo o seu trabalho.

Por outro lado, os voluntários também têm o dever de respeitar o compromisso que assumem ao iniciar uma acção voluntária de maneira a que a organização possa contar com o voluntário para levar a cabo os projectos a que se propõe.

Nesta carta relativa ao voluntariado, reconhece-se que este tem uma função de futuro uma vez que é uma força extremamente válida para renovar o actual sistema social, construindo, conjuntamente com outros, uma sociedade mais sensata e justa

1.3. Enquadramento Jurídico do Voluntariado

No que se refere à contextualização normativa em Portugal, esta expressa-se pela Lei nº 71/98 de 3 de Novembro (Bases do enquadramento jurídico do voluntariado) regulamentada posteriormente pelo Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de Setembro. A primeira delimita com precisão o conceito de voluntariado, definindo os princípios enquadramentos do trabalho voluntário e contemplando um conjunto de medidas consubstanciadas em direitos e deveres dos voluntários e das organizações promotoras no âmbito de um compromisso livremente assumido de dar cumprimento a um programa de voluntariado. Relativamente ao Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de Setembro, este contempla instrumentos operativos que permitam efectivar direitos dos voluntários e criando as condições que permitam promover e apoiar o voluntariado tendo em conta a relevância da sua acção na construção de uma sociedade mais solidária e preocupada com os seus membros.

Quanto à Lei nº 71/83 de 3 de Novembro, o artigo 3º, define voluntário como o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora. A noção de voluntariado aparece definida no artigo 2º como o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

No que se refere aos princípios que enquadram o voluntariado, a lei supracitada aponta para os princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência. A solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado, sendo a participação um princípio que implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho. Por outro lado, a cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada, ao passo que a complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das actividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas. No que concerne à gratuidade, esta pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário. Por fim, a responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário, e a convergência é entendida como princípio que determina a harmonização da acção do voluntário com a cultura e objectivos institucionais da entidade promotora.

Este documento, que indica as bases jurídicas do voluntariado, define um conjunto de medidas consubstanciadas em direitos e deveres dos voluntários. Assim, o voluntário tem direito a ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário. Goza da possibilidade de dispor de um cartão de identificação de voluntário, de se enquadrar no regime do seguro social voluntário, no caso de não estar abrangido por um regime obrigatório de segurança social e de exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança. O voluntário tem ainda direito a faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela organização promotora, nomeadamente por motivo do cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas. É também direito do voluntário receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias legalmente definidas, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário e estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar. O voluntário merece ser ouvido na preparação das decisões da organização promotora que afectem o desenvolvimento do trabalho voluntário e beneficiar, na qualidade de voluntário, de um regime especial de utilização de transportes públicos, nas condições estabelecidas na legislação aplicável.

Por fim, o voluntário tem direito a ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma actividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade.

No que concerne aos deveres daqueles que realizam acções voluntárias, aqueles expressam-se na necessidade de observar os princípios deontológicos por que se rege a actividade que realiza, designadamente o respeito pela vida privada de todos quantos dela beneficiam e as normas que regulam o funcionamento da entidade a que presta colaboração e dos respectivos programas ou projectos. Deve o voluntário actuar de forma diligente, isenta e solidária, participando nos programas de formação destinados ao correcto desenvolvimento do trabalho voluntário. É obrigação do voluntário zelar pela boa utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor e colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas. O voluntário não deve assumir o papel de representante da organização promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta. Por fim, é dever do voluntário garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a organização promotora e utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade.

Com respeito pelas normas legais e estatutárias aplicáveis, deve ser acordado entre a organização promotora e o voluntário um programa de voluntariado do qual possam constar, designadamente a definição do âmbito do trabalho voluntário em função do perfil do voluntário e dos domínios da actividade previamente definidos pela organização promotora, os critérios de participação nas actividades promovidas pela organização promotora, a definição das funções dela decorrentes, a sua duração e as formas de desvinculação e as condições de acesso aos locais onde deva ser desenvolvido o trabalho voluntário, nomeadamente lares, estabelecimentos hospitalares e estabelecimentos prisionais. Por outro lado, o programa de voluntariado definido deve contemplar os sistemas internos de informação e de orientação para a realização das tarefas destinadas aos voluntários, a avaliação periódica dos resultados do trabalho voluntário desenvolvido e a realização das acções de formação destinadas ao bom desenvolvimento do trabalho voluntário. Deve ainda constar, no programa de voluntariado, a cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito e dos prejuízos que pode provocar a terceiros no exercício da sua actividade, tendo em consideração as normas aplicáveis em matéria de responsabilidade civil, a identificação do voluntário como participante no programa a desenvolver e a certificação da sua participação e o modo de resolução de conflitos entre a organização promotora e o voluntário.

2. Testemunho de uma dinâmica de acção voluntária

2.1. Projecto de voluntariado na Guiné-Bissau

Uma vez que a relação entre solidariedade e voluntariado ganha forma na prática da acção voluntária, procuramos fazer a análise desta relação tomando como referência uma experiência empírica feita numa acção voluntária concreta, que apresentamos de seguida.

Temos consciência dos riscos de subjectividade do sujeito-actor que reflecte sobre algo em que está implicado, mas é justamente este factor subjectivo que queremos evidenciar, sem menosprezar os critérios de rigor e da racionalidade daquilo que é referido. Neste sentido, o nosso discurso assume um carácter intencionalmente descritivo, próximo de um “diário etnográfico”.

Em Agosto de 2009 tivemos a oportunidade de iniciar a participação num projecto de voluntariado na Guiné-Bissau, com a duração de um mês, ensinando português aos habitantes da comunidade de Buba, projecto este que surgiu por iniciativa de uma irmã franciscana com quem trabalhamos no Colégio de Nossa Senhora da Bonança. Para além da irmã franciscana, no primeiro ano integraram esta equipa duas professoras e cinco alunas do ensino secundário do referido estabelecimento de ensino, com idades entre os dezasseis e os dezoito anos e no ano seguinte a equipa foi formada por uma professora e seis jovens, com idades entre os dezasseis e os vinte e seis anos, entre actuais e antigas alunas do referido colégio.

Começamos por fazer uma breve descrição do trabalho desenvolvido e uma pequena caracterização do local onde intervimos. Tal como já referimos, esta acção de voluntariado tinha como principal objectivo o ensino da língua portuguesa aos habitantes de Buba, dado que os guineenses têm vindo a perder a ligação à nossa língua, de uma forma muito rápida. É óbvio que a nossa actuação foi muito mais além do ensino do português, uma vez que integramos a Missão Católica das Irmãs Franciscanas em Buba e participamos nas actividades desenvolvidas junto da comunidade. Desta forma, acompanhamos e participamos no trabalho das irmãs franciscanas que, entre outras tarefas, desenvolvem um programa de ajuda alimentar às crianças desnutridas e órfãs, possibilitam aos habitantes ter acesso a medicação mais barata, fornecem géneros alimentares a famílias carenciadas e prestam serviço de evangelização à comunidade. Também nos foi possibilitado o contacto com os habitantes de aldeias mais remotas (as chamadas tabancas), onde podemos conhecer pessoas que vivem bastante isoladas, tendo muitas delas nunca saído da aldeia e muitas crianças nunca visto uma pessoa branca.

Os habitantes de Buba vivem num meio pobre, onde não há electricidade, água canalizada, sistema de esgotos ou outras necessidades que qualquer um de nós considera básicas. É um lugar onde existem precaridades a vários níveis, desde a saúde à alimentação. Não existe hospital (apenas aquilo que poderemos chamar de um pequeno centro saúde) e a maioria dos guineenses faz apenas uma refeição por dia.

2.2. Ser voluntário – notas reflexivas

Apesar de as condições de vida serem muito díspares daquelas a que estamos habituados, todas as pessoas tinham uma alegria e uma simpatia genuínas e sempre nos receberam de uma forma plena de simplicidade mas muito acolhedora. Foi muito marcante testemunharmos a forma como as pessoas partilharam connosco o pouco que possuíam e, acima de tudo, fazendo-nos sentir como se estivéssemos em casa.

Em relação ao trabalho na escola, organizámos aquilo que se pode chamar de escola de Verão em que os miúdos de Buba tiveram a oportunidade de frequentar durante o seu tempo de férias. Começamos por dividir as actividades em dois turnos. O da manhã destinava-se aos mais pequenos, do jardim (equivalente ao pré-escolar) até à 4ª classe (que equivale ao 4º ano). Da parte da tarde as actividades destinavam-se aos alunos mais velhos, desde a 5ª classe até à 11ª classe (o que é equivalente ao nosso 5º ano até ao 11º ano). Neste turno incluímos também alguns adultos que queriam melhorar as suas competências na língua. Uma vez que duas das alunas ficaram apenas os primeiros quinze dias e uma das professoras esteve apenas na última quinzena, acabávamos por ser apenas cinco ou seis “professoras” para todas estas classes, pelo que dividíamos os alunos em grupos, de duas classes diferentes, podendo chegar aos quarenta elementos. Era impressionante verificarmos que, de dia para dia, tínhamos cada vez mais alunos a virem inscrever-se, até que tivemos que chegar a um ponto e não aceitar mais inscrições, uma vez que já não tínhamos condições físicas e logísticas para responder a tantos pedidos. No segundo ano, como fomos oito elementos ao longo de todo o mês conseguimos ter mais alunos inscritos, e embora as turmas continuassem a ser bastante grandes, conseguimos separar os alunos por classes. Uma das estratégias que adoptamos foi a de separar, no turno da manhã, os alunos do jardim, que tinham actividades das nove horas até às dez horas, dos alunos da 1ª à 4ª classe, que começavam às dez horas e trinta minutos e acabavam às doze horas e trinta minutos.

Ao contrário daquilo que acontece nas salas de aula onde costumamos leccionar, nestas salas, que eram improvisadas com o material do jardim infantil que as irmãs dinamizam em Buba, isto é, com carteiras e cadeiras pequeninas, os alunos estavam atentos e em silêncio e tinham uma enorme vontade de aprender. Trabalhavam com um simples caderno e com lápis ou caneta que lhes fornecíamos no início de cada aula e acompanhavam a exposição que as professoras iam fazendo num pequeno quadro de lousa que existia na sala. Se, com os miúdos que já iam à escola a comunicação era mais fácil (embora a língua que eles dominavam fosse o crioulo), com os mais pequenos do jardim a comunicação era quase impossível, dado que eles não falavam português e nós não falávamos crioulo. Apesar destas lá nos fomos entendendo entre gestos, sorrisos e afectos.

No início quando começamos a trabalhar com os mais pequeninos fazendo actividades muito simples para lhes ensinar coisas tão básicas como os números, as letras do alfabeto ou as cores apercebemo-nos que eles gostavam muito de pintar. Como não tínhamos lápis de cor ou marcadores para todos os alunos, depois de distribuídos os desenhos que eles iam pintar, distribuíamos os lápis de cor dando-lhes a oportunidade de escolher um lápis de um conjunto que guardava num estojo. Alguns deles tinham dificuldade em escolher o lápis que queriam pois ficavam maravilhados a olhar para tantas cores. Como não estavam habituados a pintar, partiam com frequência os lápis e estavam sempre a chamar-nos para lhes aguçar os lápis. Era impressionante ver a alegria deles a olhar para um bico um lápis afiado como se fosse uma obra de arte. No trabalho com estes miúdos pequenos achamos que aquilo que foi mais marcante foi perceber que alguns deles reagiam com estranheza quando tínhamos uma atitude carinhosa com eles, como se fosse algo que desconhecêssem. A carência que estes miúdos tão pequenos demonstravam relativamente aos afectos é algo que nos comoveu.

Com os mais velhos fazíamos actividades mais “complexas” como ler um texto e fazer a interpretação do mesmo, fazer um resumo ou escrever uma composição. Apesar das muitas dificuldades que tinham, os alunos empenhavam-se nas tarefas e fomos testemunhas da vontade que tinham de aprender. Apesar da consciência que possuem relativamente às poucas condições que têm para poder estudar e sonhar com um futuro melhor, todos eles tinham sonhos e planos para o seu futuro. Muitos destes alunos ajudavam os pais no trabalho do campo, de parte da manhã, e à tarde vinham até à escola para aprenderem português. Num dos dias tivemos uma situação impressionante com um dos nossos alunos mais velhos que se sentiu mal durante uma aula. Este aluno tinha estado a trabalhar no campo durante a manhã e tinha-se atrasado. Ao chegar

a casa só teve tempo de se arranjar para vir para a escola e, como não queria chegar atrasado à aula, não teve tempo de almoçar, daí que se tenha sentido fraco e quase a desfalecer.

No trabalho que fomos fazendo com as irmãs nas actividades que desenvolvem junto da comunidade pudemos verificar que muitas vezes, por falta de dinheiro, as pessoas não se tratam e continuam a morrer de malária e de outros problemas facilmente resolúveis no Ocidente. Já no trabalho que fazem prestando ajuda alimentar às crianças desnutridas ou órfãs, esta é disponibilizada às famílias mediante o controlo do peso das crianças em causa. Todos os meses, as crianças são pesadas na missão e, em função das necessidades alimentares, as famílias levam papas e leite a preços simbólicos. O que foi chocante para nós, que estamos habituados a ver a forma protectora e carinhosa com que as crianças são tratadas no Ocidente (não esquecendo que infelizmente nem sempre é assim) foi ver que as crianças na Guiné não são normalmente tratadas como um tesouro que os pais querem proteger e cuidar. As mulheres na Guiné têm inúmeros filhos e os homens, que são na sua maioria muçulmanos, têm muitas mulheres diferentes e filhos de todas elas. Assim, a imagem dos pais a dedicarem toda a sua atenção ao filho e às suas necessidades é algo que não é comum em Buba. Quando os bebés são pesados na missão, isso é feito numa cesta que se pendura numa balança. Naturalmente, como os bebés não estão habituados, têm medo e quanto mais a cesta abana mais eles choram. Quem acaba por acarinhar o bebé que chora são as irmãs e, nós quando lá estamos, porque as famílias não têm o instinto de o fazer.

No primeiro ano em que fizemos voluntariado, ao chegar ao final do mês tínhamos a sensação que embora tivéssemos trabalhado muito, aquilo que tínhamos feito tinha sido como uma gota no oceano e que tinha deixado muito mais marcas em nós do que nas pessoas que fomos ajudar. Embora continuemos a achar que aqueles que mais recebem numa acção de voluntariado são os voluntários, tivemos a oportunidade de testemunhar, ao voltar à Guiné, que aquilo que fizemos, embora pouco, foi bastante significativo para aquele povo que tem tão pouco e que deixou marcas mais profundas nas pessoas do que aquilo que poderia imaginar. O facto de sentirem que alguém, que não os conhece de lado nenhum, vem de longe para lhes dedicar atenção, carinho e para lhes ensinar um pouco de português, fez com que se sentissem valorizados e importantes.

A relação que se estabeleceu entre o grupo de voluntárias foi bastante forte, especialmente no primeiro ano. Julgamos que isto terá acontecido, especialmente, pelo facto de nos unir a incerteza do que íamos encontrar e o receio que sentíamos por irmos para um país tão diferente daquilo que estamos habituadas. Embora a decisão de ir tenha implicado alguma coragem da nossa

parte, acho que a atitude das alunas (e das suas famílias) foi extremamente audaz. À medida que o tempo foi passando e que fomos vendo que nos íamos adaptando ao calor, à humidade e lidando melhor com a pobreza que íamos vendo; à medida que nos sentíamos cada vez mais felizes pela acção que estávamos a desempenhar, foi-nos unindo um enorme sentimento de cumplicidade e de entreajuda. Como ficamos a viver na missão das irmãs em Buba (e também em Bissau onde ficamos ao chegar e ao partir), acabamos por integrar as rotinas das irmãs e partilhar com elas o espaço da sua clausura. Para nós, foi marcante testemunharmos a vivência das irmãs, fraterna e hospitaleira, e percebermos que, em pouco tempo, também nós já vivíamos essa fraternidade. No final da nossa passagem por Buba, as irmãs, juntamente com os jovens que fazem parte do coro da missa fizeram-nos uma pequena despedida, agradecendo a nossa ajuda e desejando-nos bom regresso, numa atitude de grande gratidão. Na verdade quem se sentia verdadeiramente grata por aquilo que tinha recebido éramos nós.

Tivemos oportunidade de visitar outras missões, conhecendo um pouco mais do trabalho que se vai fazendo em diferentes regiões da Guiné e das necessidades, que infelizmente não são muito diferentes daquelas que fomos vendo em Buba.

No segundo ano, apesar de já termos ultrapassado o receio que tínhamos relativamente ao que íamos encontrar na Guiné, o regresso a Buba e à Missão Católica foi um momento profundamente marcante. A sensação que sentimos ao pisarmos aquela terra novamente e revivermos tantas emoções vividas, um ano antes, foi avassaladora. Voltar a ver aquelas pessoas que tanto nos marcaram no ano anterior, foi uma imensa alegria.

Reflectindo sobre a experiência vivida, continuamos a achar que é apenas uma pequena ajuda que levamos a uma pequena comunidade, durante um mês por ano, mas ainda assim, parece-nos que conseguimos levar aquelas pessoas alguma esperança e um sentimento de que alguém lhes dá atenção e se preocupa em os ajudar. Para nós esta experiência foi profundamente gratificante e de tal forma significativa que podemos considerar que Buba se tornou, para nós, num lugar antropológico.

2.3. Lições e interpelações

No seguimento do afirmado, permitimo-nos concluir que parte do sucesso e da eficácia de uma acção voluntária passa pela adequada formação dos voluntários que a realizam. Apesar das

boas intenções que possuem os indivíduos que iniciam uma actividade voluntária, é fundamental que a sua acção não se baseie apenas na improvisação e na boa vontade. O voluntário deve ser um indivíduo equilibrado e com maturidade emocional, deve ter uma atitude humilde e de abertura aos outros, deve possuir a capacidade de dialogar e de colaborar com os outros. A formação também pode ajudar o voluntário a desenvolver ou a melhorar estas características e capacidades, conforme nos foi frequentemente testemunhado pelas próprias voluntárias.

Ao falar de formação são consideradas três vertentes distintas. Por um lado, a formação básica que deve conferir ao voluntário um conhecimento mais profundo do contexto em que vai realizar a sua acção voluntária. Isto pode passar pelo conhecimento da situação social, económica e cultural dos beneficiários, dos desafios éticos com que se pode deparar, da forma como colaborar com os profissionais e com os outros voluntários, das várias intervenções que já se realizam com os beneficiários, das normas de comportamento no exercício das suas funções, da arte de comunicação com os beneficiários (saber observar, escutar e responder), dos recursos humanos e espirituais de quem sofre, das atitudes e reacções perante o sofrimento, entre outros. Outro aspecto que se inclui na formação básica é o conhecimento dos estatutos e objectivos da associação onde vai efectuar a acção voluntária, bem como da sua estrutura e forma de operar, da legislação associada ao voluntariado e da identidade, papel e deontologia do voluntário.

Quanto à formação específica, esta diz respeito à actividade concreta que o voluntário realiza e que se pode relacionar, por exemplo, com aprender mais sobre os doentes com sida, se o voluntário trabalha num hospital com estes doentes ou com as metodologias de ensino e a psicologia do desenvolvimento, se o voluntário vai leccionar junto de crianças e adolescentes.

Por fim, a formação permanente pretende conferir ao voluntário a melhoria constante das suas qualificações, quer ao nível das competências específicas exigidas pelas funções de voluntariado que exerce, mas também ao nível da formação pessoal. Esta última pode versar sobre temas como o conhecimento pessoal, a relação com o beneficiário, o trabalho em equipa, a gestão de conflitos, o equilíbrio emocional, a gestão do sofrimento e da dor.

Estas diferentes formas de formação pretendem desenvolver no voluntário âmbitos diversos que podem passar pelo desenvolvimento de competências humanas, que passam pela consciência da humanidade de cada um, dos seus talentos, das suas aptidões, das suas capacidades, mas também nas suas zonas de sombra; no fundo estas competências envolvem o autoconhecimento por parte do voluntário. A formação também pode ter uma intervenção ao nível das competências relacionais do voluntário que lhe permitirão desenvolver a arte da comunicação, conferindo-lhe a

capacidade de estabelecer relações abertas e construtivas com os beneficiários. Podem ainda ser desenvolvidas, por via da formação, as competências específicas dos indivíduos que realizam acções voluntárias de forma a tornar o voluntário mais apto a realizar de forma mais eficaz as tarefas que tem a seu cargo. Este processo formativo tem como objectivo o amadurecimento no voluntário de vários tipos de saber, como é o caso do saber que engloba conhecimentos teóricos e de técnicas específicas, mediados pela *inteligência da mente* (cognição), o saber fazer que implica o desenvolvimento de competências práticas e de estratégias operativas, mediado pela *inteligência do actuar* e o saber ser que está relacionado com o amadurecimento pessoal e com a integração de valores e de sensibilidades, mediados pela *inteligência do coração*.

Curiosamente estas considerações vêm ao encontro da proposta de Aranguren Gonzalo de um itinerário educativo do voluntariado, entendido como uma *praxis* dinâmica que envolve, simultânea e dialecticamente, a acção e a reflexão visando gerar a possível transformação. Este itinerário educativo afecta *sujeitos itinerantes* “que se sabem inacabados, exploradores de novas possibilidades, pessoas que se adaptam ao meio, transformando-o” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.171), tal como já antes explicitamos. Desta forma, é possível o aparecimento de processos de construção pessoal e grupal da experiência que a acção social implica. A gestão destas experiências, a forma como se integram os acontecimentos e a reflexão sobre as situações é algo que leva tempo e requer persistência da parte do voluntário e enquadramento na organização na qual este se encontra integrado, incompatível com uma formação abreviada e generalista. Este itinerário educativo confere ao voluntário a consciência de que faz parte de uma acção colectiva e de um movimento que é muito mais do que a simples realização de um conjunto de tarefas. Quando a acção voluntária é encarada como um itinerário educativo propicia tanto a transformação social como a transformação pessoal do voluntário. “Mais do que um fazer, a acção voluntária é uma ocupação, uma tarefa que tem a especial peculiaridade de quem as faz, faz-se a si mesmo quando as realizam” (Domingo Moratalla, 1997, p.46). Esta forma de encarar o voluntariado gera projectos e práticas que implicam uma acção colectiva globalizada e integradora, que olha para os problemas de uma forma holística, considerando diferentes perspectivas e pensando em respostas que vão para além de visões sectoriais da realidade. Como itinerário educativo, o voluntariado aponta para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades de cada um, vislumbrando novas e emergentes possibilidades constitutivas da nossa construção como pessoas.

Esta forma de encarar o voluntariado como um itinerário educativo pode tornar possível uma prática educativa que valoriza mais a pedagogia que a didáctica, uma vez que a primeira

envolve “a promoção da aprendizagem através de todos os recursos postos em jogo no acto educativo” (Gutiérrez, cit. in Aranguren Gonzalo, 2000, p.172). Na perspectiva de Paulo Freire, a aprendizagem implica a abertura a novos caminhos porque aprender é “construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (2002, p.28).

Assim, a formação deve passar não só por uma formação em contexto formal, mas também por uma formação em contexto não formal que implique criar, adaptar e acompanhar itinerários educativos de longo alcance. Este desafio educativo exige um educador atento e aberto ao desconhecido, consciente da quotidianidade em que está inserido e que enfrenta a realidade em que vive.

Nenhum itinerário educativo é neutro e tal como afirma Paulo Freire, “é impossível, na verdade, a neutralidade na educação” (2002, p.42). Todos os actos educativos têm uma intenção, um propósito.

Uma vez que os voluntários podem, a partir da sua acção, implicar-se num processo de aprendizagem e formação é fundamental que as associações voluntárias definam um caminho educativo, que contemple a trajectória que poderá ser seguida pelos voluntários, indicando a direcção a seguir. Embora os voluntários também possam contribuir para a elaboração deste *caminho educativo*, as linhas gerais devem ser definidas pelos responsáveis pela formação e pelo acompanhamento dos voluntários dentro da associação. Estas orientações devem contemplar quer a perspectiva de um voluntariado de máximos, centrado no compromisso social, quer um voluntariado de mínimos, mais voltado para a realização pessoal. Naturalmente, esta diversidade de caminhos implica um trabalho organizado e sistemático por parte da associação que deverá rever e avaliar periodicamente os itinerários definidos.

Se no voluntariado as pessoas em situação de maior vulnerabilidade e necessidade são os sujeitos principais dos projectos e acções voluntárias, neste processo de formação ou itinerário educativo o ponto de partida é obviamente a pessoa do voluntário na sua situação vital, com as suas motivações, a sua história de vida, as suas competências e capacidades, os seus medos e limitações, os seus ideais e valores e a sua ignorância e sabedoria. É importante não esquecer que aquilo que marca a acção voluntária é o papel dos voluntários e muitas vezes esquece-se “a pessoa do voluntário e as suas circunstâncias, tratando-a (...) como um meio para se conseguir os nossos nobres fins e não como uma realidade valiosa em si mesma, portadora de uma eminente dignidade, a de ser pessoa” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.175). O ponto de partida do itinerário educativo do voluntariado é a pessoa, na sua condição de cidadão e de ser itinerante. Por um lado, como

cidadão, que se deixa afectar pelo sofrimento que vê ao seu redor, assiste ao voluntário o direito de dar o seu contributo para mitigar esse mesmo sofrimento e de contribuir para a melhoria das condições de vida daqueles que são menos afortunados. Por outro lado, como ser itinerante, a pessoa do voluntário está em construção e a “consciência de si como ser inacabado necessariamente inscreve o ser consciente da sua inconclusão num permanente movimento de busca” (Freire, 2002, p. 24). Assim, o voluntário pode mudar as suas atitudes, os seus comportamentos, as suas capacidades. “Crescer é activar a capacidade de mudar e modificar condutas, comportamentos, motivações e modos de actuar” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.175).

A participação na acção voluntária não se pode caracterizar por um horizonte de chegada, como se fosse possível definir um ponto de chegada no percurso de cada voluntário. A actividade voluntária pode ter contornos muito diferentes para os voluntários dado que alguns começam ainda muito jovens a participar em acções voluntárias, outros só as descobrem já na idade adulta, ou mesmo aquando da sua reforma; alguns dedicam-se a elas ao longo de muitos anos consecutivos, outros, devido às suas vidas pessoais e/ou profissionais, de forma mais irregular. Assim, não é possível definir um horizonte de chegada comum para tantos percursos diferentes. No entanto, é possível a definição de um horizonte pessoal de chegada que deverá corresponder à integração da acção voluntária no seu projecto de vida, fazendo com que a solidariedade seja parte integrante da vida da pessoa, nos diversos aspectos que a compõem, para além da sua actividade como voluntário. Esta será “um tempo em que a pessoa descobre, avalia e verifica uma série de valores humanizadores, que têm que ver com a consideração da realidade absoluta da pessoa, o vigor da solidariedade, (...) o sentido do encontro inter-humano” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.177), mas não pode ter a pretensão de ser a única forma de exercer uma consciência solidária, sem que esta se espalhe pelos diversos âmbitos da sua vida.

De uma forma mais global, pode-se considerar que o horizonte de chegada do voluntariado deve passar pela optimização de uma *rede de solidariedade*, entre os voluntários, entre diferentes organizações, entre diferentes projectos e intervenções, de forma que se compreenda que a acção realizada deve ser articulada num projecto mais integral de trabalho num determinado território. O voluntariado tem que ir para além da acção voluntária que se faz num projecto concreto e incluir-se numa rede que contemple outros agentes e outras associações. O seu horizonte de chegada “situa-se nos passos que pessoal e colectivamente o voluntariado vai realizando a favor de uma sociedade mais justa e inclusiva” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.177).

Este horizonte de chegada dificilmente pode ser medido com indicadores quantitativos que permitam determinar a *eficácia* do processo. Por outro lado, como produtos de um processo educativo estes devem ser tangíveis, na medida em que devem poder ser sentidos por todos dado que não são meros produtos teóricos mas acções e tarefas que implicam valores, sentimentos, relações que se vão integrando na pessoa à medida que esta os interioriza. A inter-relação é algo que também deve existir nestes processos, visto que o efeito das experiências que o voluntário vive se deve fazer sentir na sua vida, muito para além da sua acção voluntária; estes ecos fazem-se sentir na sua vida pessoal. Devem ser permanentes, uma vez que os resultados destes processos são graduais e vão-se fazendo sentir ao longo da actividade; as pequenas aprendizagens vão surgindo em cada dia e vão sendo alvo da tomada de consciência por parte do voluntário. Estes processos educativos também devem ser participativos, muito para além do contributo que o voluntário dá nas tarefas em que é chamado a participar e da colaboração que estabelece com os outros voluntários e com a própria associação; o papel do voluntário é o de ser co-protagonista do processo educativo em questão.

Embora seja importante ter em conta indicadores quantitativos associados ao voluntariado, como o número de voluntários que fazem parte de uma associação, a quantidade de formações dinamizadas, o número de reuniões levadas a cabo, etc., não se pode esquecer aquilo que é mais importante, isto é, “o crescimento pessoal e comunitário, a construção de uma cidadania responsável e comprometida com a sua realidade e a consciencialização perante a realidade de injustiça que preside neste mundo” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.179). É necessário que os indicadores que avaliam os processos educativos estejam mais voltados para a qualidade do que para a quantidade, mais centrados nos valores personalizadores que monitorizem o progresso individual de cada um, mais do que os objectivos que se definem, não deixando, obviamente, de reconhecer a sua importância.

Para que este caminho entre o ponto de partida e o horizonte de chegada possa ser susceptível de ser percorrido é necessário que se definam linhas orientadoras deste percurso, que não são mais do que opções fundamentais que se fazem no âmbito do voluntariado e dos princípios orientadores da organização.

Estas opções devem passar pela atenção primordial à pessoa relativamente à tarefa, sendo este cuidado não mais do que uma exigência de humanidade. “Este cuidado implica fé nas possibilidades de cada qual, a certeza de que cada pessoa pode crescer até limites inesperados e que é capaz de cultivar a sua veia solidária” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.180). É importante não

esquecer que a acção pedagógica deve defender o primado da pessoa, ou seja, reconhecer que cada pessoa é responsável e construtora do seu próprio desenvolvimento, tal como já explicitamos.

Outro aspecto fundamental a valorizar neste processo de formação ou itinerário educativo é o papel da acção dado que é esta que legitima o voluntariado. Mais do que as palavras e as intenções, que são importantes para a definição de estratégias de actuação, as formações devem estar em perfeita conexão com as acções dos voluntários, uma vez que é na tarefa concreta, e não só no plano teórico, a discutir ideias, que o voluntário verifica se o contributo que sugere é ou não válido. Embora a reflexão sobre a acção dos voluntários seja fundamental, tudo o que se define como estratégia de actuação só pode ser confirmada através da realização da acção concreta; só na efectivação prática é que se consegue verificar aquilo que se projecta teoricamente. Desta forma, o conceito de acção deve, por um lado, representar a realização de uma tarefa concreta da responsabilidade do voluntário e, por outro, ser encarada como um factor de mudança, devido ao papel que representa na vida e no crescimento pessoal do voluntário, bem como, no grau de transformação social que potencia.

Dado que a capacidade de mudar a realidade passa, em boa medida, pelo estabelecimento de redes e vínculos humanos, é importante valorizar a relação como elemento constitutivo do voluntariado. “O encontro transforma mais do que imaginámos e ele requer educar no significado das acções e aprofundar a carga transformadora que gera o encontro entre pessoas” (Aranguren Gonzalo, 2000, p.181). Na nossa experiência de voluntariado em Buba, sentimos, ao voltar à Guiné pela primeira vez, que as acções que realizamos e que nos pareceram tão insignificantes, foram imensamente valorizadas pelas crianças e jovens com quem trabalhamos, mostrando que, de facto, quando as acções se realizam em verdadeiro espírito de encontro, elas transformam mais do que possa parecer.

Parece-nos evidente que para levar a cabo este processo educativo é preciso pensar nele como um projecto a longo prazo que requer tempo, paciência e persistência e que deve ser acompanhado por responsáveis que possam monitorizar a sua evolução. Este percurso educativo deve dotar o voluntário de capacidades e competências que lhe permitam exercer a sua acção voluntária o mais correctamente possível. Como forma dos voluntários poderem orientar a sua actuação, Garcia Roca (1994) propõe um conjunto de preceitos que intitula “Decálogo para uma busca”. Estes princípios poderão contribuir, na opinião do autor, para a definição da *identidade do voluntariado*, para lá das aporções que a personalidade de cada um traz para os encontros efectivos a realizar com as pessoas em situação de maior fragilidade e carência.

Este decálogo sustenta, antes de mais, que o voluntariado precisa de descobrir e compreender a complexidade dos processos sociais. Uma das características fundamentais do voluntariado actual é a necessidade dos voluntários estarem informados relativamente aos múltiplos factores que contribuem para os problemas que afectam a sociedade actual porque só dessa forma poderão ensaiar e eventualmente encontrar alguma resposta. Por outro lado, o voluntário deve sempre pautar a sua actuação pelo horizonte da emancipação, uma vez que deve ser objectivo do voluntariado actuar de forma a ajudar a remover as causas que levam à exclusão, à marginalidade e à injustiça, mais do que ter uma actuação assistencialista (que em alguns casos pode ser também necessária). Tal como acontece com todas as acções na área social o ideal é tornarmo-nos desnecessários o mais depressa possível. O voluntariado deve, pois, aspirar ao horizonte da transformação social com vista à construção de uma sociedade mais justa.

Não devemos esquecer igualmente que a acção voluntária deve ser uma decisão livre por parte de um indivíduo que se estima a si mesmo, que vive a solidariedade com os outros e que assume um compromisso por uma sociedade mais igualitária. É preciso ter igualmente em atenção que o voluntariado não deve (nem o pretende) substituir o papel do Estado neste processo de mudança social. Os voluntários de uma associação devem ser apenas mais um elemento que coopera com outros de forma organizada e concertada para a consecução deste objectivo. É evidente, tal como afirmámos anteriormente, que o trabalho que o voluntário exerce deve ser sempre feito em complementaridade com os profissionais que trabalham no terreno.

Outra recomendação que Garcia Roca faz é que os voluntários devem munir-se de competências humanas e técnicas que lhes permitam ter uma actuação eficaz junto das pessoas mais vulneráveis mas ao mesmo tempo com uma postura terna e de reconhecimento das capacidades do outro que o ajudem a ser capaz de se tornar o primeiro responsável e construtor do seu próprio desenvolvimento. Tal como já referimos, a formação que os voluntários devem fazer e que os ajudarão a desenvolver estas competências, também os devem ensinar a ter um papel activo junto das associações na planificação, execução e avaliação das acções que são levadas a cabo. Estas devem estar integradas num plano mais largo de actuação de forma a poderem ser articuladas com as acções de outras associações e com o trabalho dos profissionais, para poderem ser mais proficuas.

No fundo, podemos afirmar que o caminho que o voluntariado precisa de seguir deve conduzir à transformação das acções voluntárias num exercício de cidadania, de forma que a prática do voluntariado não se resuma apenas ao trabalho que alguns fazem, por maior

disponibilidade de tempo ou por maior afectação pelo sofrimento do outro, mas algo que diz respeito a todos aqueles que fazem parte da sociedade e que, desta forma, se responsabilizam pelos problemas que afectam a todos. Por fim, Garcia Roca declara ainda que o voluntariado requer *reciprocidade*, uma vez que a relação que se estabelece entre voluntário e beneficiário, embora com o desempenho de diferentes papéis, deve conduzir ao crescimento de ambos através do enriquecimento humano que este encontro aporta, exigindo, naturalmente, abertura e disponibilidade ao outro e aceitação de si.

Considerações finais

Tendo em consideração todo o percurso investigativo, consideramos que a nossa convicção inicial sobre relação entre solidariedade e voluntariado social saiu reforçada, assumindo particular evidência no «ser voluntário», isto é, em contexto de acção, onde surge protagonizada por sujeitos concreto.

O momento actual que vivemos, caracterizado pela condição pós-moderna, releva-nos uma sociedade de profunda desigualdade entre aqueles que vivem no Norte e no Sul do planeta. Para dar resposta às exigências ao nível do desenvolvimento económico e tecnológico do ocidente bem como para permitir o modo de vida que o caracteriza, os recursos mundiais são maioritariamente usados no Norte, impossibilitando o estender da forma de vida do mundo ocidental a todo o planeta. Apesar de toda a informação que nos chega pelos *media* e que nos dá conta destas mesmas desigualdades e injustiças, a forma mediática e emotiva como esta mensagem é passada provoca, nos espectadores, não a afectação que era suposta mas a indiferença e a insensibilidade perante tamanho problema que parece impossível de resolver.

Como consequência deste conhecimento da injustiça e desigualdade que se manifestam na nossa sociedade, têm surgido uma série de movimentos solidários. No entanto, muitos deles, caracterizam-se mais por serem uma resposta à necessidade, que começamos a perceber que temos, de rever a forma como encaramos o desenvolvimento, que tem sido demasiado vocacionado para o crescimento económico, com o conseqüente desrespeito pelo equilíbrio do nosso planeta. Com a continuação deste tipo de desenvolvimento, o homem atingirá o limite ambiental e ecológico e também ao nível dos recursos necessários para estender as condições de vida a todo o planeta, pelo que só uma mudança na sua atitude pode evitar um suicídio colectivo. A solidariedade pode ser essa resposta daí que vejamos à nossa volta um aumento dos movimentos de cariz solidário. No entanto, muitos deles, são caracterizados por uma falta de implicação pessoal, vivendo a solidariedade com um altruísmo indolor, ou seja, sem que a sua vivência traga algum tipo de sacrifício ou compromisso da parte de quem a pratica. Esta *solidariedade pós-moderna* reflecte-se nos festivais e espectáculos de cariz solidário, nas campanhas de ajuda humanitária e também nos projectos de desenvolvimento que são muitas vezes alheios aos interesses dos destinatários.

Na nossa perspectiva esta forma de encarar a solidariedade não é suficiente. É necessário que a solidariedade se transforme no princípio ético de actuação e que esta se baseie em valores como a participação e o compromisso de forma a contribuir para a transformação da realidade

desigual e injusta. É fundamental que esta nova forma de encarar a solidariedade se caracterize pela análise e reflexão sobre as causas que conduzem à injustiça e à desigualdade. A partir do encontro com o outro, que se encontra numa situação de maior carência e vulnerabilidade, e do impacto que isso provoca em mim, é possível assumir um compromisso que me vincule à sua situação de dor e de sofrimento. Esta solidariedade como encontro, cuja razão ética acontece no outro, aposta no reconhecimento da alteridade, na sua valorização e na realização de acções que promovam a sua autonomia, o seu crescimento, potenciando o seu desenvolvimento como ser humano. Esta interpelação que o rosto do outro provoca em nós é um impulsionador de uma cultura de solidariedade. A solidariedade vivida como impulso ético ajuda a configurar o projecto de vida das pessoas e o projecto de transformação da nossa sociedade.

No ponto de vista da antropologia, o ser humano é um ser que, quando nasce, é inacabado e que, devido à sua falta de recursos biológicos se tem de dotar de outros recursos que lhe permitam adaptar-se ao meio que o envolve de forma a poder sobreviver. Esta adaptação é feita através da transformação que o homem estabelece no meio em que se insere, a que podemos chamar capacidade de fazer cultura, mas também por meio da educação.

Para além da transformação que o ser humano provoca no meio que o envolve, este último também o transforma e neste processo de adaptação, a principal tarefa que o homem terá que realizar é a de se construir como ser humano. Devido à sua natureza inacabada, o ser humano é um ser aberto ao possível e esta abertura proporciona a implantação da pessoa no mundo e a possibilidade axiológica e ética da sua construção humana. Desta forma, a condição solidária do ser humano pode ocorrer através de processos de abertura, uma vez que estes processos podem conduzir ao nascimento de um impulso solidário. Na relação com os outros, a interpelação que os seus rostos provocam em nós, compromete-nos com o seu bem-estar e impele-nos a fazer algo que possibilite a realização pessoal do outro através da conquista da sua própria autonomia, contribuindo para a transformação da nossa sociedade. Do ponto de vista do voluntariado, para que o voluntário se possa vincular àqueles que vivem o sofrimento e a injustiça é necessário que cultive aquilo que Scheler denomina de amor de si. Este amor está relacionado com o apego afectivo para consigo mesmo, o qual é fundamental para que o voluntário possa interessar-se e envolver-se com a condição em que o outro se encontra. O amor de si condiciona e possibilita a solidariedade com os demais, dado que aquele que o cultiva, respeita-se a si mesmo e potencializa toda a sua força humanizadora e, como se estima a si mesmo também é capaz de estimar o outro, o que é fundamental para o poder ajudar a mudar a sua situação vital.

O homem vive instalado na realidade e por isso permanece aberto a um múltiplo campo de possibilidades. Perante a realidade que tem de enfrentar cada ser humano conta com a situação e consigo mesmo, como recursos para responder adequadamente à situação. Estes podem ser usados como meios para os converter, através da acção, em possibilidades. Esta apropriação permite que se incorpore na vida pessoal a possibilidade por que se optou. Este processo deve passar por aqueles que vivem situações de vulnerabilidade e carência. A situação destes *não-sujeitos* converte-se em possibilidade de exercício da solidariedade, dado que o seu sofrimento configura um âmbito de recursos que permitem que cada um de nós promova a sua dignificação como pessoa. A solidariedade surge assim, como uma possibilidade que define e molda a vida humana de quem opta por ela. Esta possibilidade, uma vez apropriada e incorporada, ou seja, uma vez que se faz experiência, incita-nos a viver e a pensar de forma diferente.

Aquilo que defendemos relativamente à solidariedade é que esta se encontra na convergência de três condições que a constituem: uma reacção perante a injustiça e o sofrimento em que muitos vivem, uma determinação de cada um em se envolver em processos que permitam erradicar as causas que conduzem a estas situações onde muitos seres humanos vivem como não-sujeitos e um estilo de vida, que é mais do que apenas se dedicar a uma acção voluntária, mas conseguir incorporar essa solidariedade que se vive no voluntariado na forma como se projecta e vive a própria vida.

A ética da solidariedade permite encará-la como um processo pessoal e comunitário que possibilita a mudança das circunstâncias que impedem a vivência digna de todos os seres humanos. O valor da solidariedade não pode apenas ser *entendido como* mas tem que ser *experienciado como*. Isto implica passar da teoria para a prática, bem como pensar a própria prática, pelo que há a necessidade de estabelecer uma ética da solidariedade. Esta coloca o âmago das suas tarefas na convicção vivida, desenvolvendo-se ao longo de processos que podem ser longos e lentos, mas determinados. O compromisso solidário será sólido em cada um de nós quando nascer de uma profunda convicção pessoal, a qual surge do impacto que a realidade que observamos tem em nós e sobre a qual reflectimos, procurando encontrar respostas para minorar e, se possível, eliminar as causas que conduzem a essa mesma realidade.

O modelo ético da solidariedade como encontro, com o qual nos identificamos, é concebido como um processo pessoal e comunitário de encontro e libertação, que se inicia na sensibilização, a qual não serve apenas como factor de motivação inicial, mas que se configura como algo que alimenta todo o processo. Assim, a capacidade de se deixar afectar pelo sofrimento do outro,

aprendendo a “ver com o coração”, é algo que é exigido a quem quer ser solidário. Ao longo deste processo, a afectação que o sofrimento do outro provoca em mim não é encarado como paralisador mas como impulsionador de uma reacção através de uma acção que provoca a mudança no outro e em mim. No desenrolar desta acção é fundamental acreditar no outro e reconhecer aquilo de que ele é capaz, pois isso engrandece-o como ser humano e favorece a sua mudança. Este reconhecimento manifesta-se como total confiança e quando esta é recíproca, há uma verdadeira crença mútua que possibilita uma verdadeira relação de encontro entre o eu e o outro. Do ponto de vista do carácter transformativo que a acção solidária tem, configurada neste modelo de solidariedade, aquela situa-se para lá do terreno de quem sofre e aposta na libertação do sujeito afectado recorrendo às capacidades que este possui.

A solidariedade tem como compromisso a mobilização da sociedade civil, de forma a envolver e comprometer todos os cidadãos numa cultura de participação e de transformação que permitam a vivência da solidariedade como um princípio cívico. A solidariedade deve igualmente, na nossa perspectiva, ser a base ética do voluntariado e para que esta não seja uma imposição política ou mediada pelos *media*, é necessário que haja um discernimento ético da solidariedade, o qual é fundamental para se traçar uma ética do compromisso. Este é uma realidade antropológica pois pode ser visto como algo que surge em nós e que configura e modela aquilo que somos e a forma como estamos no mundo.

O voluntariado é, na nossa opinião, uma forma de construir uma cidadania responsável vinculando o voluntário à sociedade que integra, podendo este exercer o seu compromisso através de uma participação organizada. Esta surge a partir da consciência de que os problemas que enfrentamos podem ser resolvidos através de uma colaboração activa e confiante na possibilidade de mudança que se deseja.

A solidariedade deve ser, no nosso entender, nuclear na prática do voluntariado, pois só desta forma é que a ética da solidariedade se pode transformar numa cultura de solidariedade. Uma cultura de solidariedade que não envolva a consideração de um *parâmetro interior* do desenvolvimento, tal como foi apelidado por João Paulo II, que introduz as dimensões culturais, éticas e espirituais no conceito de desenvolvimento, em contraste com a habitual dimensão económica, pode originar uma sociedade coesa, compassiva e fraterna, mas não chegará a converter-se numa ética da solidariedade. No entanto, se reduzirmos esta última a uma cultura de solidariedade não garantimos a perspectiva de que a solidariedade não é apenas o *todos*, mas o *nós* que integra cada um.

Hoje em dia o voluntariado é encarado não só como uma prática que nasce da interpelação que o rosto da alteridade provoca no voluntário, com a consequente compaixão que este sente pela condição do outro, mas também pelo exercício da razão que leva o voluntário a analisar e reflectir sobre as causas responsáveis pela sociedade de desigualdade e injustiça em que vivemos, procurando agir de forma a transformar essas causas e gerar uma nova sociedade mais humana e mais justa. Devido à transformação que a solidariedade tem sofrido esta ganhou o estatuto de necessidade imperativa para a sobrevivência da humanidade e é também perspectivada como fundamental no processo de amadurecimento pessoal. A acção voluntária tem origem na exigência de uma realização pessoal que envolve o amadurecimento do voluntário. Esta maturidade implica a tomada de consciência das necessidades e exigências pessoais e leva à integração das mesmas nas diferentes vertentes da sua vida. Daí que o voluntariado nasça do amor e do interesse por si mesmo e por aqueles que sofrem.

A acção voluntária deve ser caracterizada não só por uma elevação moral que se associa à possibilidade de realização pessoal por parte do voluntário, mas também por uma formação técnica que possibilite ao voluntário um melhor desempenho das suas tarefas no âmbito da acção voluntária que realiza.

O voluntariado configura-se assim como uma forma de viver a solidariedade. Quer seja numa perspectiva de compromisso social (que tem por base a ética de mínimos) ou numa perspectiva de realização pessoal (que se apoia na ética de máximos), o voluntariado que alinha com esta nova cultura de solidariedade, assente numa base ética, reflecte sobre as causas que conduzem às situações de carência e vulnerabilidade, implicando vitalmente o voluntário através de um compromisso e realizando acções que se centram no outro, procurando ajudá-lo no processo de autonomia com vista a torna-lo no protagonista do seu próprio destino. Neste ponto de vista alinhamos com a perspectiva da Pedagogia Social, dado que é importante reconhecer as capacidades que o outro tem, e que muitas vezes estão acorrentadas pela vulnerabilidade ou carência em que vive, e valorizar e acreditar nessas mesmas capacidades para poder contribuir para o processo de capacitação pessoal do outro e para que este consiga ser o responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Acreditar na educabilidade do outro e na sua perfectibilidade são preceitos fundamentais para que o voluntário possa ajudar o outro a conseguir esta realização.

Independentemente da perspectiva em que se baseia o voluntariado que se pratica este pode correr o risco de se tornar anti-humano. Como forma de evitar esse caminho é possível pensar num novo humanismo que valoriza e aceita a faceta mais humana e menos “perfeita” que cada

voluntário incorpora em si. Apesar das características “mais elevadas” do voluntário que o podem levar a ajudar os outros a melhorarem a sua situação vital, aquele também é um ser humano com falhas e defeitos, que procura o reconhecimento e a ternura. Por outro lado, este novo humanismo defende o retorno à esfera do eu, não de um ponto de vista egológico, mas encarado como a tomada de consciência que a autonomia passa pela aceitação da responsabilidade que cada um tem sobre a sua própria existência. A auto-realização que daqui advém, não é vista como algo separado dos outros, mas como algo que só se atinge plenamente no encontro com o outro. Esta auto-realização só se atinge através da preocupação com os outros e do não esquecimento de si próprio.

Para que o voluntário se constitua como pessoa necessita da experiência e da acção para o fazer. Somos seres inacabados e incompletos e conduzimo-nos na vida mediante um esboço de possibilidades do que somos, sendo a experiência a sua confirmação. Desta forma, a acção permite a aferição do que somos e a construção de quem somos.

Num mundo marcado pela abundância de não-lugares e onde o voluntário quer encontrar o seu lugar é necessário que se criem espaços onde os indivíduos possam criar referências identitárias, relacionais e históricas. A acção voluntária que se caracteriza pela relação com o outro, baseada num encontro pleno de respeito e de acolhimento do outro, pode corresponder a uma vivência que ocupe um lugar destacado na história de vida do voluntário, onde este reconhece pontos de referência que sejam identitários, onde identifica relações intensas e relevantes com os outros e onde perspectiva a dimensão histórica desse lugar. Desta forma, surge para o voluntário um lugar antropológico, sendo este um espaço a que aquele se sente ligado e onde se sente reconhecido, sendo constitutivo da sua identidade pessoal.

Este novo humanismo que se pretende fazer nascer tem na vontade um factor que condiciona a modificação das motivações iniciais do voluntário. Estas não são imutáveis e sofrem modificações ao longo do tempo, uma vez que o poder da vontade as torna possíveis. Por fim, é importante considerar o papel da liberdade no exercício da acção voluntária. A liberdade é uma dimensão constitutiva do ser humano e, como tal, afecta as capacidades e escolhas dos indivíduos. No mundo do voluntariado, a liberdade permita a criação de novas possibilidades. Por um lado, permite um movimento activo, no sentido de ir ao encontro do outro que sofre e, por outro, um movimento reflexivo, que se segue ao primeiro, e que coloca perguntas procurando respostas que conduzam à libertação pessoal e colectiva.

Entendemos o voluntariado, assente no princípio da solidariedade, como uma acção que almeja a transformação social, através da mudança que vai surgindo em cada um dos beneficiários da acção voluntária. Claro que esta mudança pessoal não acontece apenas no outro. O próprio voluntário, à medida que se vai relacionando com o mundo da dor e do sofrimento vai vivendo a mudança na sua vida pessoal. No caso concreto da experiência de voluntariado que fiz o impacto da pobreza e da carência em que a maior parte das pessoas vivia, não me deixou indiferente. Por outro lado, a alegria com que as pessoas viviam e o acolhimento, pleno de simplicidade, com que sempre fui recebida, fizeram-me pensar sobre a necessidade efectiva que temos dos bens materiais para atingirmos a felicidade na nossa vida. É evidente que ao voltar ao mundo que conhecemos não nos desfazemos dos bens materiais que possuímos mas acho que cada voluntário que experiencia o voluntariado num país carenciado, acaba por desenvolver uma perspectiva diferente sobre a falsa sensação de felicidade que os bens materiais nos dão.

Como a acção voluntária implica a relação com o outro, a mediação poderá desempenhar um papel importante na mudança pessoal e social. O papel que aquela desempenha na capacidade de lidar com o conflito e de construir sobre ele uma cultura de paz, pode ajudar a que a relação entre os voluntários, entre estes e os beneficiários e mesmo entre os beneficiários e o meio onde estão inseridos possa ser menos conflituosa e, desta forma, levar à mudança de cada um e da comunidade onde vivem.

Relativamente às motivações que o voluntário transporta quando inicia uma acção voluntária, embora nos pareça que estas são importantes, parece-nos mais importante que o voluntário vá, com a ajuda devida, monitorizando essas mesmas motivações não só no início da acção voluntária mas também ao longo da mesma. Perceber como as motivações evoluem e se transformam à medida que acção voluntária se vai desenrolando acaba por ser mais correcto do que valorizar em demasia aquilo que, muitas vezes de forma equívoca, se pode ter à partida como motivação inicial. Pode-se pensar que, como o voluntariado é uma acção que não pode envolver qualquer interesse pessoal, a perspectiva de realização pessoal através do voluntariado colide com esse desinteresse. É evidente que o voluntário não deve pretender, com a acção que realiza, apenas a sua realização pessoal. Terá com certeza outras motivações e objectivos. No entanto, quando o voluntário tira partido da acção que executa e se transforma numa pessoa melhor, também se torna um melhor voluntário para ajudar aqueles que são menos afortunados. Ao ajudar os outros também se ajuda a si próprio e, conseqüentemente, torna-se ainda mais capaz de ajudar

os outros. Daí que não me pareça que esta motivação inicial seja menos “pura” que qualquer outra, à partida, mais desinteressada.

No caso concreto da experiência de voluntariado que fizemos na Guiné-Bissau, parece-nos importante que o voluntário seja, em primeiro lugar, portador de esperança. Dado que a realidade com que nos deparamos é bastante injusta e mesmo inumana, se o voluntário não assume uma postura de esperança, de forma a poder transmiti-la àqueles que vivem com tantas carências e sem grande esperança no futuro, dificilmente poderá ter sucesso na sua missão. Por outro lado, a esperança dotará o voluntário da persistência e firmeza necessárias para manter a sua convicção de que a acção que realiza poderá causar algum tipo de transformação em si e nas pessoas mais vulneráveis. Outro aspecto importante a ter em conta é acreditar no outro e nas suas capacidades pessoais, pois só desta forma o voluntário o poderá ajudar a tornar-se protagonista do seu próprio desenvolvimento. O voluntário deverá ainda adoptar uma atitude de humildade, quer perante os beneficiários, quer perante os outros voluntários, uma vez que todos podem aprender algo com os outros e ninguém é detentor da verdade. Desta forma, cada um poderá sentir-se valorizado e perceber que também tem algo que pode dar ao outro no sentido de o fazer crescer e evoluir. O voluntariado é um trabalho feito em equipa, pelo que a colaboração entre os diferentes voluntários é fundamental. É importante reconhecer que todos fazemos parte de uma corrente e que se faltar algum dos elos da corrente, por mais pequeno que seja, esta fica incompleta. Por isso, e tendo consciência das limitações e defeitos de cada um, devemos antes reconhecer os aspectos positivos da personalidade de cada um e valorizar as suas competências e capacidades. A diversidade que nos caracteriza como seres humanos não deve ser perspectivada como algo que nos impeça de trabalhar em conjunto mas, por outro lado, deve ser encarada como uma riqueza que torna as acções que desenvolvemos em algo maior do que a soma das partes. O papel que a amizade desempenha entre os voluntários que partilham uma acção voluntária pode ser crucial para ajudar os voluntários a lidar com as situações de dor e sofrimento com que se deparam, auxiliando-os a gerir estas emoções e, através do acolhimento e da partilha, tornar o grupo de voluntários mais forte e mais capaz de executar a acção voluntária de forma profícua.

Um aspecto que nos parece fundamental no âmbito desta acção de voluntariado e que deve ser executado, numa perspectiva mais formal, é a formação dos voluntários. É certo que nos foi dado alguma informação sobre a realidade social, cultural e histórica que encontramos na Guiné-Bissau, que há uma conversa inicial com os participantes nesta acção de voluntariado e que existe partilha de estratégias e materiais para o ensino da língua portuguesa, mas não existe propriamente

formação específica ou ao nível pessoal. Na nossa opinião, esta necessidade de formação é vital para dotar o voluntário de competências específicas, relacionais e humanas, de modo a que este possa realizar a sua acção de forma mais eficaz.

Os voluntários devem ser pessoas que possuam uma formação ética baseada em valores cruciais para o voluntariado. Mas, como qualquer ser humano, o voluntário deve investir na sua formação humana e pessoal, de forma a poder executar convenientemente a sua tarefa como voluntário. Nesta perspectiva, esta educação para os valores conduz a uma humanização dos voluntários iluminando as sombras pessoais que todos os seres humanos possuem. Para que o voluntário possa ter o melhor desempenho possível é importante que, antecipadamente, cuide de si, cultivando a auto-estima e o respeito por si, de forma a poder ter para com o outro estima e respeito. Ninguém dá aquilo que não tem. Para além disso, é importante que o voluntário seja coerente e cultive e vivencie os princípios e valores que tenta transmitir pois só desta forma é que aquilo que se transmite tem força e eficácia.

De seguida mostraremos como a formação feita neste âmbito poderá ajudar os voluntários a cultivar valores e princípios que são fundamentais para a prática do voluntariado e cuja vivência se traduza numa melhoria da acção que os voluntários levam a cabo.

O investimento que cada um deve fazer no sentido de se autoconhecer, de estar consciente e de saber lidar com as suas emoções, trazendo equilíbrio emocional à sua vida, é algo fundamental para o desempenho do seu papel como voluntário (para além da vantagem óbvia que isso traz à sua vida pessoal), pois só desta forma é que o voluntário poderá estar nas perfeitas condições de poder ajudar o outro a mudar a sua situação vital. Assim, deve o voluntário cuidar dos seus próprios sentimentos começando por tomar consciência daquilo que sente, identificando os diferentes sentimentos que vive para que, em seguida, possa trabalhar no sentido de compreender as razões que sustentam esses sentimentos para, por fim, os aceitar e integrar racional e conscientemente na sua vida ou, por outro lado, para os poder transformar. “A melhor forma de lidar com as emoções é experienciá-las conscientemente, num estado controlado de alerta” (Branco, 2004, p.59). No fundo, o que queremos realçar é que ao longo deste processo, os voluntários precisam de expressar e de lidar com os seus sentimentos, desenvolvendo de forma flexível as suas competências emocionais, tornando-se mais hábeis na gestão racional da sua sensibilidade, o que reverte positivamente na sua vida e, também, na relação com os beneficiários da acção voluntária, ajudando-os a expressar os seus sentimentos e facilitando processos de recuperação. Se o voluntário não for capaz de fazer este trabalho de confronto com os sentimentos que vivencia, pode reprimir as emoções que sente e

transformá-las em mal-estar, podendo-o inibir de continuar a desempenhar o seu trabalho voluntário. O papel do grupo de voluntários que trabalha em conjunto é fundamental nesta situação para poder ajudar o voluntário a lidar com as dificuldades que sente e a aliviar o sofrimento que possa viver. A partilha de emoções que se vivem, de dificuldades que se sentem, de sucessos que se alcançam, de fracassos que se pressentem pode, sempre numa lógica de respeito e de acolhimento de cada um, ser um espaço de recuperação para cada um dos voluntários.

No trabalho voluntário a humildade manifesta-se na consciência que o conhecimento de cada um é limitado e na disponibilidade de aprender sempre com os outros, sejam eles os colegas voluntários, sejam os beneficiários da acção voluntária. Na relação com estes, a humildade impede o voluntário de buscar o protagonismo ou de procurar reconhecimentos e gratificações, transformando-o numa presença plena de simplicidade e sensibilidade. Esta última permite ao voluntário estar atento ao outro e às suas necessidades sendo capaz de discernir se o momento é de falar ou de ouvir, se é de marcar presença ou de dar ao outro o espaço que ele precisa, o que dá ao outro o protagonismo da situação e torna-o no objecto da escuta atenta e do acolhimento sincero por parte do voluntário.

A acção voluntária deve ser marcada pela gratuidade que, no nosso entender, vai para além da simples acção que é feita sem que haja uma remuneração, mas que deve ser encarada sem qualquer exigência para com os beneficiários dessas acções. Assim, o voluntário não deve esperar reconhecimento ou agradecimento por parte dos beneficiários; deve, por outro lado, integrar este *dom de si* sem esperar nada em troca.

A implicação pessoal é uma condição inseparável do trabalho voluntário mas pode conduzir a alguns excessos por parte do voluntário. Quando confrontado com as dificuldades e carências das pessoas que auxilia pode o voluntário querer fazer mais do que as suas funções lhe exigem. Não se pede ao voluntário que seja um *santo* ou um *herói*, que descure as suas relações familiares ou que negligencie o seu trabalho profissional. Aquilo que se pretende é que o voluntário integre a acção voluntária que realiza na sua vida normal sem que isso implique a perda de saúde ou de equilíbrio por parte deste, implicando, como já afirmamos, uma distinção clara entre o voluntarismo e o voluntariado.

Quando o voluntário leva a sua implicação pessoal para além dos limites pessoais aceitáveis corre um sério risco de saturação que, por um lado é muito prejudicial para a sua vida pessoal e, por outro, só prejudica a qualidade do seu trabalho voluntário. Assim, o voluntário deve estar atento a alguns sinais de alarme que passam pelo excesso de tempo dedicado ao trabalho

voluntário, a implicação da sua família e daqueles que lhe são próximos no serviço voluntário, o querer solucionar os problemas com demasiada urgência, o impacto psicológico intenso e demasiado prolongado e a implicação sentimental, confundindo a solidariedade com a amizade.

Para evitar que a implicação pessoal de cada voluntário ultrapasse os limites saudáveis é necessário que cada um tome precauções antes e durante a realização da acção voluntária. Assim, impõe-se o respeito pelo tempo estipulado no compromisso assumido pelo voluntário. A qualidade do trabalho feito pelo voluntário não se mede pela quantidade de tempo que dedica ao voluntariado. Por outro lado, um excesso de tempo dedicado à actividade voluntária pode conduzir a uma saturação que em nada beneficiará nem o voluntário nem as pessoas que necessitam de ajuda. O voluntariado, como já foi dito anteriormente, deve ser uma actividade integrada na vida regular do voluntário.

Muitas vezes, com o intuito de prestar um melhor auxílio, o voluntário pode cair no erro de envolver a sua família na actividade voluntária ou deixar que as pessoas que auxilia invadam demasiado a esfera da sua vida privada. As pessoas marginalizadas ou que vivem na solidão sofrem de uma carência de afecto que se pode voltar contra o voluntário caso este partilhe a sua morada ou o seu contacto telefónico, o que pode conduzir a que o voluntário nunca se consiga afastar da sua actividade voluntária, ou em casos mais graves, a colocar em risco a sua segurança. Por isso mesmo falamos da importância da formação dos voluntários no sentido de desenvolverem uma grande sensibilidade à noção de *proximidade ideal* das suas relações interpessoais neste tipo de interacções. Não nos esqueçamos que a relação entre voluntário e beneficiário é sempre enquadrada pela instituição e desenvolvida num determinado contexto mas, por outro lado, não podemos igualmente esquecer que esta última não determina o nível de envolvimento pessoal na construção de uma determinada relação interpessoal.

Outro aspecto que o voluntário deve ter em conta é ser paciente e não criar expectativas de obter resultados a curto prazo. Os problemas que envolvem as pessoas mais vulneráveis e carenciadas são complexos e não têm uma solução imediata. Se o voluntário não perceber que faz parte de um rede que trabalha para, aos poucos, ir ajudando a solucionar os problemas das pessoas em situação de carência, pode correr o risco de se sentir frustrado perante a velocidade com que os problemas se resolvem e perder o entusiasmo com que normalmente começa a sua actividade voluntária.

O impacto emocional que o voluntário sofre ao deparar-se com as dificuldades e condições de vida das pessoas que ajuda pode também ser um motivo de saturação para o voluntário se este

não for capaz de digerir essas emoções e conseguir lidar com elas de forma equilibrada. Este impacto emocional é normal perante a realidade que observamos e as pessoas com quem interagimos e é evidente que o voluntário precisará de algum tempo para integrar essas emoções, mas ao fim de algum tempo conseguirá lidar melhor com essa realidade, sobretudo porque vai-se implicando na interacção com os sujeitos em questão e na construção possível de relações humanas desejadas. Se não o conseguir fazer, poderá ser importante falar com o responsável pela acção voluntária e procurar perceber porque é que isso acontece e talvez procurar outra forma de voluntariado que não seja tão perturbadora para si e tão inoperante para os outros implicados nessa acção.

O trabalho voluntário está, na maior parte das vezes, inserido numa rede que envolve pessoas com diferentes formações, instituições com diferentes estratégias de trabalho e profissionais de diferentes áreas que trabalham conjuntamente para conseguirem objectivos comuns. Esta tarefa implica um espírito de trabalho em equipa que exige da parte de todos, em primeiro lugar, a consciência de que todos fazem parte de uma corrente em que cada um é um elo, e por mais pequeno que seja esse elo, sem ele a corrente não fica completa. Esta percepção permite que haja um respeito e uma valorização pelo trabalho de cada um dos elementos da equipa. Por outro lado, deve haver uma atitude de humildade por parte dos intervenientes na medida em que o meu trabalho não é mais importante que o do outro, porque se alguém não fizer o seu trabalho, por mais modesto que seja, o trabalho da equipa ficará comprometido. Daí que não faça sentido uma distinção por importância do trabalho realizado pelos diferentes intervenientes no processo. Se se conseguir este espírito de trabalho em equipa consegue-se um envolvimento dos voluntários, das organizações intervenientes e dos próprios beneficiários, criando condições para que se consigam atingir os objectivos comuns de forma mais eficaz.

Um aspecto a evitar na realização da actividade voluntária prende-se com a vivência de sentimentos de culpa que não se devem confundir com a responsabilidade assumida pelo voluntário. A obrigação do voluntário é cumprir com as suas responsabilidades e não viver na expectativa de conseguir mudar o mundo. Apesar da sua actuação ser inspirada pela possibilidade de mudança, o voluntário deve ter a consciência que a mudança não acontece por acaso e apenas como resultado da acção que efectua, embora a sua acção possa produzir pequenas mudanças no mundo daqueles que auxilia. Esta forma de pensar conduz muitas vezes à frustração uma vez que ninguém tem sozinho, apenas pela sua acção, a capacidade de mudar o mundo, e isto pode levar a que o voluntário se torne, por vezes, cínico e derrotista. Por outro lado, estes sentimentos de culpa

podem também derivar de situações da vida pessoal do voluntário e que, de forma incorrecta, são projectados para a sua actividade como voluntários.

O voluntário deve ter sempre presente que a sua tarefa passa por tornar o beneficiário das suas acções no protagonista da sua própria vida, reconhecendo-o como sujeito e nunca como *objecto* ou *lugar* de uma acção que se exerce sobre ele. O respeito pelo outro, pelas suas escolhas, pela sua vida, pela identidade das comunidades onde vive, devem ser princípios do voluntário que, com uma postura positiva e optimista sobre o outro, olhando para ele com um coração educado que lhe permita ter atitudes de promovem a hospitalidade, o respeito e a compaixão, pode conseguir que o outro descubra nele próprio as potencialidades que tem e evolua como ser humano. É fundamental não esquecer que o voluntário apenas estimula, através da relação interpessoal que é possível construir com outrem, o desenvolvimento de capacidades, valores e competências tais como a autonomia, a auto-estima, a capacidade de decisão, etc. sendo estas impossíveis de concretização e desenvolvimento se o próprio não tiver a vontade de mudar ou a determinação necessária para que, mesmo enfrentando enormes obstáculos, perspetive a sua vida de modo diferente. “A presença do voluntário ajuda a que o outro se sinta estimulado a tomar decisões, mas não as toma por ele” (Garcia Fajardo, 2007, p.72). O papel do voluntário não é mudar o outro, mas criar condições que o ajudem a escolher livremente a mudança para a sua situação vital. É evidente que para o conseguir, o voluntário precisa de manter uma distância óptima relativamente ao beneficiário, suficientemente próxima para criar uma relação de cumplicidade e confiança mas razoavelmente afastada para conseguir manter um afastamento crítico que lhe permita manter uma autoridade pedagógica.

O mundo do voluntariado é muito apelativo e sedutor para aqueles que têm grandes expectativas relativamente à mudança e à transformação dos problemas sociais e/ou emocionais daqueles que são menos afortunados. No entanto, é preciso algum cuidado com o excessivo idealismo que muitas vezes habita o coração do voluntário para que este não desmotive e desista, em pouco tempo, da sua acção voluntária. Também é necessário que o voluntário se prepare e possa ter um acompanhamento que o ajude a lidar de forma equilibrada e positiva com o sofrimento e a dor com que se depara. Não podemos esquecer que qualquer acção voluntária implica a relação entre o voluntário e o beneficiário e também entre os voluntários, o que, como qualquer relação humana, envolve desgaste e necessidade de investimento por parte dos intervenientes para que esta possa ser uma relação positiva, saudável e construtiva.

É precisamente por estas razões que reafirmamos a necessidade de formação que permita ao voluntário estar cada vez mais apto a desempenhar as suas tarefas de forma eficaz e útil e que possibilite o seu próprio crescimento pessoal de forma a vivenciar as situações dolorosas que se apresentam, transformando-as e integrando-as positivamente na sua vida.

O excessivo idealismo, a dificuldade em lidar com o sofrimento, o desgaste nas relações humanas ou a falta de formação podem ser factores que levam os voluntários a sair de uma determinada associação. O amadurecimento das motivações do voluntário e a constatação que os seus ideais não se coadunam com os da associação podem levar à escolha de outro caminho por parte do voluntário. Às vezes uma situação familiar difícil ou uma mudança na vida pessoal do voluntário podem, da mesma forma, condicionar a sua participação nas actividades da associação. No entanto, se os voluntários abandonam a associação por escassez de formação, falta de acolhimento e de sentido de pertença, carência de espírito de grupo e de colaboração, os responsáveis devem, juntamente com os voluntários, tentar perceber as falhas que estão a ocorrer e procurar intervir de forma a corrigi-las.

Tal como já foi dito, a análise das motivações dos voluntários é algo fundamental para a prática sadia e eficaz do voluntariado. Quer sejam as motivações iniciais ou a forma como elas vão evoluindo e se transformando ao longo do tempo, torna-se primordial a reflexão sobre este tema na ponderação dos processos e acções voluntárias. A formação pessoal e individual dos voluntários pode ajudá-los a desenvolver a capacidade de reflexão e de introspecção que lhes permita encontrar respostas para perguntas como “quais são as minhas motivações iniciais para realizar esta acção voluntária?”, “as minhas motivações iniciais sofreram transformações? De que forma?”, “ao longo da actividade voluntária, o que pode ter debilitado ou prejudicado a minha motivação?”, “o que é que alimenta a minha motivação?” ou até para ajudar a compreender e a transformar as causas que levam outros voluntários a refrear as suas motivações e a equacionar a saída da associação.

É fundamental, como já afirmamos, uma postura de humildade e de aceitação dos defeitos e limitações dos outros bem como dos próprios, com vista ao diálogo construtivo entre os indivíduos e ao reconhecimento e valorização dos aspectos positivos de cada um. O protagonismo que cada voluntário assume no âmbito do seu trabalho dentro da associação faz realçar as capacidades e competências que os voluntários possuem. No entanto, de uma forma exagerada, pode conduzir à necessidade desmedida de protagonismo por parte do voluntário e a uma atitude egoísta que visa apenas a satisfação das suas necessidades, levando à manipulação dos outros no sentido de atingir

os próprios objectivos. Para que isto não aconteça é necessário que cada voluntário seja humilde e altruísta ao ponto de ver para além das suas próprias necessidades e capaz de reconhecer e de valorizar os talentos dos outros. Como em qualquer trabalho feito em equipa, pode haver indivíduos que queiram fazer valer a sua ideia e a sua visão sobre um determinado problema, procurando impor a sua vontade de forma autoritária. Esta atitude prepotente e arrogante pode despoletar reacções de resistência, de desconfiança e de tensão entre os membros da equipa. É fundamental que cada indivíduo esteja receptivo a acolher a perspectiva do outro e a procurar em conjunto a resolução para um problema.

Por fim gostaríamos de destacar a importância do compromisso que o voluntário assume perante os beneficiários da sua acção, sendo este uma forma de aceitação da responsabilidade do voluntário no projecto de transformação social. A escolha deste compromisso é algo que deve ser bem ponderado e equacionado, uma vez que não é correcto da parte do voluntário criar a expectativa de ajuda no beneficiário de uma acção voluntária e depois não a cumprir.

Esta forma de viver a solidariedade e de encarar o voluntariado parecem-nos as mais correctas uma vez que, como todos fazemos parte do mesmo mundo, devemos procurar que as condições de vida de todos aqueles que habitam o planeta possam ser humanas e que todos possam ter condições para se desenvolverem enquanto seres humanos, aspirando a uma vida mais feliz e, para isso, todos temos que assumir responsabilidade pelo futuro da humanidade, o que só se consegue se cada um se implicar pessoalmente nesta tarefa, seja ao nível da sua mudança pessoal ou promovendo a transformação social.

Em suma, vivemos num mundo que julgamos conhecer por aquilo que os *media* nos mostram e deparamo-nos com um cenário de enorme injustiça e desigualdade. A realidade em que vivem a maior parte das pessoas deste mundo é radicalmente diferente da daqueles que vivem no Norte do planeta. Percebemos que não é possível estender o modo de vida do ocidente a todo o planeta, pelo que, para podermos continuar a viver neste planeta, de forma humana, não podemos continuar a viver da mesma maneira. Para podermos mudar o mundo temos que mudar o modo como vivemos. Fazemos todos parte do mesmo mundo e todos somos responsáveis pelo bem-estar de cada um.

Reafirmamos neste sentido, que a solidariedade pode ser a resposta que permita a sobrevivência da humanidade e o voluntariado, com base solidária e ética, pode ser uma das formas de o conseguir. Este voluntariado baseado na solidariedade como encontro, coloca no encontro com o outro o seu princípio ético de actuação e pressupõe, para além da afectação

provocada em nós pelo sofrimento em que o outro vive, a análise das causas que levam a este cenário de injustiça e sofrimento.

Após esta análise e reflexão, o voluntário procura realizar acções concertadas que levem à transformação desta sociedade gerando uma nova sociedade mais justa e humana. Para o conseguir é fundamental que o voluntário reconheça e valorize o outro, acreditando no potencial dele para se tornar no protagonista da sua própria vida, através da conquista da sua autonomia e consequente emancipação. Isto é possível se o voluntário perceber que a acção voluntária que realiza, e que se baseia no princípio ético da solidariedade, é mais um âmbito onde a solidariedade, que o voluntário quer viver, está patente. Os voluntários têm que viver a solidariedade que querem ver no mundo, nos diferentes âmbitos da sua vida, seja na acção voluntária ou na preocupação com o equilíbrio planeta. Através da implicação pessoal e vital que o voluntário assume é possível que a sua acção seja comprometida e, desta forma, capaz de causar mudança quer no beneficiário da sua acção, quer no próprio voluntário, conduzindo a uma mudança pessoal que também se poderá reflectir numa mudança social que possibilite a construção de uma sociedade onde possa prevalecer a paz e a justiça e onde cada um realize o seu próprio projecto de felicidade.

Bibliografia

AMILBURU, M. G. (1996). *Aprendiendo a ser humanos. Una Antropología de la Educación*. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra.

AUGÉ, M. (2005). *Não-Lugares - Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

AZEVEDO, J. (2007). *Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, 7–40. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

BAPTISTA, I. (2005). *Dar rosto ao futuro: A educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.

_____ (2007). *Políticas de alteridade e cidadania solidária – as perguntas da Pedagogia Social*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, 135–151. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

_____ (2008). *Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 7–30. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

_____ (2009). *Educabilidade e laço social – Ética e política da alteridade*. In *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 15–31. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

BARBOSA, A. (2008). *Intervenção Social da Ald No Gúruè*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 125–149. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

_____. (2009). *Ética do Voluntariado*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, 109–132. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

BRANCO, A. V. (2004). *Competência emocional*. Coimbra. Quarteto.

BRANDÃO, P. (2007). *A Pedagogia Social, uma antropologia de proximidade, hospitalidade e serviço*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, 105–115. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

COUTO, M. J. (2000). Sujeitos, apesar de tudo. In A. Carvalho (Org.), *A educação e os limites dos direitos humanos – Ensaios de Filosofia de Educação*, 99–108. Porto: Porto Editora.

DELORS, J. et al. (1998). *Educação um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez Editora.

DROUIN-HANS, A. M. (2002). Pensar a «pós-modernidade»: o que é que nos resta das Luzes? In A. Carvalho (Org.), *Sentidos Contemporâneos da Educação*, 25-36. Porto: Edições Afrontamento.

FAJARDO, J. C. (2007). *Manual del voluntario*. Madrid: Los libros de la catarata.

FERMOSO, P. (1994). *Pedagogía Social - Fundamentación científica*. Barcelona: Herder.

FIGUEIREDO, E. (1985). *Mudança, valores e conflito*. In *Análise Social*, vol. XXI. 1005-1120. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FREIRE, P. (2002). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

GOERGEN, P. (2005). Educação e valores no mundo contemporâneo. *Educ. Soc.* (em linha), vol.26 n.92, 983-1011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300013>. [Consultado em Novembro/2011]

GOLEMAN, D. (1995). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.

GONZALO, L. A. (2000). *Cartografía del voluntariado*. Madrid: PPC, Editorial y Distribuidora.

_____ (1998). *Reinventar la solidaridad: voluntariado y educación*. Madrid: PPC, Editorial y Distribuidora.

JAREZ, X. (2002). *Educação e conflito – Guia de educação para a convivência*. Porto: Edições Asa

_____ (2007). *Pedagogia da convivência*. Porto: Profedições.

LIPOVETSKY, G. (1994). *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Dom Quixote.

LYOTARD, J. F. (1998). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.

MAESTRE, J. M. (1998). *Elementos de Antropología Pedagógica*. Madrid: Ediciones Rialp.

MORATALLA, A. (1997). *Ética y voluntariado: una solidaridad sin fronteras*. Madrid: PPC, Editorial y Distribuidora.

MORIN, E. (2002). *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.

OLIVEIRA, A. & GALEGO, C. (2005). *A mediação sócio-cultural: Um puzzle em construção*. Lisboa: ACIME.

PANGRAZZI, A. (2006). *Hacer bien el bien*. Madrid: PPC, Editorial y Distribuidora.

ROCA, J. (1994). *Solidaridad y voluntariado*. Santander: Editorial Sal Terrae.

RORTY, R. (1994). *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Editorial Presença.

SILVA, L. (2009). *A deficiência como expressão de diversidade – contributos da Pedagogia Social*. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, 75–90. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

TAMAYO, A. & GODIM, M. (1996). Escala de valores organizacionais. Disponível em: www.rausp.usp.br. [Consultado em Novembro de 2011].

TORREMORELL, M. C. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.

Outras referências:

Bases do enquadramento jurídico do voluntariado [em linha]. Disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_71_1998.pdf. [Consultado em Janeiro/2011]

Carta Europeia do Voluntariado. [em linha]. Disponível em http://www.cruzroja.es/portal/page?_pageid=214,12041873&_dad=portal30&_schema=PORTAL30. [Consultado em Janeiro/2011]

Declaração do Milénio. [em linha]. Disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. [Consultado em Janeiro/2011]

Declaração Universal dos Direitos do Homem. [em linha]. Disponível em http://www.cne.pt/dl/1_declaracao_universal_direitos_homem.pdf. [Consultado em Janeiro/2011]

Declaração Universal sobre o Voluntariado [em linha]. Disponível em http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/ciberjornalismo/ciber2000/voluntariado/dec_univ.htm. [Consultado em Janeiro/2011]

Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de Setembro [em linha]. Disponível em http://www.fecong.org/fec/Legislacao_VM/389.99.pdf. [Consultado em Janeiro/2011]